

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano L	Rio de Janeiro, GB — Maio de 1963	Número 585
----------	-----------------------------------	---------------

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

—
Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em folha autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDEREÇO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
— O longo repouso de nossos heróis em Pistóia — Ten-Cel Germano Seidl Vidal	3
— Guerra Psicológica — Alm. Murilo Vasco do Vale e Silva	15
— Formação das nações sul-americanas do Prata — Gen Flamarion Barreto	29
— Carta a um jovem cadete — Cel Roberto Miscov	65
— O dever militar em face da luta ideológica — Gen Humberto de Alencar Castelo Branco	69
— Curso de Técnica de Ensino — Aula inaugural — Ten-Cel Maurício Felix da Silva	73
— Turma Tenente Alípio Serpa — 20º aniversário	79
— Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército	81



PANAIR DO BRASIL

LIDERANÇA NO TEMPO E NO ESPAÇO

1 — No limiar da aviação comercial, a Panair foi a primeira a unir o litoral brasileiro em toda a sua extensão. Os 15 dias do "Ita" reduziram-se aos 3 do "Commodore" na rota Rio — Belém. O "Lodestar" e o "DC-3" vieram mais tarde, ligando o litoral ao interior do país. E ainda hoje o espírito Bandeirante da Panair continua o mesmo. Numa epopéia de todo dia, os "Catalinas" percorrem de ponta a ponta o vale amazônico, enquanto os "Constellations" cobrem todo o litoral.

2 — Em 1946, a bandeira do Brasil foi levada ao outro lado do Atlântico nas asas dos "Bandeirantes" da Panair. Hoje, com os magníficos DC-8 — jatos de longo curso de excepcionais características — as cores brasileiras chegam a inúmeras cidades, na América Latina e na Europa, na África e no Oriente Médio, num roteiro de 110.000 km.

3 — A Panair é, também, a única empresa de aviação na América do Sul a possuir completa oficina para revisão de motores e turbinas a jato. Nas moderníssimas instalações da CELMA, em Petrópolis, como nos hangares, uma equipe de técnicos altamente especializados opera um conjunto modelo de manutenção de aviões.

4 — Esta pequena história da Panair (agora 100% brasileira, 100% alta classe) estaria incompleta sem o destaque devido à peça mais importante da organização — o elemento humano. Pois é através dele que a empresa melhor expressa sua tradição e experiência, baseada no pioneirismo e tenacidade, dedicação e espírito público em alto nível. É com este material que se constrói uma liderança.

O LONGO REPOUSO DE NOSSOS HERÓIS EM PISTÓIA

Ten-Cel GERMANO SEIDL VIDAL,
Oficial de EM

Repousam hoje no mausoléu do "Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial", erigido no Rio de Janeiro, as cinzas daqueles que tombaram em terras italianas, combatendo o nazi-fascismo ameaça de ontem ao Mundo Livre.

Esse monumento, de ousada concepção arquitetônica, integra-se na composição urbanística local, usando de belíssimo cenário para exaltar sua grandiosidade. Paulatinamente, o povo aprende a olhar os dois braços estirados, com as mãos postas aos céus, no seu pórtico de trinta e um metros de altura; a compreender o arrojado painel metálico, projetado no céu carioca, como símbolo da guerra aérea; a ver no grupo escultórico das três Forças Armadas os soldados que, irmanados, velam pela soberania da Pátria; e a apreciar os painéis de cerâmica, que ornaram as suas paredes, homenageando a nossa Marinha de Guerra e Mercante. Tantos simbolismos da Arte Moderna parecem indicar ter sido tal monumento preparado para admiração dos pósteros.

Ao tecermos tais conjecturas indagamos à História o que se passou, no espaço e tempo, em que as cinzas de nossos heróis permaneceram em terra estrangeira, antes de virem repousar no solo pátrio. E, garantimos ter sido uma consulta que nos despertou a curiosidade e nos encheu de júbilo patriótico. Por isso, quisemos buscar uma resposta e revelá-la pelas páginas desta Revista.

Foi em 2 de dezembro de 1944, quando ainda troavam os canhões na Linha Gótica, que o Capelão Militar brasileiro, Padre NOÉ PEREIRA, benzeu cerca de setenta mortos da Força Expedicionária Brasileira a serem sepultados vizinhos à Igreja de San Rocco, distante três quilômetros do centro da cidade de Pistóia, na Itália. Iniciou-se, assim, o Cemitério brasileiro, que durante a guerra foi muito visitado por inúmeros militares, quando de folga, aproveitando o revezamento na frente de combate. A ofensiva aliada da primavera de 44, com magníficas vitórias brasileiras em MONTE CASTELLO e MONTESE, fizeram aumentar cada dia o número de cruzes brancas naquele pequeno Campo Santo, nas faldas dos Apeninos.

A sua organização deveu-se à orientação direta do Ajudante-Geral da FEB, o Cel OSWALDO DE ARAÚJO MOTTA e os penosos trabalhos estiveram a cargo do 1º Pelotão de Sepultamento, comandado pelo 1º Ten IE LAFAYETTE BRASILIANO MOREIRA VARGAS. Finda a guerra, por ordem do Gen MASCARENHAS DE MORAES, Comandante da FEB, os corpos dos nossos bravos, que haviam sucumbido no Vale do SERCHIO e nos primeiros combates no Vale do RENO, foram trasladados de outros cemitérios militares aliados para o de PISTÓIA.

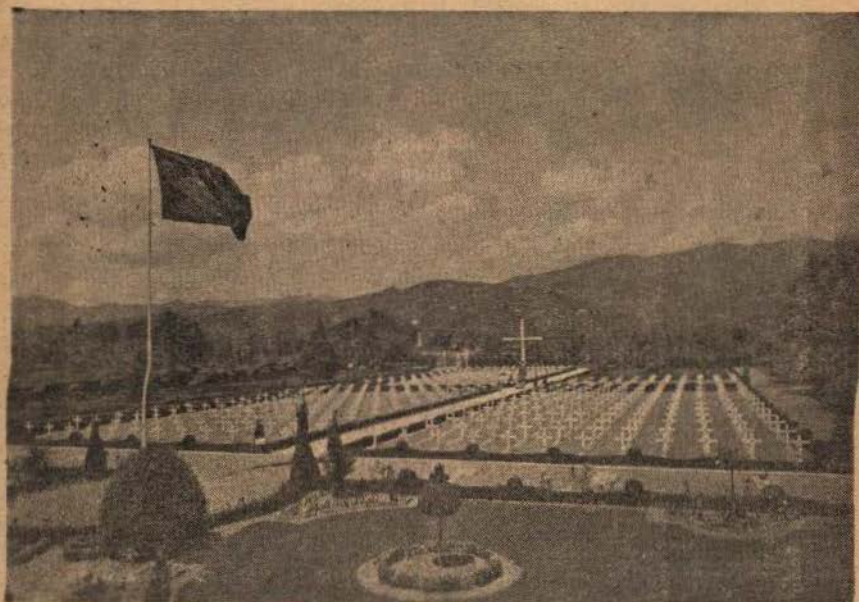
Depois, criou-se uma Secção de Guarda do Cemitério, cujo Comandante, até 31 de janeiro de 1946, foi o Cap IE FRANCISCO MONTARROYO DE MOURA COSTA. A segunda Guarda, vinda então do Brasil, constituiu-se de onze militares que não haviam participado da Campanha, sob o comando do Cap HAROLDO FRANÇA DA SILVEIRA E SILVA. Em 15 de fevereiro de 1947 realizou-se o terceiro revezamento, cabendo os novos encargos ao 1º Ten IVAN LÔBO MAZZA e seis praças. Em 11 de junho daquele ano foi extinta a mencionada Guarda, transferindo-se sua responsabilidade para um zelador, sob o contróle do Cônsul do Brasil em FLORENÇA. Essa última função foi exercida pelo 2º Sgt MIGUEL PEREIRA até a trasladação dos despojos mortais para o Brasil, auxiliado por quatro civis italianos contratados como jardineiros. A supressão da Guarda de militares brasileiros atendeu ao Tratado de Paz, que não mais permitia a permanência de tropas aliadas em território italiano.

A necrópole tinha feição de um lindo jardim, em torno às 465 cruzeiras brancas. À sua entrada via-se um pórtico com os dizeres: "Cemitério Militar Brasileiro", ladeado pelos distintivos da FEB ("A cobra fumando") e o do 5º Exército. Ao centro havia uma grande cruz de madeira, cercada de grinaldas e coroas de bronze, destacando-se a que encerrava o dístico: "Àqueles que tombaram pela Pátria, homenagem da Fôrça Expedicionária". Defronte, ao fundo, tremulava diariamente em alto mastro a bandeira brasileira. Noutra parte, sobre um pedestal, estava a imagem da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, enviada pelas mães brasileiras em 17 de abril de 1948.

A 17 de fevereiro de 1946, o Cel JOSÉ BINA MACHADO abriu o primeiro álbum para recolher impressões dos visitantes, cujos registros atingiram o elevado montante de 41.609 pessoas, na seguinte cronologia:

1946	13
1947	143
1948	1.838
1949	1.947
1950	4.934
1951	2.835
1952	3.377

1953	3.045
1954	2.660
1955	1.798
1956	3.743
1957	4.106
1958	4.917
1959	3.291
1960	2.962



A vista acima confirma o carinho com que era cuidado aquele Campo Santo.

Tantos e tão significativos são esses registros que constitui um exercício de fé cívica lê-los. Alguns externavam o aspecto sentimental, como o do Major RUY PINTO DUARTE e Senhora que, em novembro de 1951, escreveram: "Zequinha, você permanece vivo nos corações de teus irmãos saudosos". Referiam-se eles ao 1º Ten JOSÉ MARIA PINTO DUARTE, morto em combate no dia 31 de outubro de 1944, quando, integrando o 6º RI, realizou feito excepcional. Outros traziam a palavra dos camaradas, como em janeiro de 1953, a do Cel MOZIUL MOREIRA LIMA, Delegado da Associação de Ex-Combatentes do Brasil junto à Federação Mundial dos Veteranos, que escreveu: "Os 25.000 veteranos que estão no Brasil mandaram-me trazer uma Bandeira para este Campo Santo. Quando ela farfalhar, batida pelo vento frio que desce das montanhas onde so-

fremos juntos, os companheiros, que aqui estão, pensarão que somos nós ainda murmurando uma prece em seu louvor. Seus nomes não serão esquecidos".

Os mortos, lá sepultados, reuniam gloriosa coleção de condecorações. Assim, além das medalhas de Campanha e Sangue do Brasil, possuíam 53 Cruzes de Combate de 1ª Classe (bravura individual) e 333 de 2ª classe (bravura coletiva), como também condecorações estrangeiras, entre elas a Cruz de Guerra com palma (francesa), a Cruz de Valor Militar (italiana) e a Estrela de Prata ou de Bronze (americana). Suas citações por ações em combate com o sacrifício da própria vida, são páginas de imorredouro ardor patriótico que engrandecem os fastos militares brasileiros, das quais algumas são a seguir lembradas.

O 2º Ten AMARO FELICÍSSIMO DA SILVEIRA sacrificou a vida quando, no dia 20 Nov 44 comandando uma patrulha do 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, na região de Gaggio Montano, recebido por intensos fogos de armas automáticas agiu destemerosamente aproximando-se cerca de 100 metros do inimigo para bem precisar o valor da resistência, como era sua missão.

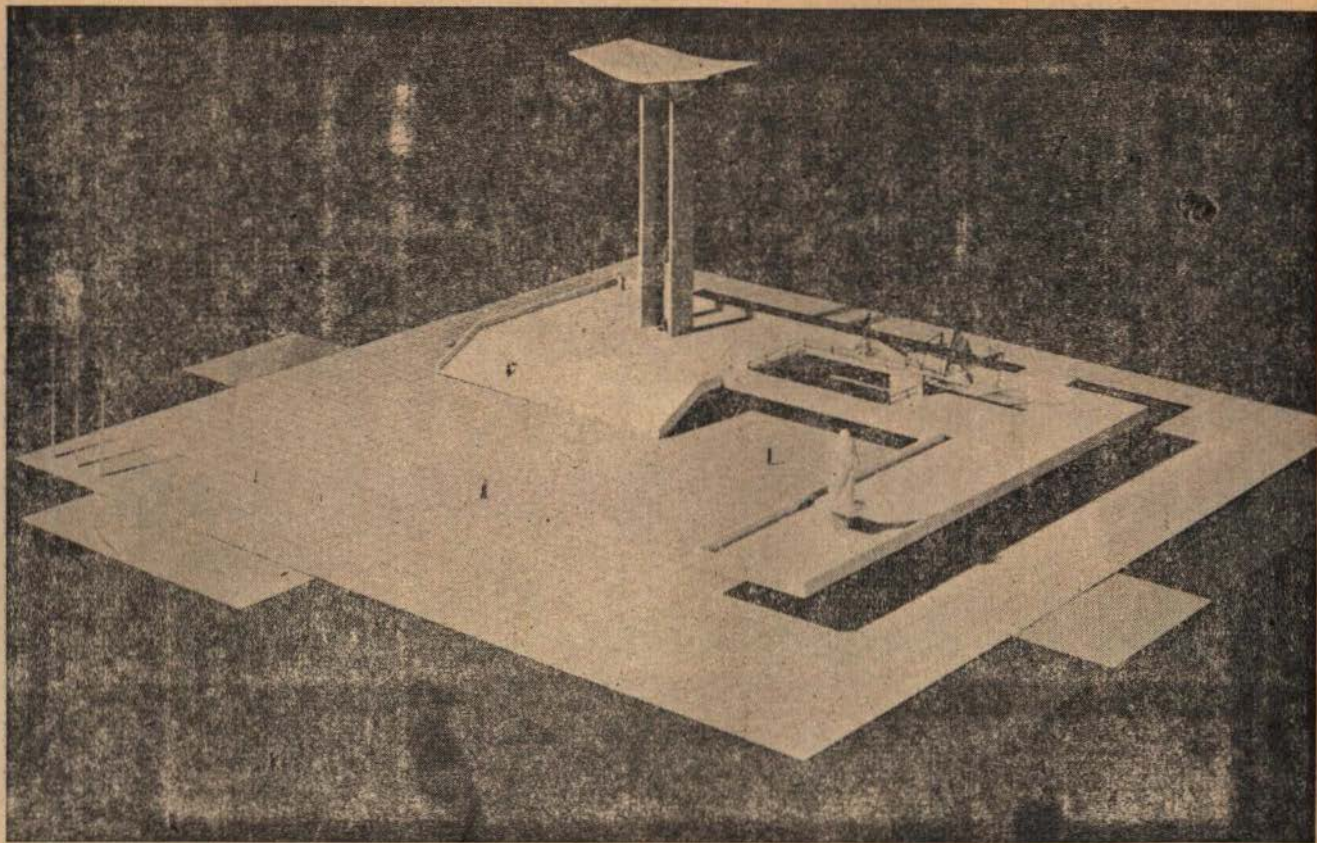
O 2º Ten JOSÉ BELFORT DE ARANTES FILHO faleceu em ação no dia 6 de fevereiro de 1945, comandando um Pelotão de Infantaria no escalão de ataque ao MONTE CASTELO, caindo num campo de minas antipessoal.

O Aspirante FRANCISCO MEGA, do 1º RI, recém-egresso da Escola Militar, à frente de seu Pelotão atacava o baluarte de MONTESE quando foi mortalmente ferido e, ainda assim, continuou estimulando seus comandados.

O 2º Sgt MAX WOLFF FILHO, do 11º RI é um bravo com várias citações. Em 13 de dezembro de 1944 apresentou-se voluntariamente para comandar uma Patrulha incumbida de reconduzir às nossas linhas o Cap JOÃO TARCÍSIO BUENO, que se achava gravemente ferido em local perigoso, missão que realizou com denodo não encontrando o Capitão mas trazendo dois outros feridos. Em 7 de março de 1945 atravessou terreno desconhecido e minado para guiar uma turma encarregada de reparar linhas telefônicas imprescindíveis à 1ª Cia do 11º RI. Em 12 de dezembro de 1944 durante um ataque a BOMBIANA, nas ações frustradas da FEB contra MONTE CASTELLO, novamente foi voluntário para ir à "terra de ninguém" buscar os feridos de sua unidade, o que fez sob intenso fogo inimigo. Faleceu em ação no dia 12 Abr 45, em MASERNO.

O Cabo JOÃO MONTEIRO DA ROCHA, vindo do Depósito de Pessoal da FEB para o 6º RI, teve seu batismo de fogo no dia 14 Abr 45, na região de MONTESE, conduzindo-se com agressividade de um veterano, vindo a morrer ao socorrer um companheiro vítima de um campo de minas.

O Soldado ARLINDO LÚCIO DA SILVA no ataque do 11º RI a MONTESE descarregou seis carregadores de sua arma sobre uma posição



Maqueta do "Monumento Nacional aos Mortos da 2ª Guerra Mundial", notando-se a estátua que foi substituída pelas figuras representativas das Forças Armadas

de metralhadora alemã, que fustigava o nosso flanco esquerdo, obrigando-a a calar-se. Nessa ocasião foi abatido por um franco-atirador.

O Soldado BENEDITO ESTEVES DA SILVA, do 6º RI, morreu durante o ataque a MONTESE, cem metros à frente de seu Pelotão deitado por forte barragem de artilharia.

O Soldado FRANCISCO TAMBORIM, do 6º RI, foi gravemente ferido durante a ação de uma patrulha de reconhecimento em MORRO DA CRUZ, mesmo assim continuou combatendo, cercado pelo inimigo, até ser novamente atingido.

O Soldado JOÃO MARIA BATISTA, do 6º RI, no dia 17 de abril de 1945, por ocasião das operações de MONTESE, saiu de seu abrigo sob violento bombardeio para restabelecer as ligações de comando de seu Pelotão. Na volta, ferido no abdome, prosseguiu dando cumprimento à missão recebida.

O Soldado LAUDELINO VIEIRA DE CAMPOS, esclarecedor do 11º RI, nas inúmeras patrulhas realizadas sempre demonstrou audácia e sangue frio. Em 3 de março de 1945 penetrou sozinho numa posição inimiga onde desarmou e prendeu quatro alemães. Foi morto em ação no ataque a MONTESE, quando, como sempre, seguia na testa de seu Grupo de Combate para assaltar as posições.

O Soldado LUIZ STOBL, do 11º RI, neutralizou com sua arma automática duas metralhadoras alemãs, permitindo a seu Pelotão aprisionar o Comandante do Batalhão inimigo, falecendo em consequência de seu heroísmo.

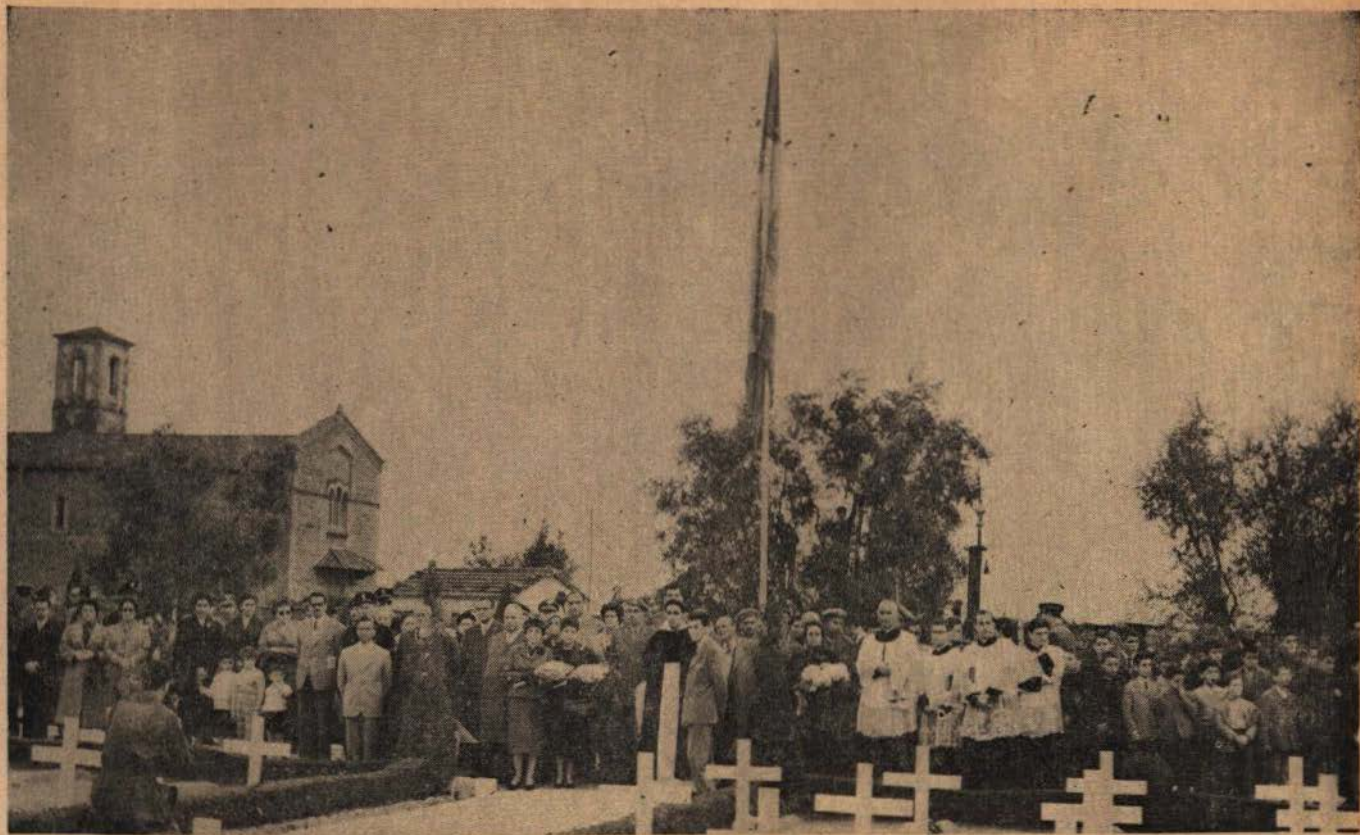
O Soldado OLAVO SOARES DO AMARAL, do 1º RI, no dia 21 de fevereiro de 1945, durante o último ataque a MONTE CASTELLO, partiu para refazer a ligação telefônica entre sua Companhia e o Batalhão. Ferido, prosseguiu na tarefa, morrendo afinal ao completar a última emenda necessária ao restabelecimento do circuito telefônico.

O Soldado SEBASTIAO RIBEIRO, do 6º RI, num golpe de mão realizado sobre o ponto 747 e LEPORE rastejou com mais 2 companheiros até pequena dobra do terreno, abateu três alemães de uma peça de morteiro, aproximou-se de uma casamata lançando no interior da mesma várias granadas de mão. Faleceu em ação no dia 31 Out 44 em MOLLAZANO.

O Soldado SIMIÃO FERNANDES, do 6º RI, em 14 de outubro de 1944, em S. BERNADINO, quando procurava testar uma linha telefônica, com mais quatro companheiros, foi colhido de surpresa por uma patrulha reforçada de vinte alemães, oferecendo tenaz resistência e, enquanto aguardava o reforço pedido, lançou-se corpo a corpo contra o Comandante da Patrulha inimiga, o que resultou na morte de ambos.

Esses valentes patrícios representavam quase todas as Unidades da Federação, assim distribuídas:

Alagoas	5
Amazonas	1



Cerimônia do Dia de Finados, em 2 Nov 57, com a presença de autoridades locais e de uma representação de oficiais e praças do Batalhão Suez

Bahia	11
Ceará	6
Espírito Santo	12
Goiás	4
Guanabara (ex-DF)	50
Mato Grosso	17
Minas Gerais	80
Pará	4
Paraíba	6
Paraná	29
Pernambuco	13
Piauí	2
Rio de Janeiro	63
Rio Grande do Norte	6
Rio Grande do Sul	21
Santa Catarina	28
São Paulo	92
Sergipe	6
Acre	1
Total de mortos da FEB	457
Total de mortos da FAB	8
Total Geral	465

Vale aqui recordar, com orgulho, o nome dos jovens heróis da Força Aérea Brasileira que nos céus da Europa foram imolados no cumprimento do dever e cujos restos mortais também se achavam naquele Campo Santo: 1º Ten-Av AURÉLIO VIEIRA SAMPAIO; 1º Ten-Av JOÃO MAURÍCIO CAMPOS DE MEDEIROS; 1º Ten-Av LUIZ LOPES DORNELES; 2º Ten-Av JOHN RICHARDSON CORDEIRO E SILVA; 2º Ten-Av OLDEGARD OLSEN SAPUCAIA; 2º Ten-Av ROLANDO RIT-TMEISTER; 2º Ten-Av WALDIR PAULINO PEQUENO DE MELLO e Aspirante a Oficial FREDERICO GUSTAVO DOS SANTOS.

Os pistoienses, durante três lustros, demonstraram acolhedora e piedosa hospitalidade, bem própria da gente toscana. As páginas dos jornais de FLORENÇA enchiam-se de notas e reportagens sobre fatos ocorridos no "Cemiterio Brasiliano di San Rocco". Não poucas vezes, os meninos brasileiros foram representados por seus irmãos italianos, que levavam suas flôres e sua palavra de fé aos que honram a Pátria com suas vidas.

Foram quinze anos de contínua e comovente peregrinação de estadistas, sacerdotes, militares, enfim de brasileiros e estrangeiros de todas as profissões e classes, bem como de entidades e associações de fins diversos.

A 5 de outubro de 1960 numa simples, tocante e austera cerimônia, porém muito significativa, bastante sentida pela população de PISTÓIA, iniciou-se a exumação dos restos mortais dos "Caduti in guerra", assis-



Aspectos da cerimônia do Dia de Finados, em 1957, com a presença de autoridades locais, do Adido Naval do Brasil e de representações dos ex-combatentes brasileiros e dos oficiais e praças do Batalhão Suez

tida pela Comissão chefiada pelo General-de-Exército OSWALDO DE ARAÚJO MOTTA, o mesmo que, na guerra, organizara aquele Campo Santo.

A solenidade de despedida do povo de PISTÓIA aos nossos mortos foi realizada a 7 de dezembro na Praça central da cidade. Depois, um comboio de dez caminhões do Exército Italiano transportou as urnas para ROMA. Na capital do Mundo cristão foram realizadas cerimônias religiosas na igreja de São João de Latrão, por especial concessão do Papa, quebrando tradição secular, pois na aludida Basílica só são celebradas exéquias de papas ou cardeais da corte papal.

Dia 10 de dezembro no Aeroporto de Ciampino, em ROMA, iniciou-se o transporte aéreo das urnas por três aviões C-54 da Força Aérea Brasileira, sendo a Comissão de Repatriamento chefiada pelo Gen-Ex OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS, antigo Comandante da Artilharia Divisória da FEB. Na 1ª etapa, ao aterrissar no Aeroporto de Lisboa um dos aviões sofreu acidente incendiando-se, ficando feridos vários tripulantes e danificadas 80 urnas. Viajavam no aparelho, entre outros, saindo ilesos, o General CORDEIRO DE FARIAS e RUBENS LEITE DE ALMEIDA, mutilado da FEB, integrante da Comissão chefiada pelo primeiro. A imagem de Nossa Senhora Aparecida, referida anteriormente, também estava no avião acidentado e foi colocada num hangar velando as urnas milagrosamente salvas.

No dia 12 de dezembro homenagens militares foram prestadas pelo Governo português no Aeroporto, em seguida, a urna do soldado desconhecido foi levada em cortejo fúnebre pela cidade até o Mosteiro dos Jerônimos para cerimônias religiosas acompanhadas pelo povo português.

A viagem foi reiniciada a 13 de dezembro, contando com um avião militar português como substituto do sinistrado, com escalas em LAS PALMAS e na ILHA DO SAL, onde um outro avião da FAB já aguardava para reintegrar a esquadilha.

No dia seguinte os três aviões brasileiros partiram para RECIFE. Nessa cidade foram efetuadas cerimônias na Igreja de Santo Antônio, onde se juntaram as urnas dos marinheiros mortos na guerra e lá sepultados. No dia 15 foi retomada a viagem aérea com destino ao RIO DE JANEIRO, onde solenes exéquias foram realizadas no dia 22 de dezembro de 1960, quando foram depositadas no novo mausoléu em solo pátrio, as urnas dos "pracinhas" mortos na Itália. No museu daquele monumento encontram-se as relíquias do Cemitério de Pistóia, como sejam cruz de madeira da sepultura do Soldado Desconhecido; coroas e placas de bronze; imagem de Nossa Senhora Aparecida; caixa de ferro com terra do Brasil, ofertada pelo Comandante da FEB, Marechal JOÃO BATISTA MASCARENHAS DE MORAES; flâmulas e Bandeiras Nacionais; pá de ferro com cabo que serviu à primeira exumação; álbuns de fotografias, livros de visita e outros documentos; oito filmes documentários das cerimônias lá realizadas e planta, mandada levantar por agri-

menor credenciado, do Cemitério. Foram oferecidas pela "Associazione Nazionale Famiglie dei Caduti e Dispersi in Guerra" uma urna de madeira, contendo terra do Cemitério e 462 outras, com terra de cada uma das sepulturas, com o nome do militar morto, acompanhadas de um pergaminho com dizeres referentes à homenagem, destinadas às respectivas famílias.

As demais cruzes de madeira, existentes em cada sepultura, bem como o grande cruzeiro, foram incinerados pela "Comissão de Exumação e Acondicionamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia".

É interessante o conhecimento da verdadeira e completa história do terreno desse Cemitério, pois circulou por algum tempo a versão de ter sido o mesmo a única reivindicação territorial do Brasil na guerra... Aquela área foi requisitada pelo V Exército Americano, em 2 de dezembro de 1944. Durante os anos de 1945 e 1946 esteve alugada ao Governo brasileiro e, daí a 1957, de acordo com cláusula especial do Tratado de Paz, a responsabilidade coube ao Governo Italiano.

Por Decreto de 18 de maio de 1957 o Governador de Pistóia considerou o terreno ocupado pelo Ministério do Trabalho, porque, entre outras razões o Ministério dos Negócios Estrangeiros dera conhecimento de que o Governo do Brasil não mais pretendia executar a projetada trasladação de seus mortos na guerra. Novo decreto, da mesma autoridade, em 20 de agosto de 1959, desapropriou o terreno em favor do Ministério do Trabalho da Itália, sendo paga a devida indenização ao proprietário.

Com a extinção do Cemitério, a Comissão Brasileira já referida, no seu relatório, mencionou a respeito: "parece não interessar aos herdeiros reaverem o terreno, pois pelas leis italianas, é vedada a construção de casas de residência ou plantio, durante quinze anos, devido ao seu primitivo uso". E adiante: "Assim, é pensamento do atual Prefeito de Pistóia, conforme declarou, obtê-lo para a Prefeitura, a fim de estender um pequeno cemitério vizinho e já saturado, porém, deseja reservar uma área para o Brasil construir um monumento ou erigir uma capela, de acordo com as intenções de seu governo. Convém lembrar que o Congresso Nacional já concedeu e distribuiu um crédito de dois milhões de cruzeiros para a construção de uma capela no terreno. Essa importância hoje, abatida de pequenas despesas, está em nossa Embaixada junto ao Quirinal e depositada no Banco de Crédito Italiano".

Ao finalizar estas considerações, à luz dos fatos que a História registrou, não podemos sopitar o anseio cívico de pugnar pela perene memória de nossos heróis com um monumento a erguer-se na ITÁLIA pelo governo brasileiro.

Não nos conformamos com a idéia de que a história do longo repouso de nossos heróis em PISTÓIA seja, doravante, contada só por palavras, sem um marco que perpetue no solo italiano a passagem dos soldados brasileiros que ali foram em busca do ideal de Liberdade!

INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

A VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO: Cr\$ 150.00

GUERRA PSICOLÓGICA(*)

Alm. MURILO VASCO DO VALE E SILVA

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

PODER NACIONAL

O tema da nossa dissertação é a GUERRA PSICOLÓGICA, seus implementos e sua posição na conceituação geral da guerra moderna.

O Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe efetivamente a Nação, numa época considerada, para promover no âmbito interno e na esfera internacional, a conquista e manutenção dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos existentes.

Da mesma forma que o poder do homem é condicionado pela sua maneira de ser, em mente, espírito e corpo, pela sua posição em relação a outros homens e às posses destes, o Poder Nacional é condicionado pelo que esta nação é em seu povo e em sua consciência nacional; pelo que ela possui em território e recursos materiais; pela sua posição em relação a outras nações. Sem povo e sem consciência nacional não haverá nação. Sem recursos materiais e sem capacidade para usá-los, não haverá Poder.

O Poder Nacional pode ser decomposto em dois grandes grupos de fatores: fatores materiais ou objetivos e fatores psicológicos ou subjetivos.

Por fatores psicológicos se designam os pensamentos e sentimentos do povo, suas crenças e teorias, suas concepções do bem e do mal, do certo e do errado, seus propósitos e intenções, seus ideais — isto é, aquilo que forma a sua mente e constitui a sua filosofia de vida. Por fatores materiais são designados os recursos naturais, a tecnologia, os transportes, a capacidade industrial, as forças armadas, enfim os demais fatores que não se incluem na categoria anterior.

Feita esta decomposição, para fins de análise, uma vez que o Poder Nacional é íntegro, uno, e somente assim pode ter expressão, vamos procurar mostrar como reage um grupo sobre o outro e qual deles tem maior peso; como podem ser empregados os fatores puramente psicológicos no fortalecimento do Poder; em que medida os condutores de homens, os chefes civis e militares, dos mais variados escalões devem

(*) N. da R. — Palestra realizada no EME.

conhecer e utilizar os fatores de ordem psicológica, na execução de suas tarefas e no cumprimento de suas missões, seja na paz, seja na guerra. Não basta conhecer e utilizar esse conhecimento na sua contribuição como fatores de força, ou fraqueza, do nosso próprio poder. É necessário apreciar e saber em que medida eles afetam e criam vulnerabilidade, na formação dos antagonismos internos ou externos, estes caracterizados pelo Poder de outras nações que conosco competem, ou podem vir a competir, no campo internacional.

O professor George Sabine, da Universidade Cornell procurando demonstrar a importância, o papel decisivo dos fatores de ordem psicológica, cita um caso real, vivido e bastante simples, que nos dá uma visão bastante significativa. Diz ele que uma comissão da ONU foi enviada a uma certa nação africana para ensinar a plantar o milho, cereal básico da alimentação do povo e na época escasso na área considerada. Explicar o uso dos fertilizantes, como arar a terra, como semear os campos, como selecionar a semente, foi relativamente fácil: todos ouviram pacientemente e pareciam assimilar perfeitamente o que era dito. Mas, para que o pusessem em prática, foi necessário criar fazendas-modelo, onde, os técnicos da ONU, dirigindo os trabalhos dos nativos, alcançaram resultados extraordinários, bem acima da expectativa mais otimista. Foram, então, levados, os chefes dos vários distritos, ao local, para que pudessem ver e tocar o milho, obtido em campos até então improdutivos. O entusiasmo foi grande, e, após a visita, realizou-se uma grande assembléia de nativos, que aos técnicos parecia ser a consagração do bom êxito.

Com surpresa geral, no dia seguinte, o chefe do grupo indígena que obtivera os melhores resultados, foi morto, esquartejado e os pedaços de seu corpo enterrados nos campos de menor produtividade.

O que ocorreu? Na mente dos indígenas a explicação era clara; os poderes mágicos, com que havia sido investido o capataz, seriam transferidos aos campos. Não foram os técnicos, os implementos agrícolas e o trabalho orientado que produziram bons resultados, mas, unicamente, poderes misteriosos fizeram a "mágica".

A conclusão a tirar é que, estabelecendo uma linha de ação, administrando um processo qualquer, torna-se imperativo prever o que o homem isolado, ou o grupo, fará e dirigir o seu procedimento, a sua vontade, para o fim almejado. Tal vontade deve ser encarada sob seus aspectos psicológicos ou ideológicos.

Os nativos tinham a sua ideologia. Ideologia aqui entendida como o complexo de crenças, esperanças, aspirações, convicções, sobre o bem e o mal, preferências sobre o belo e o feio, teorias e mitos sobre a maneira porque as coisas ocorrem, ou deviam ocorrer, práticas ritualísticas e religiosas, noções de boas maneiras, precedências, liderança, prestígio e deferência.

Os nativos tinham a vontade, tinham os recursos materiais, mas a ideologia que os dominava surgia como obstáculo intransponível, impe-

dindo que as suas vontades fôsem orientadas, no sentido da escolha da linha de ação adequada à consecução do objetivo visado.

Muitas das idéias que o povo alimenta, tem pouca ou nenhuma base científica e algumas podem ser meramente especulativas, ou mitológicas e totalmente ilusórias, mas afetam profundamente o comportamento desse povo. Sob o ponto de vista da lógica a ideologia é um corpo com as juntas frouxas. Sendo um produto de escolha e preferências, de teorias preconcebidas, de tentativas experimentais, e mesmo de improvisações, a ideologia encontra, continuamente situações que não pode explicar e fatos, cujas conseqüências não pode prever.

O homem é a essência, a base e a origem do Poder Nacional. Sem eles os elementos materiais não terão expressão.

De nada vale dispor de imenso território, recursos naturais em variedade e quantidade, se não houver o homem dotado de vontade esclarecida capaz de criar, transformar e usar os implementos, de tôda a ordem, de que necessita o Poder para se afirmar.

Mas o homem é corpo e espírito, é aptidão e vontade. Sem a vontade nada se cria, nada se move. É impulsionado pela vontade que o homem trabalha, estuda, aperfeiçoa e se torna apto para utilizar os elementos materiais a seu dispor. Os elementos psicológicos são a argamassa com a qual se constroem os blocos com que se vai armar a imensa estrutura que é o Poder Nacional. Não somente é indispensável para a confecção dos blocos, como, também, para manter os vários blocos unidos entre si, dando solidez e resistência à estrutura, capaz de resistir às pressões que sobre ela vão ser aplicadas.

Princípio e fim, o homem constitui a essência do poder. Mas, esse homem, corpo e mente, é vulnerável. Fôrças inúmeras podem sobre ele agir, transformando-o, modificando-o, estimulando-o e deprimindo-o. Não sobre o seu corpo, mas sobre a sua mente.

O corpo pode ser resguardado e protegido contra a ação de elementos externos ao seu ser. Mas, a mente não pára, não cessa de trabalhar, não repousa e não dorme. Em atividade contínua, está sempre recebendo influxos novos, novas experiências, impactos de fatos novos surgidos na luta cotidiana pela sobrevivência. Ela não pode ser isolada, segregada ou amortecida.

É esta mente, que constitui o objetivo das ações da chamada guerra psicológica. Dela vamos tratar a seguir.

A GUERRA PSICOLÓGICA surge no quadro geral da guerra moderna. A nomenclatura da guerra acompanha o progresso da ciência.

A ciência está em evolução, em franco desenvolvimento e progresso. Horizontes novos se abrem, designações surgem para novas descobertas, e novas modalidades de emprêgo de recursos e meios algo antigos. Dizer que a guerra psicológica é nova, será faltar à verdade. Dizer que a guerra psicológica não apresenta aspectos novos também, será faltar à verdade.

O Coronel George Lincoln, do Exército Americano, fazendo uma conferência sobre a natureza da guerra, na Escola de Estado-Maior da Marinha, assim se exprimiu: "a definição de termos é, neste exame, muito mais do que um simples exercício de semântica. O registro de um seminário realizado na Universidade de Colúmbia, mostra que após 4 anos de discussões, bissemanais, sobre a definição dos termos "paz" e "guerra" não se conseguiu chegar a um acôrdo".

Cita êle várias definições, como a de Sherman que dizia: "a guerra é o inferno", a do doutor Guiney Wright: "a guerra é a condição legal que permite a dois, ou mais, grupos hostis realizar um conflito de força armada"; a de um sociólogo: "a guerra é uma forma de conflito social"; "a guerra é um conflito entre governos, efetuado com violência" e muitas outras.

Os indivíduos são levados a interpretar e definir os fatos sociais em termos de sua própria profissão, conhecimentos e interesses, às vezes com omissão de certos aspectos básicos, não familiares.

O grande progresso das comunicações, a facilidade com que a palavra, escrita e falada, se irradia a todo o globo terrestre, colocou os grupos humanos em íntimo contato.

Fatos que ocorrem em Moscou, Londres ou Paris são imediatamente conhecidos em Pequim, Buenos Aires ou Nova Iorque. Grande intercâmbio de informações e opiniões se estabeleceu entre os homens. Outrora, os conhecimentos eram transmitidos através de obras, livros, trabalhos de especialistas, técnicos e estudiosos da matéria sobre a qual versavam. Hoje, são jornalistas, políticos, intelectuais de todos os níveis, que, na imprensa e no rádio, emitem conceitos, explicam ou complicam fatos, acentuam aspectos secundários em detrimento do principal, dizem o que pensam, ou o que não pensam e lhes convém dizer. Não têm tempo para meditar, e freqüentemente depois do artigo pronto, ou do discurso lido, não mais voltam sobre a matéria, não modificam ou retificam as suas afirmações. Mas, na grande massa, do lado dos ouvintes ou leitores, a idéia se formou, a lembrança ficou, e estes dão como boas aquelas idéias, reproduzem-nas e freqüentemente deformam.

No mais espetacular fato social que se conhece, a guerra, aspectos emocionais perturbam os espíritos e confundem o raciocínio.

Surgem vocábulos novos, adjetivos acrescidos a vocábulos de conceituação clássica, que são repetidos, reiterados e passam ao uso corrente.

Quando, por qualquer motivo, sejam razões de ordem profissional, cultural ou mesmo simples especulação, meditamos sobre este fato social, e suas designações, chegamos a conclusões embaraçosas: são impróprios os vocábulos, não podem ter a acepção que lhes foi dada, mãs, estão consagrados pelo grande público, e é impossível mudá-los. Resta o recurso de procurar esclarecer, situando a verdade no seu devido lugar, conceituando, relacionando fatos, enfim abrindo caminho, através o emaranhado de palavras, que nos leve a uma posição, de onde possamos descortinar horizontes mais nítidos e identificar semelhanças.

A Guerra Psicológica, objeto das nossas cogitações neste momento, é uma das "vítimas" da confusão criada pelo mau emprego do vocábulo "guerra".

O professor Paul Linebarger, em dezembro de 1950, fazendo uma conferência sobre Guerra Psicológica, assim a iniciou:

"Guerra Psicológica é o nome vulgar, pretensioso, que designa uma certa variedade de coisas".

E prossegue: "Vou tratar da Guerra Psicológica, embora na minha opinião não exista tal coisa. Como muitas outras expressões, trata-se de designação, algo pretensiosa e mesmo ridícula, da simples propaganda militar". "A propaganda tendo se tornado antipática, nos meios militares, pelas continuas referências aos métodos nazistas de ante guerra, surgiu a designação de "guerra psicológica". Com o passar do tempo, provavelmente, outros nomes surgirão para designar aquilo que, desde tempos remotos, se conhece sob o nome de "propaganda".

Continua o professor Linebarger, dizendo que a guerra psicológica, não é guerra, nem psicológica. Não é guerra porque nela não há a violência material. Não é psicológica porque não se liga, coerente ou sistematicamente, à ciência psicologia. Quando a psicologia tem utilidade na guerra psicológica é somente de forma colateral, através sua contribuição para a propaganda. Termina dizendo que "jamais as unidades que fazem a guerra psicológica, foram comandadas por técnico, psicólogo, professor ou autoridade em psicologia".

Esta parte final talvez explique o algo de exagêro contido nas considerações do professor Linebarger.

Para os fins desta palestra torna-se necessário fixar o que entendemos como "guerra psicológica" ou a que nos referimos quando empregamos essa expressão.

Guerra psicológica é o uso planejado da propaganda, com o fim primordial de influir nas opiniões, emoções, atitudes e no comportamento dos grupos inimigos, neutros ou amigos, de tal maneira que eles venham a apoiar a realização dos nossos propósitos e objetivos nacionais.

Sob o ponto de vista militar pode ser decomposta em três partes:

- (a) *ação psicológica estratégica* empregada como elemento integrado e coordenado da estratégia;
- (b) *ação psicológica tática* orientada contra o pessoal inimigo, civil e militar, localizado na zona de combate de um teatro de operações, em apoio direto às operações de combate;
- (c) *ação psicológica de consolidação* dirigida sobre as populações amigas nas áreas de retaguarda, ou no território ocupado por forças amigas, com o propósito de facilitar as operações militares e obter a cooperação da população civil.

O objetivo final da guerra psicológica é apoiar a execução da política de consecução dos Objetivos Nacionais, ou de uma operação militar em

curso. As atividades de natureza psicológica, integradas nas operações de combate, contribuem para a consecução dos objetivos visados pelas operações, reduzindo a eficiência combativa do inimigo. Estas atividades constam de ações de exploração das vulnerabilidades políticas, econômicas, sociais e morais.

Estas atividades psicológicas visam facilitar a reorganização e o controle de áreas ocupadas ou liberadas, em conjunto com as atividades do governo militar em assuntos civis.

Também, visam, essas atividades, produzir efeitos cumulativos sobre opiniões, emoções, atitudes e conduta, das populações, o que em conjunto concorrerá para a vitória sobre o inimigo.

Esta é a idéia fundamental aceita e oficialmente adotada no Exército Americano, utilizada como base para a elaboração do manual de campanha, ora em vigor.

Estas considerações se referem apenas às ações psicológicas como um meio operacional supletivo da ação militar. Contudo, elas podem ser empreendidas, também, e o são com grande frequência nos nossos dias, como uma categoria da ação política, em tempo de paz ou de guerra, e, juntamente com outras modalidades de ação, constituem parte integrante da guerra total.

A utilização do elemento psicológico não é nova, não é fruto da era moderna. Surgiu na história da humanidade desde que esta começou a ser escrita. Encontramo-la mencionada na Bíblia e em Homero: as trombetas de Jericó, o episódio de Judith e Holophernes, os feitos de Gedeão, etc.

Recentes descobertas, na Mesopotâmia, revelaram o episódio do rei Emmekar e o Senhor de Arata, ocorrido, segundo se estima, 5.000 anos antes de Cristo. Emmekar, ambicioso e ávido de conquistas, decidiu ocupar a cidade de Arata e incorporá-la a seus domínios. Para tanto planejou uma campanha em dois tempos. Enviou emissários ao Senhor de Arata, para aconselhá-lo a se render e assim evitar a efusão de sangue. Tal proposta foi rejeitada. Emmekar iniciou uma ação psicológica que, hoje, chamaríamos de guerra de nervos. Procurou infundir o terror na população de Arata. Interceptou as caravanas de víveres, arquinou o comércio, apreendendo as mercadorias que saíam da cidade. Isto, por prepostos seus, sem ostensivamente assumir a responsabilidade das ações. Mandou agentes praticarem atentados terroristas na cidade, enquanto outros responsabilizam o governo por tudo o que se passava, insinuando que os chefes eram desinteressados, inoperantes, incapazes e conluídos com os comerciantes que queriam obter lucros fáceis na venda dos víveres escassos.

Quando julgou bastante enfraquecida a autoridade local expediu caravana de mil camelos, com víveres e roupas para a população da cidade. Enquanto isto colaboradores seus diziam ao povo: "Olhai para Emmekar, ele nos ajuda e quer o nosso bem. Aceitai-o como chefe e assim terminarão os sofrimentos e será evitado derramamento de sangue".

As autoridades de Arata fugiram, expulsas pelo povo, e a cidade se entregou a Emmekar.

Não foi possível saber o que aconteceu aos habitantes de Arata.

Não há dúvida que os progressos da ciência e da tecnologia facilitaram extraordinariamente as ações psicológicas.

A ciência e a tecnologia vieram modificar a Guerra, de forma radical e substancial, na nossa época. Estas modificações afetaram as armas e os engenhos de destruição, transporte, e, principalmente, os instrumentos de ação no campo mental. Nestes últimos vinte anos a luta psicológica se integrou da guerra, de forma tal, que podemos dizer: "a guerra moderna é basicamente psicológica". Ela obedece a normas técnicas, vale-se de recursos da psicologia, da psiquiatria, da eletrônica, da eletrofisiologia, da neurofarmacologia, da antropologia cultural e outros conhecimentos que permitem estudar e aprofundar os estados emocionais e suas reações.

Os meios de ação, implementos da luta psicológica, incluem todos os veículos que se prestam a transmissão da idéia — palavra falada, escrita e a imagem —, vias de penetração na mente humana, em que a censura se torna cada dia mais difícil.

Nos nossos dias não se admite a possibilidade de ser desencadeada uma ação militar sem o preparo psicológico prévio de amigos e inimigos.

O general Ludendorf, estudando a guerra de 1914-1918, pesquisando como seria a próxima guerra, entre outras conclusões chegou à seguinte: "A participação na guerra de grandes massas humanas torna imperativo um grande esforço de propaganda, no sentido de proteger o moral nacional e enfraquecer a coesão política do adversário". Para Marx e Engels a guerra moderna tem natureza quádrupla — política, econômica, psicológica e, em última instância, militar.

Evidentemente os métodos, as técnicas, os meios, variam conforme os povos-objetivo, as massas humanas visadas ou os próprios indivíduos que as compõem tomados isoladamente.

Embora existam normas gerais e regras, as técnicas e os meios variam muito. O engenho humano é fértil na utilização dos meios de engodo, e os elementos de que se dispõe, hoje, para agir na mente humana, para cindi-la, desintegrá-la, destruir a vontade, tolher a iniciativa, implantar o pânico, não têm limites praticamente. Derrotismo, entreguismo, pânico, enfraquecem a ação militar, ajudam a vitória, poupam vidas e são armas menos dispendiosas.

O emprêgo das armas psicológicas para que delas se possam colher os melhores resultados e vantagens exige dos oficiais encarregados de planejar, organizar, e desfechar as ações no momento propício e oportuno, um grande número de conhecimentos especializados.

Os encarregados dos assuntos psicológicos nas forças armadas precisam ter conhecimento da dinâmica cerebral; dos instintos, sobretudo de conservação, de defesa, de agressividade; dos reflexos condicionados; de psicanálise; dos mecanismos de defesa, das lutas que se estabelecem

entre o consciente e o inconsciente do homem. Sem esses elementos, impossível se torna agir sobre os seus semelhantes, sobretudo quando se trata de optar entre a vida e a morte, o cumprimento do dever ou a deserção, a glória ou o opróbrio.

Ao demais, cumpre ainda, a esses responsáveis conhecer perfeitamente o adversário: a sua mentalidade, o caráter nacional, os preconceitos, os usos e costumes, a língua, a tradição histórica, a mística, as crendices, a ideologia, o grau de sensibilidade, a capacidade de resistência, a convicção de estar ou não lutando por uma causa nobre e justa, a fim de utilizar todos esses elementos, e deles tirar o melhor partido operacional.

Os psicólogos e psiquiatras militares deverão estar a par do homem e das suas condições psicológicas, das próprias forças, do seu povo, do moral da retaguarda, a fim de poder agir de forma rápida e drástica contra a ofensiva psicológica porventura desencadeada pelo inimigo.

O mundo não se acha dividido, apenas, por duas ideologias opostas, mas também por duas grandes escolas psicológicas e suas variantes, cujo conhecimento é indispensável, para se compreender e interpretar a guerra psicológica.

A *escola americana*, dita psicodinâmica, fundada nos conceitos de Freud, baseia-se nas forças antagônicas, representadas pelo consciente e o inconsciente. Para manter um equilíbrio na vida mental e estabelecer harmonia com o mundo exterior, sem que se verifiquem entre-choques e sem que se formem complexos, o cérebro humano realiza um trabalho contínuo, num esforço de autodefesa, que se convencionou chamar de *dinamismo*.

A *escola psicológica soviética* assenta-se nas descobertas do grande fisiologista russo Pavlov, dos chamados reflexos condicionados.

Partindo de experiências em animais e no próprio homem, chegou o fisiologista russo à conclusão de que todas as nossas funções, toda a nossa vida mental, subordinam-se a reflexos condicionados, resultantes de associações que se formam entre os diferentes centros nervosos, criados pelo ambiente e pelas impressões colhidas através dos sentidos. Assim é que o comportamento humano seria o resultado de reflexos condicionados, formados na córtice cerebral.

Os continuadores de Pavlov prosseguiram os seus estudos e criaram uma grande escola reflexológica. A educação, a instrução, o trabalho, a ciência, a tecnologia, os hábitos, a propaganda, a preparação militar dos russos, tudo se baseia nos princípios de Pavlov.

Uma vez formado o reflexo condicionado, tanto o animal como o homem agem, automaticamente, de acordo com o condicionamento estabelecido.

Verdade é, que empiricamente, sem conhecer a existência dos reflexos condicionados, o homem já havia reconhecido a importância do ritmo, dos brados de guerra, das marchas militares, no despertar da coragem e no desencadeamento da ação.

A estratégia psicológica russa funda-se nos reflexos condicionados, tanto na ofensiva, como na defensiva. Na ofensiva, procurando despertar o medo, o pânico, através a chamada estratégia do terror, na defensiva, submetendo o povo russo a um preparo reflexológico prévio, para evitar que se atemorize ante o ataque do inimigo, qualquer que seja a arma empregada.

GUERRA PSICOLÓGICA NA CONJUNTURA

PROPAGANDA

Um fator notável que caracteriza o mundo em que vivemos e distingue a nossa época, de todos os períodos históricos anteriores, é essa luta pelo domínio da mente humana, a que vimos nos referindo.

Durante o último terço de século estêve a humanidade envolvida em uma titânica luta ideológica que tem como prêmio a sobrevivência da civilização e de todos os seus valores.

Os conceitos religiosos, econômicos, políticos e sociais que constituem os fundamentos da civilização ocidental têm estado sob violentos ataques.

O comunismo soviético, o nazismo alemão e o fascismo italiano, fundam a sua ação em uma filosofia de conquista e domínio do mundo. As doutrinas extremistas não visam apenas a conquista e a glória militar — como Alexandre, César, Gengis Khan e Napoleão — mas procuram a conquista e o domínio espiritual, moral e intelectual de toda a humanidade.

O comunismo soviético, sobrevivente da última grande guerra em que se afundaram o nazismo e o fascismo, enérgica e decididamente prossegue em sua ofensiva contra o corpo e a alma do homem.

As religiões devem ser eliminadas. A família dissociada e destruída. A propriedade privada abolida. Nações e Estados absorvidos e fundidos na nova ordem. Amor da pátria é crime. Todas as filosofias proscritas, exceto a escolhida pelos Senhores do mundo. Literatura, drama, história, ciência, deturpadas e postas a serviço da filosofia eleita. O passado deve ser varrido da nossa mente.

O objetivo e a audácia deste programa provocaram risos. Por alguns anos os povos do ocidente assistiram com curiosa tolerância à propaganda destas idéias novas, e confiantemente afirmavam: "é um fenômeno eslavo, que não pode ocorrer entre nós".

Em Moscou, Berlim e Roma, a propaganda adquiriu os foros de arte refinada e passou a constituir a base da ação política, interna e externa, das nações. Dentro de pouco tempo começou a produzir dividendos. Imediatamente os intelectuais e patriotas que perceberam o perigo desta propaganda foram ignorados ou ridicularizados com os epítetos de retrógrados, reacionários ou traidores.

Os povos de boa vontade dão a vida na defesa daquilo em que acreditam. Quando os ideais são grandes, bons, nobres, os homens farão milagres para alcançá-los e defendê-los. As idéias são instrumentos poderosos e quando têm fundo religioso, moral, ético, legal ou científico, tornam-se invencíveis. Quando tais idéias são convenientemente apresentadas, com frases grandiosas e símbolos imponentes, especialmente quando trazem um odor social, político ou econômico, elas constituem, como já foi dito, o que chamamos — Ideologia.

Convenientemente depositada em terreno propício, adubado pelo descontentamento, frustração ou inveja, a ideologia adquire imensa energia cinética.

Consideradas sob o ponto de vista histórico, as ideologias podem ser boas ou más, podem produzir o bem ou o mal. Mas, constituíram sempre uma potente e poderosa força motivadora dos movimentos sociais.

A grande batalha que se trava nos nossos dias é entre a ideologia comunista e a democrática, e a arma básica, preponderante, extremamente poderosa, é a *propaganda*.

Vivemos a todo o instante sob a ação da propaganda. Usamos a propaganda, a julgamos boa e honesta quando atende aos nossos propósitos.

Quando nos contraria, damos-lhe o sinônimo de mentira. Tôdas as idéias que nos são apresentadas e consideramos más, perigosas, sinistras ou subversivas, dizemos ser propaganda.

A propaganda é sempre considerada boa pelos que a usam, mas não é necessariamente má para aqueles que a recebem.

É assim a palavra propaganda incorporada ao rol dos vocábulos de sentido múltiplo, tornando difícil caracterizar precisamente o que por ela se designa.

O termo propaganda é de origem latina. Vem da palavra "propágo", termo agrícola, que designava o mergulhão, ou ramo da videira enterado no solo para ganhar raízes e reproduzir a planta. Daí decorreu o verbo "propagáre", empregado para designar a ação de reproduzir por mergulhia. Nesta acepção aparece em Catão, e Plínio, "o Antigo".

Cícero foi o primeiro a empregar o termo no sentido geral de reproduzir, multiplicar, espalhar. Encontramos esta acepção na "República" de Cícero. Neste sentido figurado a palavra se manteve em todos os escritores latinos posteriores a Cícero, e chegou até ao latim moderno. No ano de 1622, o Papa Gregório XV criou uma Congregação para a propagação da fé, que em latim se designa "Congregatio de Propaganda Fide". O trabalho dos missionários ligados a esta obra tornou a Congregação conhecida em todo o mundo civilizado de então. Os protestantes no século XVIII se organizaram da mesma forma, dando a designação de propaganda às atividades de seus ministros. A mais notável foi a sociedade para Propaganda do Evangelho nos Países Estrangeiros, criada pela Igreja da Inglaterra em 1701, que muito influenciou na formação religiosa das colônias inglesas da América, hoje os EEUU.

Até 1850 só se falava de propaganda em termos de pregação religiosa.

Posteriormente começou a ser usado este termo, para designar toda e qualquer ação que visava propagar novas doutrinas, sistema filosófico, civil ou religioso.

Gradualmente a palavra se firmou e foi se vulgarizando. Mas, nas enciclopédias anteriores a 1920 a palavra "propaganda" não figurava.

Durante e após a Primeira Grande Guerra o termo perdeu a sua acepção religiosa e passou a designar qualquer pregação falsa ou mentirosa, de origem desconhecida ou velada. Este sentido pejorativo ainda perdurará na mente de muitas pessoas, embora já não seja correto.

A propaganda, no sentido geral, é entendida como sendo a expressão de opinião, ou a ação de um indivíduo ou grupo de indivíduos, deliberadamente destinada a influir nas opiniões e ações de outros indivíduos ou grupo, visando a um fim determinado.

A propaganda visa impor alguma coisa, sem admitir o exame cuidadoso, ou crítico, da matéria exposta.

Psicologicamente falando, a propaganda é a tentativa organizada de influenciar a opinião pública, em favor de um interesse especial, por meio da sugestão.

Esta definição tem três partes: a propaganda visa influir na opinião pública, isto é, a opinião de muitas pessoas; há sempre um interesse especial motivando a propaganda, que representa um objetivo emocional de grande conveniência para os propagandistas; a propaganda depende do uso da sugestão.

Argumentação livre, com apresentação de todos os aspectos do assunto, não é propaganda.

A conclusão alcançada com pleno conhecimento de causa não é produto da sugestão. Sugestão é o processo de chegar a uma conclusão com parte apenas do nosso equipamento mental. Ela implica na ausência de autodeterminação completa.

Há uma certa tendência a dar à propaganda o sentido de educação. É comum se designar como propaganda aquilo que nos desagrade, e como educação o que está conforme com a nossa opinião.

Não há dúvida que muita propaganda se processa sob o rótulo de educação, principalmente nos regimes ideologicamente conscientes, naqueles em que a ideologia predominante é totalitária, o sistema educacional se transforma em tremenda máquina de propaganda.

Mesmo os livros elementares, como os que ensinam a ler, escrever e contar, são deliberadamente tendenciosos.

O doutor Ley, Ministro da Educação ao tempo de Hitler, dizia, referindo-se à juventude e confundindo educação com propaganda:

"Não é ciência e conhecimento o que eles precisam, mas apenas educação para os tornar obedientes ao líder... Eles não precisam aprender, nem precisam pensar, pois sempre que pensam o mal lhes vem à mente".

A educação difere da propaganda porque procura dar ao estudante todo o conhecimento disponível sobre determinada matéria. Procura mostrar tôdas as áreas em controvérsia e as soluções várias para um mesmo problema. Procura a educação suprir o aluno com marcos éticos e morais que o guiem e habilitem a pensar racionalmente, e nunca agir como um "robot".

Dá-lhe referências pelas quais se avalia a si próprio, ao seu próximo, à sua comunidade, à sua pátria, em termos de outras nações, outras pátrias e outras épocas.

É altamente suspeita esta confusão deliberada entre educação e propaganda.

A democratização e a socialização das nações obrigou os governos ao uso intensivo da propaganda. Os governos tornaram-se conscientes da necessidade de formar opinião pública favorável a suas políticas, tanto internas como externas. Com a crescente importância da opinião pública e com a íntima correlação, que se tornou necessária, entre a política interna e a política externa, a propaganda extravasou as fronteiras nacionais e hoje as nações procuram obter apoio da opinião pública estrangeira para as suas políticas. A moderna tecnologia, juntamente com a diplomacia clássica e a compreensão da importância dos fatores psicológicos, tornou a propaganda arma poderosa na mão dos estadistas. Tôdas as nações que realmente querem sobreviver, isto é, que se preocupam realmente com a sua Segurança Nacional, criaram serviços de propaganda dispendiosos, complexos e vastos.

Na Inglaterra foram tomadas as primeiras medidas, para criar um órgão nacional de propaganda, em 1934, sob o impacto das atividades nazistas e fascistas que punham em perigo os interesses ingleses no exterior. Nessa ocasião foi criado um Conselho Britânico para as relações culturais com outros países, o Departamento de Notícias do Foreign Office foi ampliado e a BBC iniciou a irradiação de programas para o exterior. Durante a Segunda Guerra Mundial o serviço de propaganda assumiu um papel importante nas atividades nacionais inglesas. Em tempo de paz a propaganda inglesa é de caráter utilitário, dedicando-se a criar um sentimento de fé e confiança na Inglaterra. Apresenta os fatos sob o ponto de vista dos interesses ingleses.

A política de propaganda é formulada no Conselho de Ministros e o Ministro do Exterior é o responsável por toda a propaganda fora do território metropolitano. Juntamente com estas atividades ostensivas os ingleses adquiriram jornais estrangeiros, usam agências de informações e notícias, operam serviço próprio de rádio, mais ou menos clandestino, e usam agentes para espalhar boatos e rumores. Estes recursos são eficientes, e tem produzido bons resultados. Constituem implementos da luta psicológica e estão engajados no que se denomina "guerra fria".

Nos Estados Unidos começou-se a tratar de um serviço nacional de propaganda em 1939. No início da Segunda Grande Guerra foi criado

o CWI, Office of War Information, que controlava o programa "Voz da América".

Funcionou, interna e externamente, apoiando o esforço de guerra e a política nacional. Cooperou com os exércitos aliados na guerra psicológica e auxiliou o OSS, Escritório de Serviço Estratégico, na promoção de movimentos clandestinos nos países ocupados. Há um escritório anexo ao do Coordenador de Negócios Interamericanos, que se ocupa com a propaganda na América Latina.

Atualmente, todos os serviços de propaganda não militar estão sob o controle do Departamento de Estado.

Os serviços americanos utilizam o rádio com programas especiais; o cinema e a imprensa, com material documentário e informativo; os centros de informações e as bibliotecas, onde se distribuem livros, jornais e revistas; os programas de intercâmbio de alunos e professores, que constituem dos mais eficazes recursos da propaganda.

A máquina de propaganda soviética torna ridículas, as organizações dos demais países, quando as comparamos. A "Agitprop" é o órgão Central que dirige toda a propaganda, diretamente subordinado ao Comitê Central do Partido Comunista. Trabalham como empregados do serviço de propaganda russo cerca de um milhão de pessoas no território soviético. Considerados os agentes de outras nações socialistas e os serviços de propaganda dos vários partidos comunistas, estima-se em 10 milhões de pessoas que têm como atividade principal fazer propaganda político-ideológica, pró "soviets".

Para a propaganda russa no exterior são empregados cinco canais principais: (1) rádio e imprensa, (2) missões diplomáticas e de outras naturezas, (3) recursos locais dos partidos comunistas, (4) organizações nacionais e internacionais, diretamente dirigidas de Moscou, (5) delegação russa na organização das Nações Unidas. Estes canais são empregados no sentido de criar opinião pública favorável às políticas russas, sendo todos eles duplicados por uma organização ostensiva e outra clandestina.

Não são somente as potências citadas que dispõem de máquina de propaganda. Outras nações, grandes e pequenas, como a China, o Japão, a França, a Alemanha Ocidental e Holanda, têm seus serviços organizados e nêles confiam para o bom êxito de suas políticas e defesa de seus interesses.

CONCLUSÃO

O Poder Nacional é a expressão de capacidade de sobrevivência de uma nação. Todas as Nações têm como Objetivo Nacional Permanente a preservação de sua vida autônoma e independente. Se não dispuserem de Poder, para a consecução de seus objetivos, elas perecerão e fatal-

mente serão absolvidas por outras nações que com elas competem. Os fatores psicológicos constituem a essência do Poder: eles estão na sua origem e são a fonte de sua vida. Não se admite mais que uma Nação permaneça indefesa à mercê das ações psicológicas estrangeiras. De nada adiantam o Poder Econômico e o Poder Militar se o Poder Político, apoiado pelo Psico-Social, não puder conduzir, com honestidade e firmeza uma política esclarecida de Segurança Nacional.

É imperioso, é urgente, é necessário, que no nosso país se organize um sistema de controle, vigilância e de contramedidas que neutralizem a ação da propaganda, instrumento da guerra psicológica que se trava no mundo em nossos dias, e na qual estamos envolvidos, seja no campo externo, seja no campo interno.

A qualquer observador menos atento não pode passar despercebida a ação sistemática da propaganda conduzida, em nosso país, pela imprensa, pelo rádio e pelo livro, por grupos de pressão, interessados em criar ilusórios movimentos de opinião a favor de suas conveniências, em detrimento dos mais altos interesses da pátria, com prejuízo da paz pública e, principalmente, com grande risco para a Segurança Nacional.

BIBLIOGRAFIA

- PSYCHOLOGICAL WARFARE — Paul Linebarger;
LA GUERRE PSYCHOLOGIQUE — Maurice Mégret;
PSYCHOLOGICAL WARFARE — U. S. Army — 1961;
PSYCHOLOGICAL ASPECTS OF GLOBAL CONFLICT — I. C. A. F. — 1930;
COMUNISMO Y MIEDO — T. Maulner;
TOTAL WAR AND HUMAN MIND — A. M. Meerloo;
MANIFESTO DEMOCRÁTICO — Ferdinand Peroutka;
INTERNATIONAL POLITICS — Padelford and Linedn;
PRÉCIS DE PHILOSOPHIE — Armand Cuvillier.



FORMAÇÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS DO PRATA

General R-1 FLAMARION BARRETO

SUMÁRIO

- 1 — O meio físico
- 2 — A conquista e a ocupação
- 3 — A influência das missões
- 4 — Organização político-colonial
- 5 — A economia
- 6 — A sociedade platina
- 7 — Unitarismo e Federalismo platinos

1. O MEIO FÍSICO

a. A Bacia do Prata:

(1) *Definição*: A Bacia do Prata compreende as terras irrigadas pelos rios Uruguai, Paraná, Paraguai e Prata. Mede uma área de 4.500.000 Km².

(2) *Limites*:

Ao Norte encostas meridionais do Maciço Mato-grossense e Goiano e contrafortes orientais do Planalto Boliviano.

A Este Maciço Atlântico do Sistema Brasileiro, marcado pelas vertentes oeste das serras do Mar, Mantiqueira e Geral, e as da Coxilha Grande em território uruguaio.

A Oeste Andes Bolivianos, serras subandinas da Argentina (Jujuy e Salta), serras de Córdoba e São Luiz.

Ao Sul: serras de Tandil e Ventana.

(3) *Unidades Hidrográficas*: Bacia do Paraná — Bacia do Paraguai — Bacia do Uruguai — Bacia do Prata.

(4) *Composição Política*:

— *Brasil*: Sul de Mato Grosso; sudoeste de Minas Gerais, Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, menos territórios pertencentes à vertente atlântica.

— *Uruguai*: A oeste da Coxilha Grande.

— *Argentina*: Planície do Chaco e de Buenos Aires, Mesopotâmia, Território das Missões, região noroeste (Jujuy, Tucumã, Salta, etc.).

(5) *Características principais dos rios formadores:*

(a) *Rio da Prata:*

- Formadores: Paraná e Uruguai.
- Largura: 220 km (o mais largo do mundo).
- Comprimento: 278 km.
- Divisões: Seção superior: da confluência do Paraná e Uruguai até a Linha La Plata — Colônia, (3.500 km²).

Seção média: Linha La Plata — Colônia à linha Punta Piedras — Montevideu (9.000 km²).

Seção inferior: da linha Punta Piedras — Montevideu até uma linha imaginária ligando os cabos Santa Maria (Uruguai) e Santo Antônio (21.000 km²) (Argentina).

Aspectos gerais: É relativamente raso com inúmeros bancos de areia, criando muitos canais, dos quais, o mais profundo passa junto à costa uruguaia com 20 a 40 metros de profundidade. Observa-se inúmeras ilhas, principalmente, junto à costa do Uruguai, sendo a mais importante a de Martin Garcia, situada em frente à confluência dos rios formadores, dominando o canal mais profundo.

(b) *Rio Paraná:*

— Formadores: Rio Grande que nasce na Serra da Mantiqueira e rio Paranaíba com origem no planalto Goiano.

— Curso: 4.500 km, sendo 1.870 em território brasileiro.

— Largura variável: Em Urubupungá 1.000 m; na confluência do Ivaí, 1.500 m; nas Sete-Quedas passa de 4.500 m para 60 m.

— Área da Bacia: 3.000.000 km², sendo 1.870.000 em território brasileiro (mais da metade no Brasil).

— Divisões do Curso: Alto Paraná: da confluência dos formadores até o Salto de Guaíra.

— Médio Paraná: de Guaíra até Posadas, sendo de Guaíra a Pôrto Mendes inavegável, e desta última localidade à do Posadas perfeitamente navegável.

— Baixo Paraná: do Posadas ao Delta perfeitamente navegável, mas de leito pouco definido.

— Condições de navegabilidade: De Santa Fé até a foz do Paraguai por navios de calado até 4 m; da foz do Rio Paraguai até Pôrto Mendes suporta calados até 2,5 m.

— Da foz a Rosário, navegação oceânica (420 km). De Rosário até Santa Fé, por embarcações de 19 pés de calado (5,70 m).

(c) *Rio Paraguai:*

— Nascente: no Brejo do Morro Velho próximo a Diamantina, no Planalto sul-mato-grossense.

— Largura: 350 m em média com profundidade de 4 a 5 m.

— Curso 2.078 km, sendo 1.406 em território do Brasil (2/3).

— Área da Bacia: 352.300 km² no Brasil; 400.000 km² no Paraguai; 250.000 km² na Argentina; 300.000 km² na Bolívia, num total de 1.300.000 km².

A área de inundação é a maior do Continente, medindo-se por retângulo de 400 por 250 km.

— Condições de navegabilidade: é navegado por navios de sete a oito pés de calado até Cáceres e daí até quase as nascentes por pequenas embarcações.

(d) *Rio Uruguai:*

— Nascente: nasce com o nome de Pelotas na vertente Oeste de Cadeia Oriental, entre os Estados de Santa Catarina e Rio-Grande do Sul.

— Largura: variando de 700 m em São Borja, até 12.000 na confluência com o Paraná.

— Curso: de 1.500 km dos quais 1.000 em território brasileiro.

— Divisões do curso: Alto Uruguai: das nascentes até Salto Grande (com 11 m) um pouco a jusante da foz do Peperiguassu.

— Médio Uruguai: de Salto Grande à Cidade de Salto (760 km).

— Baixo Uruguai: de Salto à foz.

— Área da Bacia: 202.168 km².

— Singularidade: no estreito, situado a 12 km a jusante da Ponte de Marcelino Ramos, o Rio se estreita entre paredões graníticos de tal forma que se pode colocar os pés nas duas margens.

b. Uma interpretação do fator geográfico:

(1) *Estudo do espaço:*

(a) *Geologia*

Quaternária na Planície; Terciária nos Andes, nas Coxilhas da Mesopotâmia; Arqueana nas mesetas do Paraguai e em parte dos limites com o Planalto brasileiro.

O solo na Planície estava coberto por espessa camada de "Loess" constituído de sedimentos carregados do Planalto brasileiro e de lavas provenientes do vulcanismo andino.

Conclusão: Terrenos muito aptos à produção agrícola e pecuária. Pequenas possibilidades minerais na planície, regulares nas vertentes andinas.

(b) *Climatologia*

Tropical, acima de 24°, abrangendo áreas do Paraguai, Bolívia, Mato Grosso, Goiás, São Paulo.

Tropical temperado, entre 24° e 30°, compreendendo áreas da Mesopotâmia, do noroeste argentino, do Rio Grande do Sul; oeste do Paraná e Santa Catarina.

Subtropical, entre 30° e 35°, abrangendo áreas do pampa argentino e do Uruguai.

Conclusão: propiciava boas condições de vida em toda a área da bacia, acentuadamente ao sul do paralelo de Posadas. A grande variedade climática propiciava boas condições para produção da vasta gama de produtos agrícolas, incluindo os cereais nobres e para criação. Oferecia, ainda, boas condições para adaptação de populações provenientes da Europa.

(c) *Vegetação*

Na maior parte da bacia a vegetação era de pequeno porte, representada pelos cerrados (Minas, Mato Grosso e altos cursos dos afluentes paulistas do Paraná), prado (Mesopotâmia argentina e o pampa).

As matas tropicais ocorriam no oeste do Paraná e de Santa Catarina, em trechos poucos extensos das Missões do oeste do Paraguai.

Conclusão: A vegetação era fracamente permeável na maior área da bacia, facilitando a circulação. As boas pastagens, particularmente, no pampa, criavam boas condições para a criação. As matas tropicais, a Este, dificultavam a penetração na direção Este-Oeste, do rio Ijuí para o norte.

(d) *Orografia*

Constituída por uma grande planície, limitada por um hemicírculo de alturas muito mais baixas ao Norte, a Este e ao Sul, de que a Oeste.

A Oeste, os Andes constituíam um nítido elemento separador oferecendo apenas limitado número de passos, onde se poderiam estabelecer contatos entre uma e outra de suas vertentes.

Ao Norte, a Este e ao Sul, a linha de cumiada das alturas era pouco nítida e não raro inexistente. Suas vertentes ocidentais caíam suavemente sobre a Planície, não constituíam elemento separador nítido, particularmente, ao Sul do Paralelo de Posadas.

No interior da Bacia os divisores secundários de seus Rios eram pouco caracterizados e não constituíam obstáculo à circulação.

Conclusão: A orografia propiciava nítida separação com a vertente do Pacífico e funcionava como elemento isolante. Ao Norte, Este e Sul não oferecia obstáculo à penetração vinda do Norte, do Este ou do Sul e tanto menos quanto mais ao Sul se fizesse. No interior da Bacia, a Orografia não opunha obstáculo à circulação, facilitando, ao contrário, a abertura de caminhos terrestres.

(e) *Hidrografia*

A região costeira era baixa no Uruguai e na Argentina, apresentando, apenas, uma articulação importante, o estuário do Prata que funcionava, pela sua amplitude, como verdadeiro mar interior. Dada a ausência de outras articulações de importância e o fato de coletar as águas de extensos e profundos rios, se transformou em ponto de con-

vergência das vias terrestres e fluviais interiores e das marítimas provindas de áreas vizinhas ou longínquas. Constituíam poderoso obstáculo, separando as áreas dominadas pela Argentina e o Uruguai mas constituía, também, o caminho mais fácil para ligá-las através de meios marítimos ou fluviais.

O Rio Paraná penetrava profundamente o continente da direção Sul-Norte, e através do Paraguai, que lhe prolongava a influência, chegava até o divisor com a Bacia Amazônica. A cachoeira da Guaíra interrompia, em pequena extensão, a navegabilidade do Rio Paraná, que podia, entretanto, ser retomada em largo trecho a montante desse obstáculo. Os importantes afluentes da margem Este do Paraná, levavam sua influência até as proximidades do Atlântico e podiam servir de caminhos para atingi-lo vindo da vertente atlântica, favorecendo a penetração no sentido geral de nordeste para sudoeste.

Afluentes da margem Oeste do Rio Paraguai, como o Pilcomaio e o Bermejo, ofereciam possibilidades para atingir as encostas orientais dos Andes, apesar de suas más condições de navegabilidade.

Conclusão: A Hidrografia propiciava boas condições de irrigação de toda a área, favorecendo a produção agrícola e pecuária.

O estuário do Prata, reunindo todas as águas da Bacia e sendo a mais importante articulação da área costeira, funcionaria forçadamente, como elemento polarizador das vias de transporte terrestres, fluviais e marítimas. Seria a porta de entrada e saída, forçada, da Bacia.

(f) *Conclusões gerais:*

A Bacia era uma unidade geográfica do tipo Planície, servida por boas condições de clima e bem irrigada, tendo possibilidade de apoiar em boas condições efetivos demográficos importantes. Esse espaço poderia funcionar como suporte de uma grande Nação.

As condições físicas, dominantes na Bacia, favoreciam mais a produção agrícola e pecuária do que a mineral. Ofereciam boa aclimação de espécies vegetais e gado existente na Europa.

A inexistência de obstáculos, decorrentes da orografia e vegetação, as boas condições de navegabilidade dos rios principais e de seus afluentes, propiciavam boas condições de circulação no interior da Bacia e a ação polarizante do estuário lhe dava grande poder aglutinante.

A penetração na direção Este-Oeste ou para vertente do Pacífico, estava limitada a poucos passos existentes nos Andes, mas na direção Sul-Norte e Oeste-Este, seria facilitada pelo sentido dos cursos e condições de navegabilidade dos rios, e inexistência de uma linha orográfica nitidamente separadora. As penetrações vindas da vertente do Atlântico encontrariam bons caminhos naturais.

Em caso de desagregação da unidade geográfica, esta era mais facilitada no sentido dos Meridianos do que nos dos Paralelos, dado à feição plana do relevo e os cursos dos rios principais, orientados no sentido dos Meridianos.

(2) *Estudo da Posição :*

(a) *Absoluta :* Entre os 10° e os 35° latitude Sul, 40° de longitude Este e 65° da longitude Oeste. No hemisfério Sul.

(b) *Relativa :* Com colônias espanholas — boa separação.

— Com colônia portuguesa — má separação, ensejando penetrações e choques, tanto maiores quanto mais ao sul.

— Afastamento dos grandes feixes de navegação para Antilhas e Índias. Maior proximidade de áreas luso-brasileiras.

(c) *Conclusões gerais :*

— Isolamentos relativos das rotas comerciais com Espanha. Maior proximidade das rotas luso-brasileiras.

— Choque com os portugueses, mais intenso no estuário, buscando como limites de influência os rios.

— O estuário, como saída e entrada forçada da Bacia, adquiriu grande importância na vida das populações que aí se radicaram.

(3) *Estudo da Circulação :*

(a) *Interna :* Muito boa, seja pelas vias fluviais, seja pelos caminhos terrestres.

(b) *Externa :* Com o Chile e o Peru através dos passos nos Andes; com o Brasil, mais fácil no sul do que no norte.

(c) *Conclusões gerais :*

— Difícil o choque com as populações do Chile e da Bolívia.

— Possibilidades grandes de choques com os portugueses, particularmente no Sul.

— Domínio do estuário necessário para assegurar a vida das populações do interior.

— Dificuldade de comércio com a Europa.

c. *Implicações gerais do fator geográfico :*

O fator geográfico, analisado em termos de espaço, posição e circulação, poderia ensejar nesta área a formação de um grande Estado tendo como suporte físico a ampla unidade geográfica-econômica da bacia. Em caso de desagregação a ordenação política era favorecida no sentido dos meridianos.

— Seriam maiores as possibilidades agrícolas do que minerais.

— Haveria possibilidade para apoiar grande efetivo humano.

— Seriam difíceis os choques com os chilenos e bolivianos. Fáceis com os portugueses, particularmente no sul.

No lado Este os rios seriam chamados a servir de limites, dada a indefinição dos elementos orográficos.

— Amplas facilidades de circulação interna, forçando a unidade geográfica. Dificuldade na circulação com áreas afastadas, agravando

o isolamento da bacia, em relação à América do Sul e à metrópole. Proximidades de áreas luso-brasileiras.

— O domínio do estuário importaria em assegurar uma grande influência sobre as demais áreas da bacia.

— Haveria influência das populações litorâneas sobre as interiores.

— Seriam pequenas as possibilidades de intervenção e apoio direto da Metrópole.

d. Implicações particulares do fator geográfico :

(1) Contribuição da Posição de Buenos Aires à formação dos países platinos :

(a) Análise sintética :

A posição geográfica de Buenos Aires pode ser vista em relação à atual Argentina, ao antigo Vice-Reinado do Rio da Prata e à própria América do Sul.

Em relação à Argentina, Buenos Aires ocuparia o centro da área pampeana, a mais rica e povoada do país. Reunia, pois, condições para crescer econômica, política e socialmente. Era além disso, o esboço normal de outras regiões naturais, subordinadas ao Governo de Buenos Aires.

Em relação ao Vice-Reinado, Buenos Aires seria a saída e entrada obrigatória para todas as correntes comerciais, vindas do interior ou exterior. Essa posição natural foi consolidada com o privilégio do Monopólio de que gozou o Porto de Buenos Aires, depois do abrandamento do sistema de monopólio. Buenos Aires absorveu, portanto, durante mais de um século, a vida econômica da Bacia do Prata e foi o elo de ligação entre as atividades político-sociais que ali se verificaram e as outras áreas exteriores.

Em relação à América do Sul, Buenos Aires no período Colonial foi o Porto mais importante, de São Salvador para o Sul. Estava, entretanto afastado em relação aos grandes feixes de navegação da época. Isso contribuiu para o isolamento da Bacia do Prata como um todo e marcar suas populações com um caráter individualista e uma grande suscetibilidade às imposições externas, procurando resolver seus problemas isoladamente.

(b) Apreciação :

Do que ficou sucintamente exposto, se poderá concluir que o Porto de Buenos Aires:

— Estava encravado numa das áreas mais ricas e mais povoadas da Bacia do Prata, o que lhe dava possibilidade para crescer econômica e demograficamente, mesmo que estivesse separado de outras áreas dessa Bacia. Sua influência sobre o Pampa era enorme.

— Constituía a porta de entrada e de saída de toda a área da Bacia do Prata, agravada pela imposição do Monopólio, o que lhe dava possibilidades de absorver a vida econômica das populações que nela se radicaram.

— Era o elo de ligação, entre as idéias que se agitavam no interior e as que vinham de fora, transformando-se no centro de idealidade política da Bacia do Prata, o que conduziria necessariamente sua elite a tomar a seu cargo a direção de movimento emancipador das populações platinas.

— Cresceu aceleradamente em poder demográfico, econômico e político e se agigantou em relação às outras áreas da Bacia do Prata, tornando-se alvo de queixas e ressentimentos generalizados. Desequilíbrio, portanto, em seu proveito, o crescimento harmônico das comunidades platinas, criando motivos de sérios ressentimentos.

(2) *Contribuição do fator geográfico à formação dos países platinos :*

ARGENTINA

— Favoreceu a criação do antagonismo entre a cidade de Buenos Aires e a campanha da Província dêsse nome, o que enfraquecia o poder militar e político de ambas.

— Valorizou as áreas litorâneas, em detrimento das do interior, favorecendo o nascimento do antagonismo litoral-interior.

— Possibilitou o predomínio econômico, demográfico, político, social e militar, de fato, da província de Buenos Aires sobre as demais, conferindo-lhe uma liderança incontestada, mas opressiva e suportada com sacrifícios inumeráveis.

— Absorveu as fracas correntes imigratórias o que contribuiu para consolidar o crescimento da cidade portuária e foi motivo de queixas do interior.

— Favoreceu o aparecimento, em Buenos Aires, de uma poderosa elite burguesa, composta de mercadores e grandes fazendeiros, ligados a interesses estrangeiros, privilegiados por favores da coroa e dispostos a manter essa posição, aliada a um grupo de intelectuais, impregnados de novas idéias que agitavam o mundo.

— Dificultou a participação das populações do interior da Bacia na vida hispano-americana, predispondo-as para o isolamento, para resolver seus problemas isoladamente, para reagir prontamente contra imposições estranhas.

PARAGUAI

— Contribuiu para a perda do domínio político de Assunção e o ressentimento conseqüente das populações que viviam na região.

— Subordinou a economia do Paraguai ao estuário, valorizando a via fluvial Paraguai-Paraná como meio de transporte tornando o problema da livre navegação nesses rios numa reivindicação natural e importante de suas populações, forçando a procura de outra saída.

— Favoreceu o isolamento do Paraguai, marcado por uma preocupação constante de auto-suficiência econômica, para fugir às imposições da cidade portuária.

BOLÍVIA

— Favoreceu a separação da Presidência de Charcas do Vice-Reinado do Peru e a criação da cunha política que separou Peru do Chile, agravando o isolamento natural deste.

— Favoreceu o contrabando na região mineira de Potosi prejudicando os interesses da Coroa e provocando as medidas administrativas que contribuíram para caracterização político-social de suas populações.

— Contribuiu para instabilidade territorial da Presidência de Charcas, favorecendo sua divisão em várias *Intendências*. Esse fato traria os fermentos, que mais tarde explodiriam nas lutas que a Bolívia teve de sustentar com os seus vizinhos.

— Favoreceu a entrada na área das novas idéias que agitavam o mundo, através do contrabando de livros e de contatos entre intelectuais.

BRASIL

— Contribuiu para tornar efetiva a decisão portuguesa de ocupar a margem norte do estuário e as lutas militares conseqüentes.

— Permitiu, graças ao seu poder demográfico e posição de liderança na Bacia que os espanhóis conduzissem com êxito a defesa tática da margem do estuário.

— Constituiu o ponto de atração política em torno do que gravitava parte da população do Rio Grande do Sul, contribuindo para a instabilidade política, nessa área, e para as medidas político-militares adotadas pelos portugueses.

— Contribuiu para fazer a livre navegação dos rios platinos um dos objetivos fundamentais da política luso-brasileira do Prata, criando os fermentos que provocariam as guerras posteriores.

— Criou os motivos e elementos que geraram o antagonismo brasileiro-argentino, visível ainda hoje.

URUGUAI

— Contribuiu para manutenção do território uruguaio nos quadros da colonização espanhola e, conseqüentemente, para moldá-lo à feição das comunidades hispano-sul-americanas.

— Contribuiu para o crescimento demográfico e político de Montevideu, propiciando o contrabando e a influência estrangeira na região.

— Deu uma alta significação militar à região em que se encravou Montevideu, transformando-a em ponto de discórdia no cenário militar da Bacia do Prata, contribuindo assim, para sua neutralização atual.

— Contribuiu para criar o antagonismo entre Buenos Aires e Montevideu, transformados em choque militar, durante a luta pela independência.

2. A CONQUISTA E OCUPAÇÃO

a. Cronologia :

1502 — A expedição portuguesa de Gonçalo Coelho, Cristóvão Jaques, André Gonçalves e Américo Vespúcio chegou ao cabo de Santa Maria e fez um rápido reconhecimento do rio da Prata, vislumbrando a possibilidade de contornar o novo continente pelo Sul.

1506 — Gonçalo Coelho esteve no estuário do Prata, nesse ano, a caminho das Índias.

1513-1514 — Nuno Manoel e Cristóvão de Haro fizeram uma viagem clandestina ao rio da Prata, chegando até a Patagônia, de onde regressaram a Portugal com a notícia de que existia uma passagem, ligando o Atlântico ao Pacífico. Na opinião desses navegadores essa passagem era marcada pelo estuário do Prata. Baseado nela, o geógrafo alemão Schoner desenhou um globo, no qual se vê a América do Sul dividida, altura do rio da Prata, por um canal, que põe em comunicação o Atlântico e o Pacífico. Essas notícias influíram na decisão do Rei de Espanha de organizar a viagem de Solis.

1516 — Em face das atividades dos portugueses, os Reis de Espanha, decidiram organizar uma expedição para se apoderar da passagem para o mar do sul. A expedição foi apresentada com três pequenas embarcações sob o comando de João Dias de Solis com a missão de chegar ao mar Sul e costeando o litoral ocidental do continente atingir Castilla del Oro. Solis partiu de San Lucar com setenta homens, em 8 de outubro de 1515, acompanhado de Dieguez Garcia. Entre janeiro e fevereiro de 1516, entrou no Rio Paraná, que chamou de Santa Maria, verificando que não era uma passagem para o mar do Sul, navegou até uma ilha, que chamou Martin Garcia. Tentou depois desembarcar na costa uruguaia e foi morto pelos índios. A expedição regressou à Espanha, mas em frente à costa de Santa Catarina naufragou uma das caravelas. Alguns tripulantes conseguiram chegar à costa, tendo sido aprisionados pelos portugueses e outros se internado. Um deles de nome Aleixo Garcia, realizaria, anos depois, uma viagem ao interior chegando aos contrafortes andinos.

1520 — Fernando de Magalhães, em viagens para a Índia, explorou o rio da Prata e descobriu o estreito de Todos-os-Santos, depois chamado de Magalhães, em sua homenagem.

1521-1526 — Viagens de Aleixo Garcia até os Andes.

1525 — Viagem de Garcia Jofre de Loyasa que devia refazer o roteiro de Magalhães. Chegou ao Pacífico, mas não teve êxito.

1525-1530 — Sebastião Caboto, em julho de 1526, chegou a Pôrto dos Patos. Sabendo por informação de espanhóis, remanescentes da expedição de Solís, da existência de grandes riquezas no interior, resolveu abandonar sua missão de refazer o trajeto de Magalhães, para explorar o rio da Prata. Chegou ao rio da Prata e fundou o pôrto de São Lázaro. Mandou um dos seus subalternos explorar o rio Uruguai e se adentrou pelo Paraná, indo até o Pilcomaio (ou Bermejo). Fundou, na confluência do Carcaraná, com o Paraná, ao norte de Rosário o forte de Espírito Santo, que deixou guarnecido por poucos homens. O Forte foi destruído. Enviou Francisco Cezar para oeste que possivelmente chegou até Cuzco. Caboto teve porém de regressar à Espanha, em 1530. Alguns dos homens que guarneciam o Forte foram ter à colônia de São Vicente. Foi nomeado Adelantado, depois, destituído desse cargo.

1535 — Pedro Mendoza foi nomeado Adelantado, em 1534, com 250 léguas de costa a partir de 25° de latitude, indo de costa a costa. Fundou Buenos Aires, em dois de fevereiro de 1536. Foi até o Forte de Espírito Santo e daí mandou Ayolas para o norte. Em agosto de 1537, foi fundada Assunção por Juan Salazar. Ayolas tentou ligar-se com o Peru e morreu na mão dos índios. Pedro de Mendoza, dada as dificuldades de saída em Buenos Aires abandonou-a e morreu na viagem de regresso à Espanha. Alonso Cabrera, Comissário-Geral, despovoou Buenos Aires, levando os remanescentes de sua população para Assunção. Buenos Aires durara de 1536-1541. Martin Irala assumiu o governo de Assunção de acordo com a cédula de 1537 — que permitia aos colonos eleger governador em caso de acefalia.

1540-1544 — O Rei nomeou Alvar Cabeza de Vaca, Adelantado de Assunção. Este desembarcou em Santa Catarina e mandou reconhecer a região de Buenos Aires, perdendo dois navios. Decidiu-se a ir por terra para Assunção. Saiu de Santa Catarina, em novembro de 1541 e chegou em Assunção em 11 de março de 1542. Assumiu o governo e mandou explorar a região ao norte e noroeste do Paraguai. Uma conspiração, encabeçada por Felipe Caceres, o depôs do governo, sendo embarcado para a Espanha.

1542 — Toda a região ficou subordinada ao Vice-Reinado do Peru.

1543 — Diego de Rojas, por ordem do Vice-rei Vaca de Castro, saiu de Cuzco com 200 homens, para reconhecer os territórios ao Oriente da Cordilheira. Cruzou a puna, entrou nos vales povoados pelos diaguitas e calchaquies, chegando à região do Tucumã. Em escaramuça com os índios foi morto, assumindo a chefia da expedição Francisco de Mendoza que a conduziu até a margem do rio Paraná, região do Forte de Espírito Santo. Aí encontrou instruções de Irala para quem quisesse alcançar Assunção. Mendoza tentou fazê-lo mas seus soldados se amotinaram e o mataram. Essa expedição de reconhecimento conhecida

como "a grande entrada", recolheu valiosas informações sobre as qualidades das terras, atitude e situação dos indígenas, e preparou a conquista e ocupação dessa área. Entre os homens que a integraram estava Juan Garay.

1545 — Vago o governo de Assunção, com a deposição de Cabeza de Vaca, Martin Irala foi eleito governador de acordo com a cédula de 1537. Seus opositores se sublevaram, mas ele os derrotou e pacificou a região. Restabelecida a ordem dirigiu uma expedição de reconhecimento na direção norte e depois oeste, chegando à região de Charcas, onde tomou conhecimento da luta entre Gonçalo Pizarro e La Gasca, no Peru. Informado da vitória de La Gasca e dos poderes que trazia, enviou junto a ele, Nufrio Chavez, com o pedido para que o reconhecesse como governador. La Gasca não atendeu e determinou-lhe, que regressasse ao Paraguai. Irala voltou a Assunção e teve novamente de enfrentar seus inimigos, vencendo-os mais uma vez. Em 4 de novembro de 1552, o Rei, em atenção aos serviços que prestara, nomeou-o Governador proprietário do rio da Prata. Irala intensificou, então, a conquista e ocupação do território por intermédio de Nufrio Chavez que, em agosto de 1529, fundaria Nova Assunção e em 26 de fevereiro de 1560, Santa Cruz de La Sierra. Irala se destacou desde os primeiros dias de colonização por suas qualidades de homem empreendedor e de líder. Fundou colônias, implantou o regime de "encomiendas", introduziu na área as sete primeiras cabras e ovelhas e o gado vindo de São Vicente. O Paraguai deve-lhe a conquista e a colonização inicial, e a Argentina sofreu em consequência de sua atuação, a evacuação do estuário. Quando morreu, tinha 46 anos de idade dos quais 20 tinham decorrido no Rio da Prata. Tentou repovoar o estuário, mas os Charruas destruíram a pequena povoação que mandou fundar ali. Delegou seus poderes a Gonçalo Mendoza, quando morreu em 1557.

1545 — Descoberta das minas de prata do Potosi.

1549 — Juan Nunez del Prado, por ordem de La Gasca, fundou o povoado de Barco, na região de Tucumã, com o fim de proteger o caminho para o Chile, propagar a religião católica entre os indígenas e apoiar a conquista da região do rio da Prata. Entrou em conflito com Valdivia, que alegava pertencer esta área ao Chile e se retirou para o norte a fim de evitar um choque armado. Fundou, então, outra povoação nos limites de Salta, mas teve de retirar-se mais para o norte, devido à hostilidade dos diaguitas. Em Potosi já havia 2.500 casas e 14.000 habitantes.

1552 — Chegou à região Francisco Aguirre enviado por Valdivia com o encargo de ocupar a região até o mar. Em 1555, expulsou Nunez Del Prado da povoação que fundara, plantando outra nas margens do rio Dulce, que deu origem à atual cidade de Santiago del Estero. Esta povoação se converteria no centro de colonização dessa área: Aguirre pacificou a área, estabeleceu "encomiendas", reconheceu a região até Santa Fé, às margens do Bermejo e de Córdoba. Em 1554 teve

de regressar ao Chile, assolado pela sublevação dos Araucânios. O Rei proibiu novas expedições ao Peru e determinou a busca de ouro. Sedentariava-se a conquista.

1555 — Criação do Bispado de Assunção. Fundações de Ciudad Real por Melgarejo, na confluência dos rios Paraná e Pequiry.

1558-1560 — Para manter a posse da região de Tucumã, os espanhóis-chilenos fundaram Londres, Córdoba del Calchaquí e Cañete. Eram pequenos redutos, com uma guarnição de 23 homens, cobrindo a base de Santiago del Estero. Assumiu o governo de Assunção, Francisco Ortiz Vergara, de acordo com a cédula de 1537. Seu ato principal foi a idéia de pedir ao Vice-Rei que tornasse permanente o critério eletivo da cédula de 1537 para prover o cargo de governador do Paraguai. Foi deposto pelos colonos, em 1565, e entregue a Audiência de Charcas para ser processado.

1561 — Em 2 de março foi fundada Mendoza, por Pedro del Castilla.

1563 — Devido aos conflitos que se vinham produzindo na região de Tucumã, entre as audiências de Lima e de Charcas, o Rei por cédula de 1563, decidiu colocar Tucumã sob jurisdição da Audiência de Charcas. Criaram-se, então, o Governo de Tucumã e de Moxos dependentes diretamente da Audiência de Charcas. A jurisdição do Chile ficaria restrita a Cuyo. Teve de reprimir fortemente a resistência dos indígenas. Em 1565 mandou fundar São Miguel de Tucumã no mesmo sítio em que se erguera Barco. Posteriormente, Cuyo foi elevado à categoria de Governo, dependente do Chile.

1565 — O Vice-Rei do Peru nomeou Juan Ortiz Zarate, adelantado do Rio da Prata, com o compromisso de obter confirmação do Rei e introduzir na região 4.000 cabeças de gado. Zarate partiu para a Espanha e delegou o Governo a Felipe de Cáceres.

1571 — Felipe de Cáceres foi deposto e substituído por Martin Suarez de Toledo. Suarez de Toledo retomou o projeto de repovoar o estuário, no qual tinha fracassado Cabeza de Vaca e Irala. Confiou essa tarefa a Juan de Garay, vinculado ao adelantado Ortiz Zarate.

1573 — Jeronimo Luiz de Cabrera, Governador de Tucumã, fundou Córdoba em 6 de julho de 1573, buscando encontrar uma saída para o Atlântico.

Juan Garay desceu o rio Paraguai com 75 "assuceños" para "abrir as portas da terra". Lançou os fundamentos de Santa Fé, mas foi intimidado a abandonar a região, por Luiz Cabrera, que declarou estar a área sob jurisdição do Peru. Garay simulou obedecer, e logo que Cabrera se retirou, fundou a povoação de Santa Fé, em 15 de novembro desse ano. Essa fundação marcou nova orientação na ocupação da área e o primeiro passo para o repovoamento do estuário.

1574 — Ortiz Zarate assumiu o Governo de Assunção. A Expedição de Zarate compreendia 510 indivíduos entre os quais se encontravam 58 mulheres.

Em janeiro de 1576, morria Zarate, instituindo herdeiro de seus títulos e privilégios sua filha "dona Juana" que devia casar-se com um homem capaz de governar o rio da Prata.

1577 — D. Juana decidiu casar-se com Juan Torres de Vera Aragon, ouvidor da Audiência de Charcas. Esse casamento se transformou num conflito legal, pois o ouvidor não se podia casar com pessoas sob sua jurisdição. Em consequência, Aragon delegou seus poderes a Juan Garay, enquanto esperava que o Conselho das Índias dirimisse a questão.

1578-1583 — Nomeado Tenente Adelantado, Garay retomou o projeto de povoamento do estuário. Com 60 jovens assuceños fundou a cidade de Trinidad tendo como pôrto Santa Maria de Buenos Aires, em 11 de junho de 1580. Distribuída a terra entre seus fundadores e organizado o Cabildo, começou a ter existência legal a cidade de Buenos Aires atual. Em 1581, Garay, depois de sufocar a rebelião, irrompida em Santa Fé, reconheceu a área ao sul de Buenos Aires, chegando até Mar del Prata atual. Foi morto pelos índios em 1583.

1587 — Com o falecimento de D. Juana, o Rei reconheceu Vera Aragon como legítimo adelantado do rio da Prata. Com o apoio de Hernando Arias de Saavedra, genro de Garay, fundou a povoação de San Juan, atualmente capital da Província desse mesmo nome. Em 1594, Vera Aragon renunciou ao título de Adelantado, sendo o último do rio da Prata.

1594 — O Vice-Rei do Peru restabeleceu o Governo Geral do Rio da Prata sob a jurisdição de Tucumã. Foi o primeiro governador Fernando de Zarate. Esse foi substituído por Juan Ramirez de Velasco, que morreu deixando o Governo acéfalo.

1597 — Foi eleito governador de acôrdo com a cédula de 1537, Hernando Arias de Saavedra, uma das figuras mais prestigiosas da região. Seu governo durou até 1599, sendo substituído por Rodrigues de Valdes de La Banda (1599-1600), seguindo-se o governo do Francês de Beaumont y Navarra (1600-1602).

1602-1609 — Hernando Arias foi nomeado pelo Rei, Governador do Rio da Prata, sendo o primeiro crioulo que recebia essa mercê. Desenvolveu o comércio com o Brasil; tratou do estabelecimento das missões jesuíticas; mandou expedições à Patagônia. Foi substituído por Diego Martin de Negrón (1609).

1614-1618 — Terceiro período de governo de Hernando Arias. Foram fatos salientes desse período o funcionamento das missões jesuíticas e a divisão do Governo de Assunção em dois: Governo de Assunção e Buenos Aires.

1617 — Pela cédula real de 16 de dezembro de 1617, ficou consagrada a divisão do território do Rio da Prata em dois governos. O de Guayra ou Paraguai, constituído com Assunção, Guayra e Villa Rica del Espirito Santo e Buenos Aires com as cidades e distritos de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, Concepcion del Bermejo. Em 1620 dividiram-se, também, os bispados, coincidindo seus limites com os dos

Governos. A oeste do rio Paraguai o rio Bermejo era limite entre os dois Governos.

1661 — Criou-se em Buenos Aires um Tribunal de Audiência que foi extinto em 1761.

1776 — Criação do Vice-Reinado do Rio da Prata.

1778 — O censo desse ano deu a Buenos Aires uma população de 24.000 na cidade e 12.000 na campanha. Os brancos somavam 15.719.

b. Apreciação geral sobre a conquista e ocupação :

Da cronologia dos fatos principais, ligados à conquista e ocupação da Bacia do Prata, se poderá concluir que:

— Os reconhecimentos do litoral platino foram realizados, entre 1501 e 1520, por portugueses e espanhóis e visavam a descobrir uma ligação entre o Atlântico e o mar que banhasse as costas ocidentais do continente, descoberto somente, em 1513, por Balboa. A prioridade nesses reconhecimentos coube aos portugueses que, desde muito cedo, tiveram a certeza de que as novas terras descobertas por Colombo constituíam um continente.

— Os reconhecimentos do interior da bacia foram realizados entre 1521 e 1530, por Aleixo Garcia e Sebastião Caboto.

Aguçaram a cobiça dos espanhóis e prepararam a conquista e ocupação da área.

— A conquista da Bacia do Prata foi realizada, entre 1526, data da primeira fundação, de Buenos Aires, e 1580, época em que foi repovoada por elementos espanhóis e hispano-americanos, vindos diretamente da Espanha, os primeiros, do Peru e Chile os segundos.

— A conquista do estuário foi a primeira a ser tentada. Não obteve êxito, em virtude da resistência oposta pelos índios e a atração do ouro do Peru. Os conquistadores penetraram, então, o continente e se estabeleceram no seu interior fundando a primeira base para expansão da conquista: Assunção.

Trinta e nove anos depois do despovoamento da base de apoio, plantada no estuário, os colonos de Assunção a repovoariam e a consolidariam. Contribuiu fundamentalmente para isso, a necessidade de abrir uma saída para escoamento dos produtos da terra.

— A região de Tucumã, começa a ser povoada, por elementos vindos do Peru e depois do Chile em 1549 (fundação de Barca), doze anos depois do início da colonização na área de Assunção. Durante o século XVI desenvolveu-se rapidamente, fundando-se sete cidades: *Santiago del Estero* (1553 — Francisco Aguirre); *Tucumã* (1565 — Diego de Villareal); *Talavera ou Estoca* (1567 — Juan G. Bazan); *Córdoba* (1573 — J. L. de Cabrera); *Salta* (1582 — Hernando de Lorma); *La Rioja* (1591 — J. Ramirez de Vellarase); *Jujuy* (1591) — Francisco de Argaranaz, foi o núcleo mais importante neste período.

— A região de Cuyo teve seu povoamento iniciado por elementos vindos do Chile, em 1561, doze anos depois do início do povoamento de

Tucumã, tendo fundado três cidades: *Mendoza* (1561 — Pedro del Castillo e Juan Jofre) *San Juan* (1562 — Juan Jofre); *San Luiz* (1594 ou 1596 — Luiz Joffre de Loyasa Y Meneses). Tornou-se, depois, uma província subordinada ao Chile.

— A partir de 1573, se fez notar nitidamente o afã com que os núcleos do povoamento, constituídos no interior, buscavam alcançar uma saída para o Atlântico. O de Assunção seguiu o caminho dos rios Paraná-Paraguai e se desdobrou em Santa Fé (1573), e depois em Buenos Aires (1580); o de Tucumã avançou até Córdoba e de lá, às margens do rio Paraná; o do Chile se expandiu para São Luiz, onde sofreu limitações da Coroa.

— Como o Peru era o centro do comércio colonial nessa área, dominada pela Espanha e o porto de Buenos Aires não podia comerciar diretamente com a metrópole, coube a Tucumã a primazia do desenvolvimento, no século XVI, apesar de sua posição mediterrânea.

— Como consequência dos rumos tomados pela conquista e a ocupação dos territórios, a Bacia do Prata estava dividida no século XVI, em cinco regiões caracterizadas: O *Rio da Prata* da Linha Bermejo-Paraná para o sul, incluindo a Patagônia, dada inicialmente, em concessão a Simon Alcazaba (1534), depois a Francisco de Camargo (1536) e Pedro Sancho de Hoz (1539) e mais tarde subordinada ao Chile; o território de *Tucumã*, compreenderia todo o noroeste da atual Argentina; a área de *Cuyo*, abrangendo Mendoza, San Juan e San Luiz; o território do *Paraguai*, compreendendo Assunção, parte do Chaco e do oeste de Paraná e Santa Catarina; o território de *Moxos*, abrangendo a área de Santa Cruz de La Sierra.

Em resumo se poderá dizer que :

(1) *Bacia do Prata* (menos a área brasileira) foi conquistada, ocupada e teve sua colonização iniciada, entre 1526 e 1596, por três correntes colonizadoras :

(a) *A mais antiga* veio diretamente da Espanha e era constituída, em sua totalidade, por espanhóis. Conquistou, ocupou e colonizou o território entre 25° e 36° de latitude Sul eixado pelo rio Paraná-Paraguai. Atraída inicialmente, pelo ouro do Peru, foi obrigada a partir de 1552, a entregar-se à criação e à agricultura. Duas causas fundamentais influíram na decisão de ocupar e colonizar essa área: a necessidade de barrar o avanço português sobre a costa oriental do continente, revelado desde 1501 e ameaçado a partir da fundação de São Vicente, em 1532; a chegada de Hernando Pizarro com o quinto da coroa, resultante da coleta realizada nos palácios e nos templos dos Incas. O perigo lusitano e a cobiça dos espanhóis foram pois os móveis que determinaram a colonização dessa área. Neste núcleo, os espanhóis conquistadores encontraram pouca resistência do indígena e os aproveitaram, desde cedo, como mão-de-obra. A falta de mulheres brancas, índole pacífica do guarani, contribuíram para uma miscigenação intensa

entre o branco e o índio, surgindo o mestiço, em muitos casos, de alta linhagem. As dificuldades de vida em Assunção, não estimulavam a vinda de novos brancos de modo que muito cedo o núcleo espanhol foi suplantado pelo mestiço. (Os mancebos de la tierra), fidalgos também, herdeiros dos privilégios de seus pais, mas com outros sentidos de vida social e política. Esse núcleo comunicaria, inicialmente, seu acento guarani à colonização do litoral. Mas as oportunidades comerciais, os contatos com outros povos, a entrada de imigrantes, eliminaram logo o espírito sonhador e indolente do guarani, o sentido aristocrático de sua vida, substituindo-os pelo espírito mercantilista e democrático das populações costeiras, das quais Buenos Aires seria o polarizador.

(b) *A segunda corrente conquistadora foi um prolongamento da conquista do Peru* e iniciou a ocupação do noroeste argentino. Era constituída de mestiços e espanhóis curtidos na luta contra os indígenas, e nas sangrentas lutas civis, que vinham em busca das minas onde saíra o ouro e a prata que tinham coletado até a exaustão nos palácios e templos incas. Encontravam nesta área tribos indígenas de cultura mais avançada e muito aguerridas. Lutando contra as dificuldades do terreno, que extremavam as distâncias que os separavam de suas bases, lutaram violenta e ferozmente contra o indígena, consolidando a ocupação depois de sacrifícios e trabalhos muito penosos. A própria mestiçagem teve um sentido violento, marcada pela necessidade de dominar, pela força, em vez de aliança, como acontecera em Assunção. Essas circunstâncias desenvolveram nesse núcleo depois de sedentarizados, o espírito belicoso e violento e o desejo de afirmação de sua superioridade aos quais se casou um fundo de automatismo montanhês. O centro de colonização se deslocaria depois para sudeste e se cristalizaria em Córdoba comunicando-lhe os traços psico-sociais que trazia de suas origens: o sentido aristocrático da colonização peruana, o automatismo montanhês; o orgulho de ver dominado a resistência do indígena cuja belicosidade era agravada agora pela contribuição calchaqui.

(c) *A terceira corrente veio do Chile* e ao penetrar em terras do Prata se dividiu em dois ramos. Um deles tomou a direção de Tucumã e foi se chocar com a corrente que descera do Peru, repelindo-a para o Noroeste. O outro continuou para Este e chegou às margens do rio Paraná, sendo depois mandado recuar para o Oeste, por disposição real. Os conquistadores eram aqui como no Peru, constituídos por mestiços espanhóis em busca de minerais preciosos. Tiveram, às vezes, de interromper a conquista e a ocupação para atenderem a luta contra o araucano no Chile. O indígena ofereceu também resistência no lado oriental da Cordilheira, obrigando os conquistadores a desenvolverem esforços ingentes para dominá-los. Os traços psico-sociais desse núcleo eram semelhantes aos já assinalados em Tucumã.

(2) *Patagônia*, depois do insucesso das expedições de Simon Alcazaba e Francisco Camargo, uma cédula real de 24 de setembro de 1554, concedeu sua ocupação à Valdivia. Como esse já tivesse morrido,

ficou subordinada à Província do Chile, até o ano de 1617, quando passou a subordinar-se ao governo de Buenos Aires. Sua ocupação seria muito dificultada pela resistência oposta pelos índios, e só se realizaria plenamente nos fins do século XIX e início do século XX. A conquista do rio da Prata contribuiu, fortemente para a criação de dois grupamentos humanos, que teriam a maior influência no desenvolvimento da região: O "arribeño" e o "porteño". O primeiro, descendente dos pesquisadores de ouro transformados depois em agricultores, estavam ligados à terra e aos privilégios que lhes concedera a Coroa. O segundo, em contato com os outros, acrescido com novas levas de imigrantes, tinha suas vistas voltadas para o exterior, assentando suas atividades principais no comércio. Em breve, surgiria um outro grupo destacado do primeiro e assumindo características próprias: o grupamento missioneiro.

3. A INFLUENCIA DAS MISSÕES

a. Cronologia :

Foi fundada a Companhia de Jesus por Inácio de Loyola que lhe deu moldes militares.

Chegaram à América espanhola os primeiros jesuítas, em Lima e depois Arequipa.

1607 — Criação da Província Jesuítica do Paraguai, por sugestão de Hernando Arias Saavedra. Seus limites abrangiam toda a área do que seria mais tarde o Vice-Reinado do Prata (menos o Alto Peru) e se estendia até o Atlântico, abrangendo os Estados atuais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e parte do Paraná, no Brasil.

Em agosto de 1608 tinham chegado ao Paraguai o jesuíta português Ortiega, o catalão Saloni e o irlandês Fields, vindos da Bahia. Saloni ficou em Assunção e os outros dois foram para Guaíra. Faziam reconhecimentos para instalação das Missões.

1609 — Fundou-se a Redução de Santo Inácio Guaçu entre os rios Tebicuari, Paraguai e Paraná.

1628 — Iniciou-se uma crise entre colonos e jesuítas.

Aquêles, acusaram estes de aldearem os índios "encomendados" cu de protegerem os que fugiam de suas fazendas, e lhes fazerem concorrência desleal no comércio. As autoridades do Reino e da região se envolveram na questão, mas os jesuítas acabaram triunfando.

1629 — Início da destruição de Guaíra por Raposo Tavares. Sua primeira Bandeira se compunha de 900 brancos e 3.000 índios. Seguiram por terra em várias colunas até o Tibagy, seguindo depois para o Ivahy, apresentando-se de surpresa em pleno coração de Guaíra.

1631 — Os jesuítas decidiram abandonar Guaíra e se concentraram na confluência dos rios Paranapanema e Paraná, depois foram

para as Missões de Loreto e Santo Inácio. Dos 40.000 índios reduzidos, apenas 12.000 chegaram a essa região, sob a chefia do jesuíta Pedro Dias Tanho.

1632 — Os bandeirantes atacaram as cidades espanholas de Vila Rica, defendida por 4.000 homens (agosto), obrigando os espanhóis a evacuá-la. Atacaram, também, Ciudad Real e Jerez.

— Nesse ano teve início a penetração das Reduções do Rio Grande do Sul.

— Raposo Tavares foi processado no Rio de Janeiro em consequência de seus ataques às reduções e foi absolvido pelo juiz Francisco da Costa Barros.

1633 — Teve início a destruição das Reduções de Itatins. Os índios, que escaparam, se reagruparam nas Reduções de Andirapucá e Tepoti. Prosseguiu a fundação de Reduções na Província dos Tapes.

1635 — Desceu à costa, embarcada, uma Bandeira de 200 homens, sob a chefia de Luiz Dias Lemes, apresentando-se no curso inferior do Jacuí. Em julho desse ano acampou em pleno coração do Rio Grande.

1636 — Raposo Tavares com 120 mamelucos e 1.500 índios atacou a Redução de Jesus Maria. Levou pânico às Reduções da área e regressou em 1637.

1637 — Os Buenos, os Pretos, os Cunha Gagos, com 260 mamelucos apareceram nas margens de Taquary e atacaram as Reduções de Santa Tereza (1637), São Carlos (1638), Los Apóstolos (1638), Canelária (1638).

1639 — Os jesuítas apoiados pelos espanhóis derrotaram os bandeirantes no combate de Caasapaguassu.

1640 — O padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya alcançou de Felipe IV autorização para armar os indígenas com arma de fogo. Essa permissão foi provisória, dependendo a entrega das armas do Vice-Rei do Peru.

Este mandou entregar aos jesuítas 300 espingardas com munição correspondente.

1641 — Comandados por Manuel Pires, 400 mamelucos e 2.000 indígenas se dirigiram para o sul, a fim de atacarem as Reduções. Os jesuítas tinham 600 brancos e 4.000 indígenas sob o comando do chefe Inácio Abiaru, armados com cerca de 300 arcabuzes. Tinham, também, fabricado uma artilharia rudimentar com tubos de bambu, revestidos de cobre, que, embora só pudesse fazer 3 disparos, tinha um efeito moral extraordinário.

Em princípio de março, os paulistas apareceram no rio Uruguai em 130 canoas. Contra elas, lançaram os jesuítas, 70 canos tripuladas por 300 índios. Os bandeirantes foram surpreendidos, mas conseguiram desembarcar. Atacaram o aldeamento indígena a 11 de março (acampamento de Mbororé) e foram derrotados.

Como prova de sua gratidão Felipe IV dispensou os indígenas do Prata de pagarem impostos pelo prazo de 10 anos.

1659 — Tôdas as Reduções de Itatins refluíram para a região ao sul de Tebicuari. Uma cédula real dessa época declarava que treze Missões ficavam sob a jurisdição do Paraguai, sendo oito na sua direita e cinco na esquerda (Candelária, Santana, Loreto, Santo Inácio Nini e Corpus).

1687 — Fundação das Reduções de São Nicolau, São Miguel e São Luiz entre os rios Ijuí e Piratini.

1690 — Fundação da Redução de São Borja.

1691 — Fundação da Redução de São Lourenço.

1699 — Fundação da Redução de São João Batista.

1706 — Fundação da Redução de Santo Ângelo.

1726 — As treze Missões paraguaias foram incorporadas a Buenos Aires, por cédula real.

1750 — Tratado de Madri.

1756 — Guerra Guaranítica. Batalha de Caiboaté. Destruição do poder Militar dos índios das Missões do Rio Grande.

1767 — Os jesuítas foram expulsos da Espanha, mantendo-se essa ordem em segredo.

1773 — Extinção da Companhia de Jesus pelo Papa Clemente XI.

1801 — Conquista da região dos Sete Povos das Missões pelos luso-brasileiros.

1803 — A fim de colocar os índios das Missões sob um governo inteiramente dedicado aos seus interesses, a cédula real de 17 de maio desse ano, separou as dezessete missões do Governo de Buenos Aires e as treze do Governo do Paraguai, constituindo com elas uma Província autônoma, tendo como Governador Político e comandante militar o Tenente-Coronel Bernardo de Velazco "com total independência dos Governos de Buenos Aires e Paraguai".

1805 — O Conselho das Índias mostrou a necessidade de reunir as Províncias do Paraguai e das Missões sob o mesmo Governo.

Por proposta do Conselho, o Governador das Missões Bernardo Velazco foi nomeado também Governador do Paraguai, recebendo a missão especial de dissolver as "encomiendas", em face da resistência dos colonos paraguaios a essa medida.

1806 — Em 5 de maio desse ano, o Governador Velazco foi empossado no Governo conjunto das Missões e do Paraguai. Tendo em vista esses fatos, se verifica que o Paraguai, ao se declarar independente, em 14 de maio de 1811, tinha jurisdição política sobre os Trinta Povos das Missões, tendo em vista o princípio do Uti Possidetis de 1810, de que o país que se proclamasse independente, "sucedia a jurisdição da autoridade espanhola constituída". Os Trinta Povos das Missões deviam ser incorporados ao território da nova República do Paraguai.

b. Análise da colonização missioneira :**(1) Localização :**

O Tratado de Tordesilhas repartiu a América do Sul pelos espanhóis e portugueses, os quais se lançaram à conquista e à colonização do novo continente.

Em 1550, os espanhóis tinham plantado um núcleo colonial no Peru, que tinha sua sede política em Lima e estava em franco desenvolvimento, apoiado na abundância do ouro e na mão-de-obra indígena. Atraído pelas riquezas do Peru, começou a se desenvolver outro núcleo no Paraguai que, à falta de ouro, teve de apelar para a agricultura e a criação, a fim de sobreviver.

Os portugueses tinham um núcleo próspero em Pernambuco, apoiado no valor do açúcar, mas lutavam com dificuldades de mão-de-obra para desenvolvê-lo. No sul, o núcleo de São Vicente se expandira e se desdobrara no núcleo de São Paulo, que lutavam com dificuldades para sobreviver, em virtude da agressividade do índio e das condições ecológicas da região propícia à produção do açúcar. As necessidades de mão-de-obra para os engenhos do Nordeste deram aos paulistas uma atividade econômica, que lhes permitia esperar por melhores dias: apresamento do índio. Resultado, o espanhol no Paraguai se lançou à agricultura pela falta de ouro, mas não dispunha de mão-de-obra suficiente. O índio das regiões vizinhas era agressivo. O paulista, não encontrando ouro de imediato e explorando uma agricultura de pouco rendimento, se lançou ao apresamento do índio como meio de sobreviver.

A Companhia de Jesus foi fundada por um militar com o objetivo de fazer a reforma da Igreja Católica e restituir-lhe o esplendor apagado pela dissidência religiosa de Lutero. Lançou-se, então, à catequese no mundo europeu, espalhando seus padres por onde houvesse incrédulos a converter ao catolicismo, juntamente com outras Ordens, sob a direção da Congregação da Propaganda da Fé.

Os padres jesuítas chegaram à América do Sul com as expedições oficiais de colonização, enviadas pela Espanha e Portugal. No Peru e em São Paulo, entraram em conflito com o colonizador, que precisava do índio como instrumento de trabalho e mercadoria, respectivamente. No Paraguai e no nordeste, onde se necessitava que o índio fosse sedentarizado e civilizado para ser aproveitado na agricultura, a Companhia de Jesus, adquiriu grande influência. O paulista acabou por expulsar os jesuítas da região de São Vicente, enquanto o nordestino e o paraguaio o acolheram bem, pelo menos no início. O Rei da Espanha, compreendendo quanto o jesuíta lhe poderia ser útil na colonização da Bacia do Prata, criou a Província Jesuítica do Paraguai, com limites tão amplos quanto os do futuro Vice-Reinado do Prata, dando-lhe a missão de catequizar o gentio. Os jesuítas assentaram o núcleo inicial da

colonização entre o Tebicuari, o Paraguai e o Paraná, fundando em 1609 a Redução de Santo Inácio Guaçu. Era a região mais favorável aos trabalhos agrícolas e pastoris e à expansão da colonização.

A expansão do núcleo inicial, condicionada pelas condições geográficas, se fez na direção do Norte e Nordeste, pois, para o sul havia a faixa pantanosa da Lagoa Iberá e do Aguapey e a nordeste os núcleos prósperos de Assunção e Vila Rica. Seguiu principalmente o curso do Paraguai, já desbravado pelo espanhol, e do Paraná até Salto de Guaíra, donde se desviou para Este, atraído pela grande massa de índios que sabia, por sua experiência paulista, existir na região de Guaíra.

Partindo da área inicial a expansão das Reduções seguiu o curso do Paraguai até o Mbotety (Miranda). Desdobrou-se noutros núcleos da Mesopotâmia, donde se irradiou, remontando o Paraná, até o Salto de Guaíra. Daí se desviou, entrando por terras e pelos afluentes até Parapanema, e o divisor de águas com o Atlântico. Transpondo o Uruguai entrou pelos seus afluentes da margem esquerda, chegando ao Jacuí depois de ter cruzado o divisor de águas com o Ibicuí.

Em 1630 as Missões compreendiam quatro regiões: *Itatins*, em Mato Grosso; *Guaíra*, no oeste do Estado do Paraná; *Paraná-Uruguaí* entre esses dois rios; *Tapes* a oeste do Uruguai e ao norte do rio Ibicuí.

Os bandeirantes, por sua vez, se tinham expandido para oeste, aproximando-se das Reduções, com as quais entraram em contato amistoso, inicialmente. À medida que os índios livres escasseavam, internando-se no continente, ou se abrigando nas Missões, dificultando a tarefa apresadora do bandeirante, estas prosperavam e cresciam, constituindo-se, assim, num objetivo tentador para ele que já se habituara a não respeitar o jesuíta.

A princípio, com o pretexto de que os índios das Reduções estavam destruindo suas roças, os paulistas ensaiaram pequenos ataques. Depois passaram à luta aberta, organizando verdadeiras empresas militares, que destruíram as Reduções de Guaíra, lançando entre 1630 e 1632 os jesuítas para sua base inicial no Tebicuari. Outras expedições talaram o vale do Jacuí levando o jesuíta a abandonar a área de Tapes e se refugiar na margem do rio Uruguai.

A defesa do índio residiu sempre no seu nomadismo, na sua dispersão, na capacidade de viver sem sedentarizar-se. A Redução, sedentarizando-o, dando-lhe hábitos de trabalhos estáveis, vida associativa, neutralizou sua capacidade defensiva o fez fácil presa do bandeirante. Compreendendo esse fato, o jesuíta passou a ministrar-lhe instrução militar, a fortificar a Redução, a organizá-la militarmente.

Daí, à vitória de Mbororé que marcou o início de uma pausa nestes conflitos, entre os bandeirantes e o índio das Missões, e preparou outra entre o jesuíta e o espanhol e portugueses, agora aliados numa tentativa de definir os limites de suas possessões. A luta entre bandeirantes

e os jesuítas era entre particulares, a que se avizinhasse seria contra os interesses das duas potências colonizadoras. Depois de Mbororé, o bandeirante descobriu o ouro e os seus movimentos se deslocaram para o Norte e Noroeste, consolidando a tranquilidade que os jesuítas passaram a desfrutar. As missões entraram assim, numa nova fase de prosperidade e expansão. Entre 1687 e 1706 os jesuítas transpuseram novamente o Rio Uruguai e fundaram os Sete Povos de São Nicolau, São Miguel, São Luiz, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo, marcando esta o limite de seus avanços para Este.

Por esse tempo se reacendera a luta entre os espanhóis e portugueses na América, com a disputa em torno da Colônia do Sacramento, fundada em 1680. As Missões se situavam entre a base portuguesa de Laguna e o posto avançado da Colônia, constituindo-se seus aldeamentos fonte de recrutamento das forças espanholas, que atacavam a Colônia do Sacramento. Para garantir o território ao sul de Laguna, os portugueses intensificaram o povoamento, que se processou em dois ciclos: o do *Tropeiro*, abrangendo a Etapa de Laguna, de caráter nômade e com base na invernada, até 1732, e a etapa de *Viamão*, caracterizada pela estância e a sesmaria, fixando o homem à terra; o *chillo dos Dragões*, que engloba as lutas nessa região, de que resultaram inúmeros estabelecimentos militares. As Missões, no flanco das rotas terrestres para a Colônia e fonte de recrutamento para o espanhol, eram necessárias ao domínio português.

O Tratado de Madri importou na revogação do de Tordesilhas e na transferência das populações indígenas para a mesopotâmia. Resultou na Guerra Guaranítica, insuflada pelos jesuítas, e possível pelo adestramento militar que os índios tinham adquirido.

A expulsão dos Jesuítas interrompeu o trabalho que vinham desenvolvendo na América do Sul, sem terem alcançado todos os seus objetivos. Os índios privados da direção destes chefes, a que tinham se habituado a obedecer, ficaram desorientados, prontos a aceitar a chefia do primeiro que se lhes apresentasse, fosse estrangeiro ou simples aventureiro. Desenvolveram e consolidaram assim, o prestígio e poder militar de Caupulho.

O ciclo da arriada, ou do apresamento de gado, acabou por fomentar novas lutas militares que terminaram pelo Tratado de Badajoz (1801), deixando o fermento de "*Uti-possidetis solis*", e de "*Uti-possidetis jure*". A incorporação das Missões ao Paraguai, em 1806, ensejariam a questão de fronteira entre a Argentina e o Paraguai, que só teria solução depois da guerra de 1864-1870.

(2) *A organização e o regime de vida:*

Para catequizar os índios, o jesuíta devia reuni-los, depois dar-lhes uma atividade econômica que o sedentarizasse, mantendo-os presos ao solo. A base de catequeses, era, pois, a agricultura, depois o pastoreio,

onde os indígenas encontravam gêneros de vida mais compatível com sua psicologia social. Nasceram assim as Reduções, as Doutrinas, os Povos, em que, sob a severa disciplina religiosa e de trabalho, foram aldeados os índios, que conseguiram atrair. Materialmente, a Redução consistia na capela, na Escola lateral e Armazém, onde se guardavam os produtos resultantes das colheitas. Em torno dessas edificações básicas se desenvolvia as habitações indígenas.

Politicamente havia um superior da Província, residente em Candelária. Em cada Redução havia dois padres; um com poderes espirituais e outro com atribuições temporais. Cada povo tinha um alcaide, um corregedor, um chefe de polícia e regedores, índios, formando uma espécie de Cabildo que executava as ordens do chefe Temporal. A produção era recolhida ao Armazém Coletor. O Padre repartia-a, depois, de acordo com as necessidades de alimentação e vestuário. As sobras eram vendidas, ou exportadas, através do Porto de Buenos Aires. Com esse dinheiro se compravam instrumentos agrícolas e outras utilidades que a Redução não produzia. Um intenso comércio foi estabelecido entre as Reduções do Chile, do Peru e do Paraguai.

Militarmente a Redução era um posto fortificado, armado pelo receio do espanhol que teve suas povoações, também, atacadas pelos Bandeirantes e se valeram dos índios, aldeados pelo jesuíta, para se defenderem.

Socialmente a Redução não tinha contato nem mesmo com os índios ainda não submetidos. Indígenas foram aproveitados como motivação, para trabalhos de catequização. O regime da vida comunitário, sob estreita disciplina espiritual e temporal, aliado a esse isolamento, predispunha o índio à servidão, ao isolamento, à desconfiança.

c. Conclusões :

— A influência das Missões Jesuítas se fez sentir:

(1) *Na formação brasileira (parte platina).*

— Desbravando, inicialmente, os territórios do Rio Grande do Sul, oeste paranaense e catarinense e do Centro-oeste brasileiro partindo do interior para a costa.

— Oferecendo estímulo econômico à expansão bandeirante para Oeste e Sudoeste, permitindo-lhe fazer por anos a fio a pesquisa dos metais preciosos, aperfeiçoar a organização e adestramento da Bandeira, fornecer mão-de-obra à cultura canavieira do Nordeste e criar a Zona fronteira entre os domínios portugueses e espanhóis na América do Sul, muito além da linha demarcada em Tordesilhas.

— Oferecendo estímulo econômico à colonização do interior do Rio Grande do Sul contribuindo para formação de suas populações, imprimindo-lhes uma feição pastoril, em oposição às características agrícolas e militares, das que se fixaram no litoral.

— Servindo de trunfo para o jôgo diplomático que deu o contôrno territorial do Brasil, em 1750, deixando os elementos de atrito que contribuíram para o desencadeamento das guerras sustentadas pelo império.

(2) *Na formação do Uruguai:*

— Contribuíram indiretamente, pela catequização do indígena, para o povoamento do Uruguai.

— Forneceu os soldados que, inicialmente, permitiram os espanhóis repelirem o português da margem norte do Rio da Prata.

— Oferecendo estímulo econômico para colonização permanente do Uruguai, imprimindo às populações do interior a feição caudilhesca que tanto contribuiu para sua independência.

— Servindo de trunfo para as negociações diplomáticas de que resultou a fixação da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, e entre este e Argentina.

(3) *Na formação da Argentina:*

— Contribuindo diretamente, para povoamento da região entre rios Paraná e Uruguai e, indiretamente, pela catequização do indígena, para as de Entre-Rios e Santa Fé.

— Contribuindo para o desenvolvimento da criação do gado, base econômica em que se assentou a vida interior do Vice-Reinado.

— Fornecendo soldados para as lutas que Buenos Aires teve de sustentar em tôrno da Colônia do Sacramento, exacerbando o antagonismo entre portugueses e espanhóis, e ensejando o nascimento da rivalidade entre Argentina e Brasil.

— Contribuindo para a definição do contôrno territorial da República Argentina, criando os elementos de atrito, que perturbariam suas relações com o Paraguai e o Brasil.

(4) *Na formação do Paraguai:*

— Contribuindo diretamente, para o povoamento do território paraguaio a este do rio Paraguai, e a noroeste, imprimindo às suas populações características humanas, sociais e econômicas, que condicionaram fortemente sua existência como estado independente.

— Contribuindo para a formação de uma área de litígio territorial entre o Brasil e o Paraguai, que foram causa do choque armado entre essas Nações.

— Criando também, zonas de litígio territorial entre o Paraguai e a Argentina, entre aquêles e a Bolívia, que foram causa de choques entre essas Nações.

4. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA COLONIAL

No quadro geral, do sistema Colonial Espanhol, o Vice-Reinado do Rio da Prata foi criado em 1776 e constituído, permanentemente em 27 de outubro de 1777, com designação do Vice-Rei Juan José Vestiz Y Salcedo. Compuseram então, o novo Vice-Reinado: O Governo de Montevideú, criado em 1751; o Governo de Buenos Aires, criado em 1617; o Governo de Assunção, criado em 1617; o Governo de Tucumã, criado em 1563; o Governo de Chiquitos; a Presidência de Charcas, desmembrada do Vice-Reinado do Peru, e compreendendo as províncias de Chuquisaca (antiga charcas), de Patos, de La Paz e o Arcebispado de La Plata; a província de Cuyo, desligada do Chile. O território do Vice-Reinado se estendia do Pacífico entre o Vulcão Ollagua e o limite norte do Deserto de Atacana, até o Atlântico Sul.

Apontam-se como causas da criação do Vice-Reinado do Prata atuando internamente: o melhor conhecimento da geografia da região (geográfica); a grande extensão territorial do Vice-Reinado do Peru e a multiplicidade de organismos políticos, militares e fazendeiros que dêle dependiam (político-geográfica); importância adquirida por Buenos Aires e sua posição privilegiada (geográfico-econômica); dificuldades de comunicações de Buenos Aires e Assunção com o Peru. Atuando externamente: Pressão portuguesa na fronteira Este, particularmente no Sudeste (político-militar); questões de limites entre espanhóis e portugueses; crescimento social e econômico de Buenos Aires, exigindo medidas mais eficientes para sua defesa; ameaças francesas e inglesas na ocupação das Ilhas Malvinas (política). Em 1778, se criaram em Buenos Aires a Intendência do Exército e a Fazenda Real, e, logo em seguida a Aduana. Em 1783 se instituiu a Audiência e se criaram oito Intendências a saber:

- Intendência de Buenos Aires
- Intendência de Assunção, no Paraguai
- Intendência de Salta, compreendendo Tucumã, Santiago Del Estero, Catamarca e Jujuy
- Intendência de Córdoba, compreendendo Córdoba, São João, Mendoza e La Rioja
- Intendência de Cochabamba
- Intendência de La Plata e
- Intendência de Patos

e mais os governos subordinados de Montevideú, Moxos e Chiquitos. Havia, ainda, uma Superintendência Geral com sede em Buenos Aires, logo suprimida, porque suas atribuições se chocavam com as de Vice-Rei.

O Governo de Vertiz foi marcado, pela luta com os portugueses e pelas suas preocupações intelectuais. A êle sucedeu D. Nicolau Del

Campo, que se fez notado pelo fomento à pecuária e às atividades derivadas.

Em 1794, se fundou o consulado em Buenos Aires. Era uma instituição espanhola da época medieval, conhecida como "Universidade dos Mercadores". Reunia fazendeiros, comerciantes, armadores, cambistas, que discutiam em comum, interesses econômicos e comerciais. O consulado evoluiu rapidamente, num sentido liberal, e influiu consideravelmente no processo histórico, que conduziu à independência dos povos platinos, devido às lutas, que teve de sustentar, para obter a liberdade de comércio.

A organização político-administrativa do Vice-Reinado do Rio da Prata favorecia a formação, na Bacia do Prata, de uma grande nação, uma vez que existia ali unidade de crença e de culto religioso; uma língua oficial, que se transformou em veículo de idéias políticas comuns; unidade de governo e de legislação comercial e penal; unidade judiciária e fiscal. A sede do Vice-Reinado pela sua posição geográfica, desenvolvimento econômico e social exercia grande atração sobre as povoações e cidades do interior, havendo mesmo a presença de um inimigo tradicional, aconselhando e sugerindo a necessidade da união de esforços para mantê-lo à distância tranquilizadora.

No entanto, nessa Unidade, que parecia tão sólida, fervilhavam alguns fatores de divisão e desagregação. O primeiro deles era a imensidade das distâncias, que a falta de transporte extremava. Os platinos, apesar de disporem de grandes vias fluviais navegáveis, não as aproveitavam, convenientemente, sendo muito poucas e de pequena capacidade de transporte as embarcações que subiam os rios da Bacia do Prata. O transporte era quase totalmente feito, por terra, em grandes comboios de carretas, puxadas por bois, percorrendo 2 km por hora.

Em consequência, para se ir de Rosário a Tucumã, gastavam-se 30 dias. De outro lado, a organização colonial, embora se apoiasse nas imposições da geografia física, procurando mesmo por meio das Intendências conciliar as divergências locais, não teve tempo para neutralizar as diferenças humanas e sociais existentes entre as populações, que ali habitavam.

O Castelhana, como língua oficial, estabeleceu certos limites culturais mas não pôde se sobrepor às centenas de línguas e dialetos que se falavam na região. A obra dos missionários, se bem que fecunda, foi paralisada pelo decreto de expulsão dos jesuítas, sem ter colhido todos os frutos, que dela se podia esperar. As diferenças de hábitos, costumes e modo de vida eram também grandes. No estuário, havia nas cidades grande número de comerciantes prósperos e nas suas proximidades grandes fazendeiros, vivendo com o fausto de grão-Senhores. No interior uma população constituída de índios, de espanhóis e "criollos", fugidos da justiça, vivendo livres de toda sujeição, tendo como atributos maiores de suas personalidades a rebeldia e a coragem. De

um lado e de outro do rio Paraguai, fechado com seu isolamento tradicional e cultivando a tradição de ter sido a sede do Governo e o núcleo irradiador da colonização, outros agrupamentos humanos conservaram seus hábitos e costumes, erigidos, num nacionalismo desconfiado e agressivo. E próximo, no sul e no oeste, estava o inimigo português, procurando dilatar seus domínios. Infiltrava-se lenta, mas seguramente, explorando as diferenças locais, pela ação diplomática ou pela pressão violenta da guerra.

Vê-se, assim, que no Rio da Prata, como aliás em toda a América Espanhola, a Unidade de Governo colonial não conseguiria ainda superar as divergências regionais, inscritas na sua Geografia humana e maduras para arrebentar em divisões irremediáveis.

5. A ECONOMIA

A economia da América Espanhola, teve de lutar sempre contra a expansão da metrópole, exercida no monopólio comercial que se estendeu de 1581 a 1778. Esse regime espoliador decorria de duas causas fundamentais: A 1ª, de seu uso corrente na Europa, e conseqüente aceitação por todos os Estados interessados, sob a forma de pacto colonial. A 2ª, decorrente da ação dos piratas flibusteiros que impunha a assistência mútua entre as grandes potências para enfrentá-la. De acordo com esse sistema, as colônias não podiam comerciar entre si, devendo cada uma delas fazer o seu comércio com a Metrópole da qual recebiam, por preços exorbitantes, o que necessitavam, em épocas e locais determinados. Esse sistema vigorou de 1543 (organização do regime de navegação guardada) até 1720 (regulamento para os galeões e frotas e navios de registro e avisos). Abriu-se, então, o mar do Sul ao comércio direto com a Metrópole. O porto de Sevilha na embocadura do Rio Guadalquivir, recebeu o privilégio exclusivo de comerciar com a América. Dêle saía, em abril, uma frota que se dirigia a Vera Cruz, onde se reuniam os comerciantes de Nova Espanha. Depois ia a Havana onde devia aguardar a Frota de Galeões, da Armada Real, que a escoltaria na viagem de volta à Europa. A Frota de Galeões saía de Sevilha, em agosto, ia a Cartagena onde se realizava uma grande feira com os comerciantes da Venezuela e Nova Granada; daí ia a Porto Belo, onde tinha lugar uma feira de 40 dias com os comerciantes vindos do Peru, do Chile e do Prata. Depois, a Frota ia a Havana onde se reunia à 1ª retornando ambas a Sevilha, depois de uma viagem que durava mais de um ano. Havia ainda a Frota do Pacífico, que recebia os artigos importados em Panamá e os trazia a Callao, onde eram redistribuídos para outros Portos deste Oceano e o Prata. Em 1717, tendo crescido a tonelagem dos navios e conseqüentemente os calados respectivos, o Porto de Cadiz, na Barra de San Lucar, passou também a comerciar com a América e, 1765 outros portos da Espanha, como o de Alicante, Málaga, Barcelona, foram beneficiados com essa medida. Na

América, alargou-se também a área dos portos de destino, incluindo-se nela Cuba, São Domingos, Pôrto Rico, Margarida e Trinidad. Esse último ato, preparou o de 1778, pelo qual Carlos III liberou o comércio da Espanha com a América, baixando, o Regulamento e as disposições para o comércio com as Índias. Em 1797, uma ordem Real, concedeu autorização para o comércio de navios neutros. Em consequência desse sistema as populações do Prata, comerciaram de início com a Espanha por intermédio do Vice-Reinado do Peru, o que era verdadeiramente um absurdo. Esse sistema começou a ser alterado em 1720, com o Regime de navios de livre registro, que permitiu a barcos mercantes determinados entrarem no Pôrto de Buenos Aires para comerciarem com o Chile e Charcas. Apesar dos protestos do Peru, esse regime persistiu, dando considerável impulso, a partir de 1777, às atividades econômicas do Vice-Reinado, que entrou num período de grande prosperidade. Em 1778, o pôrto de Buenos Aires foi autorizado a comerciar com a Metrópole, com resultados extraordinários. Entre 1792 e 1796, conheceu um período de grande prosperidade.

O rompimento de relações entre a Espanha e a Inglaterra, em 1797, paralisou completamente a navegação espanhola para as colônias. Estas entraram em contato com outros países, ampliando assim o campo de suas relações comerciais e vitalizando o espírito liberal, que lentamente se vinha formando. Logo depois se sucederam os dias difíceis dando lugar à luta no Consulado de Buenos Aires entre as autoridades Metropolitanas e fazendeiras, representados por Mariano Moreno de que resultou, afinal, a liberdade total do Comércio colonial. No que se refere à produção, a economia da bacia do Prata girou ao longo do eixo Paraná-Paraguai e teve inicialmente seus pilares na pecuária e na agricultura. Quando da chegada dos espanhóis, os índios da região já cultivavam o milho, e tinham domesticado a "lhama" de cuja lã, faziam tecidos. A pecuária foi, inicialmente, a maior riqueza do Prata, graças ao valor comercial do couro. Segundo informa Urien, foi o português Cipriano de Góis o primeiro a introduzir o gado na região, levando à Assunção, 7 vacas e 1 touro. Em 1569, o gado foi profusamente distribuído pelas províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Paraguai, graças às cabeças trazidas do Peru, por Cáceres, de ordem do "adelantado" Ortiz Zarate. As ovelhas foram trazidas por Juan Garay, em 1580, quando do repovoamento de Buenos Aires.

Os cavalos, foram introduzidos por Pedro de Mendonza, em 1536, e, em 1572, entraram mais, no Prata, 72 cavalos e éguas. Encontrando campos amplos e ricas pastagens, os animais se multiplicaram, de um lado e outro do Paraná-Paraguai, até atingirem as encostas ocidentais do Maciço Brasileiro. Mas a matança de gado, para aproveitamento exclusivo do couro, se tornou tão grande, que os rebanhos correram o risco de se esgotarem, obrigando o Cabildo de Buenos Aires a intervir para regulamentá-la. O aproveitamento da carne foi iniciado com a criação do Vice-Reinado, e teve o grande impulso no Governo de D. Nicolau Del Campo.

A agricultura colonial não chegou a ter a mesma importância da riqueza pastoril, mas foi também importante e compreendia quase todas as culturas Europeias, da época.

O trigo parece ter sido introduzido por Pedro de Mendonza, que na viagem de 1535, trouxe algumas mudas da Europa, bem como de cevada e aveia. Na região Norte, deve-se a introdução dessa cultura a Herman Mejia, que a trouxe do Chile, em 1556. Encontrando terrenos propícios, essas culturas estenderam-se rapidamente de um lado e outro do Rio Paraná, até Santa Fé. A cultura do trigo sofreu muitos embaraços, devido tanto às leis restritivas da Metrópole, que não permitia o comércio livre desse produto, como a ação do Cabildo que, a título de evitar o encarecimento do pão, impedia sua exportação. Somente em 1778, se concederam as primeiras licenças para a exportação do trigo para a Metrópole, logo cancelada em virtude da falência dos concessionários. No século XIX, foi permitido o livre cultivo do trigo, que como cultura passou ao primeiro lugar em importância.

A cana-de-açúcar e o arroz, foram levados do Brasil para Assunção, logo depois da fundação dessa localidade e se aclimataram, rapidamente, nas margens do Paraguai até a embocadura do Pilcomayo.

O algodão foi trazido do Chile por Mejia e Miraval e já, em 1580 era cultivado no Paraguai. A Coca era cultura comum ao Paraguai, Bolívia e Argentina, bem como a erva-mate, que se estendeu também pelo Oeste-brasileiro.

A falta da riqueza mineral, na Bacia do Prata, imprimiu à Colonização dessa Região uma feição especial, pois desde seu início os colonizadores para sobreviverem, foram obrigados a pedir à terra os meios de sustento. A mão-de-obra era dificultada pela rebeldia do índio e as condições de clima não favoreciam a utilização do braço negro. Desse modo, os colonizadores, fixaram-se e, trabalharam, criando uma sociedade de estancieiros, agarrados à propriedade do solo batendo-se pela valorização dos produtos da terra. A pecuária, que exigia menos trabalho, teve então a preferência.

A indústria, na Bacia do Prata, dadas as restrições impostas pela Metrópole, era rudimentar. Começou a se desenvolver com a decadência da Indústria Metropolitana. Limitava-se à tecelagem, próspera em Córdoba, Catamarca e Cochabamba; construção de embarcações, com as madeiras do Paraguai e de Corrientes; os curtumes para beneficiamento do couro. Os minerais eram escassos, sendo de notar apenas as minas de prata do Potosi.

A moeda usual eram os produtos da terra, que serviam de instrumentos de troca e medidas de todos os valores. No Paraguai, por exemplo a erva-mate e o tabaco, eram usados como moeda. As moedas metálicas, que circularam na América, foram as que tinham curso na Espanha; o dobrão, escudo, o pês, o real e o maravedi de prata.

Os impostos, se classificavam, segundo Ricardo Lovene, em três categorias: o da Fazenda Real, que se destinava a pagar os Soldados da Administração Política, militar e eclesiástica, como as décimas de prata, vendas de terras, etc. Os de 2ª categoria, que tinham aplicação diversa, e especiais, como pensões eclesiásticas, rendas de cargos vacantes, etc. Os de 3ª categoria compreendendo os que dispunham as Cidades para satisfazerem seus gastos ordinários, no pagamento de soldados dos Oficiais de Justiça, dos Escrivães, etc. Essas rendas, a princípio diminutas, cresceram notavelmente com o aumento das populações das cidades e se constituíram mesmo em base econômica da autonomia política de algumas delas, como Buenos Aires.

Entre os anos de 1792 e 1796, de grande prosperidade, o Vice-Reinado do Rio da Prata, contribuiu para todos os ramos da Fazenda Real, com mais de 20 milhões de pesos mas nos seus primeiros anos de existência, não foi a mais de 600 mil pesos, cerca de 0,7% da renda de toda a América.

As restrições à produção, a falta de minerais, os pesados tributos, pagos à Fazenda Real, o isolamento em que foram mantidas as províncias, serviram para desenvolver o comércio interprovíncias.

A liberdade do Comércio, deu grande desenvolvimento ao Porto de Buenos Aires, saída forçada da produção de uma vasta região e porta de entrada de todos os produtos que ela consumia. O Paraguai, o Sul da Bolívia, o Centro Oeste do Brasil, viviam comercialmente subordinados à Argentina. O Uruguai e o Sul do Brasil podiam viver sem a Argentina, mas não contra ela, isto é, podiam prescindir de seu mercado, mas não podiam com êle competir.

6. A SOCIEDADE PLATINA

No Vice-Reinado do Rio da Prata, os "Criollos", e os "Mestiços" constituíam a imensa maioria da população, no início do Século XIX. A vida social se concentrava nas cidades e nas povoações onde viviam os funcionários, comerciantes, um grande número de escravos domésticos e de mestiços exercendo as mais variadas funções. Nas cidades, havia leis, meios de instrução, organização municipal, idéias de progresso. Algumas, como Buenos Aires e Córdoba, lançaram, para o interior, certo número de povoações satélites, que prolongavam suas influências sobre êle. Mas, de modo geral, a poucos quilômetros das cidades, tudo mudava de aspecto. Os hábitos, os costumes, as necessidades, os próprios trajes, de homens e mulheres, eram diferentes. Era como se outro mundo começasse na vastidão deserta das campinas, que se estendiam sem fim. Aí era o domínio do estancieiro, do grande proprietário de terras, que gozava do direito da "encomienda" sobre os índios que a habitavam.

Entre uma estância e outra, medeavam distâncias enormes, onde vagava, o gado sem dono (gado do Rei). Ao serviço do estancieiro,

havia grande número de empregados, que percorriam os campos, mediante autorização (vaqueria), em busca dos rebanhos selvagens. O couro era o que lhes interessava. Matava um boi por refeição e por homem para dêle tirar-se a pele, a carne ficava apodrecendo ao sol, enchendo o campo de maus odores.

Às vezes, êsses homens escoltavam as caravanas de carretas que se dirigiam a Buenos Aires para protegê-las contra ataques inopinados dos índios e dos "Gaúchos Malos", um tipo de bandido singular capaz das maiores torpezas e dos mais elevados gestos de dignidade.

O Chefe dessas caravanas tinha o título de Capataz, e apoiava sua autoridade num poder sem limites e no terror que inspirava. Nesse ambiente, foi-se desenvolvendo na região do estuário do Rio da Prata e na Mesopotâmia, o predomínio da força bruta, a predominância do mais forte, a autoridade sem limite e sem responsabilidade, a Justiça sumária, sem forra e sem debates, era a escola, em que foi formado o caudilho Platino, que constituiu no cenário da formação dos povos do prata, uma força insubmissa, selvagem e desgovernada, com uma ética própria e atitudes imprevisíveis. Mas o homem da cidade e o homem do campo não eram apenas diferentes; foram sobretudo antagônicos. Desprezavam-se e combatiam-se mutuamente. E dos choques havidos entre êles, resultariam dificuldades imensas na organização política dos novos práticos e os traços fundamentais de sua paisagem humana.

A vida intelectual no Vice-Reinado do Rio da Prata, por volta de 1800, era apreciável; o ensino primário, que começou a ser ministrado pelas Ordens Religiosas, se tinha desenvolvido através da "Escola do Rei" e das "Escolas Municipais". Em Buenos Aires, Córdoba e outras cidades importantes, se ministrava o ensino secundário. O ensino superior se concentrou durante muito tempo, na Universidade de Córdoba, fundada em 1614, e depois na de Charcas, criada um século mais tarde, onde se ministravam cursos de direito na Academia. Daí se difundiu para todo o Vice-Reinado o liberalismo político e filosófico mais importante do Vice-Reinado.

A imprensa apareceu nas Missões Jesuíticas do Paraguai, onde se imprimiram livros didáticos. O jornalismo se iniciou na primeira década do Século XIX, contribuindo poderosamente para ampliar o debate das idéias políticas e econômicas em voga, no Vice-Reinado.

Ao se iniciar o Século XIX, as populações do Vice-Reinado, particularmente aquelas vinculadas ao Estuário, tinham atingido um notável grau de desenvolvimehto político, social e econômico. O descontentamento, de determinados setores, da população, uns com os outros, era grande e de todos, com a metrópole muito maior particularmente, devido às restrições econômicas que obrigavam os habitantes da região pagarem um preço muito caro pelo direito à vida.

Todo processo histórico, que remontava à fase da conquista, estava prestes a rebentar numa crise geral.

A tentativa da Inglaterra, em 1806 e 1807, para apoderar-se de Buenos Aires, completou-o pois, o povo adquiriu, na luta vitoriosa contra os invasores, a consciência de sua capacidade. Vencera os ingleses, poderosos pelo número e pela disciplina. Por que não poderiam vencer também os Espanhóis? Em consequência os "Criollos" capitaneados por Liniers se organizaram em partidos, tendo como apoio militar a força do povo em armas e objetivos a emancipação total.

7. UNITARISMO E FEDERALISMO PLATINOS

a. *Análise sintética :*

O Federalismo e Unitarismo, como tendências políticas das populações argentinas, tiveram suas origens no período Colonial e importância considerável na formação e evolução dos atuais estados e da Bacia do Prata.

O Federalismo foi durante esse período mais um fato social, de que político, enquanto o Unitarismo foi mais uma imposição política do que uma realidade social. Somente após a Revolução de 1810, o Federalismo Platino adquiriu conteúdo político que entraria em choque com o Unitarismo, que visava preservar os quadros políticos metropolitanos, em benefício da elite burguesa de Buenos Aires, arvorada em sucessora da Coroa Espanhola.

(1) *São antecedentes das duas tendências políticas :*

(a) *Unitarismo :*

A origem comum, a língua, a religião, a unidade política, administrativa, fiscal, tendo como centro executivo e fiscalizador, Buenos Aires.

A atração natural de Buenos Aires, decorrente do poder aglutinador de sua posição e localização geográficas.

A liderança política, demográfica, econômica e social de Buenos Aires, privilegiada pelos favores da Metrópole e exercida sem descontinuidade durante mais de dois séculos.

(b) *Federalismo :*

As regiões naturais existentes nos quadros da Unidade geográfica propiciando gêneros de vida, atividades econômicas e hábitos sociais diferentes.

As distâncias que separavam os diferentes núcleos de povoamento favorecendo o aparecimento de comunidades naturais marcadas por costumes, hábitos e interesses divergentes e mais ou menos isolados uma das outras.

A tradição autonomista dos Cabildos, ampliada e revigorada mais tarde nos amplos poderes administrativos, concedidos aos Governos e às Intendências.

A dualidade do sistema judiciário estruturado nas Audiências de Charcas e de Buenos Aires.

As diferentes comunidades naturais surgidas na Bacia do Prata, resultantes das condições geográficas, do despovoamento, da colonização, dos interesses econômicos, separadas por ressentimentos e aspirações diversas.

O Caudilho como expressão social da comunidade pastoril caracterizado por seu culto à força e o desprezo das injunções legais, seu individualismo, sem educação política e cultural e orientado por interesses locais e imediatos, apoiados em vivo sentimento de liberdade.

(2) *Apreciação :*

Essas tendências políticas vagas e imprecisas (tendo em vista o sentido nacionalista) ganharia conteúdo político definido após a Revolução de 1810, em função de tradições e contingências históricas:

— Buenos Aires, por seu poder econômico e militar, sua tradição de liderança política, sentia-se capacitada para exercer o direito de dirigir as demais províncias e impor-lhes uma forma de governo, em proveito próprio. Tenderia para absorver a vida política do interior, como absorvera a vida econômica e se chocaria com comunidades apegadas à terra, ciosas de suas autonomias e trabalhadas por um vivo sentimento de liberdade.

— As populações do interior que tinham sofrido a liderança econômica e política de Buenos Aires, e que atribuíam, mais aos privilégios concedidos pela Metrópole, do que à sua própria capacidade para crescer, sentiram que chegara o momento de se libertarem. Nos quadros territoriais e sociais de diferentes regiões, constituíram Governos, autônomos uns, outros impostos pela força. Para sustentarem esses governos se apoiaram na força militar dos Caudilhos e mais tarde nas alianças de uns com os outros. Era a necessidade de sobrepujarem em poder militar, Buenos Aires, e que conduzia essas comunidades, tão diferenciadas entre si, a se aliarem, dando, assim, um conteúdo político às suas aspirações de liberdade. O Federalismo tornar-se-ia ativo e acabaria se impondo em 1853.

— Resistiriam assim aos desígnios imperialistas de Buenos Aires cuja elite, em desespero de causa, pensaria até em uma solução monárquica, o que foi causa imediata da rebelião dos caudilhos e do período de anarquia que se abriu na vida pública das Províncias Unidas.

b. O Federalismo e Unitarismo das populações argentinas tendo em vista a formação e evolução dos atuais Estados Platinos :

(1) Contribuíram para a fragmentação do Vice-Reinado do Prata do que resultou o território da atual República Argentina, muito menor

do que o abrangido por aquêle, de que Buenos Aires era sede, ou seja Vice-Reinado do Prata.

Criou as condições que favoreceram o deflagrar da luta política que durante quarenta anos, impediu a plena organização política da República Argentina e seu completo desenvolvimento econômico-social.

Contribuiu para os antagonismos que ainda hoje trabalham a vida internacional da Bacia do Prata, expressos nas tendências homogenicas da Argentina, nas questões de limites, nas servidões econômicas impostas às populações mediterrâneas.

Contribuiu para antagonismo no seio das populações argentinas que, embora atenuadas pelo progresso dessa nação, trabalham ainda hoje os seus quadros político-sociais.

(2) *Paraguai:*

Contribuiria para a independência do Paraguai, enfraquecendo o poder militar de Buenos Aires, inicialmente, e das Províncias Unidas, posteriormente.

Agrávaria o isolamento do Paraguai desejoso de evitar o contágio do caudilhismo argentino.

Contribuiu para criar os ressentimentos e queixas que foram e são elementos de discórdia entre Paraguai e Argentina.

(3) *Uruguai:*

Propiciaria o aparecimento de ARTIGAS, e o crescimento de seu prestígio político, gerando as idéias de um Uruguai independente.

Contribuiu para as ligações posteriores do Uruguai com o Paraguai, e as populações da Mesopotâmia, criando os elementos que possibilitaram a eclosão da guerra de 1851 e 1852, e da Triplíce Aliança.

Trouxe até o estuário do Prata a influência de ingleses e franceses, elementos perturbadores da vida internacional dos Estuários Platinos.

Contribuiu para a resistência das populações uruguaias às tendências de absorção de Buenos Aires, seja pela guerra, seja pela ação diplomática, buscando alianças com o Brasil.

(4) *Brasil:*

Deu ao Brasil novas oportunidades para tentar levar suas fronteiras até o Rio da Prata (1811 a 1821) (1825-1828).

Deu possibilidades ao Brasil de manter o equilíbrio na Bacia Platina e de garantir livre navegação nos rios da Bacia, objetivos fundamentais de sua política internacional no Prata.

Criou elementos de perturbação política no Rio Grande do Sul.

Contribuiu para levar o Brasil a fazer a guerra preventiva de 1851 e 1852 e a guerra com o Paraguai.

BANCO NACIONAL DE MINAS GERAIS S. A.

CHEQUES DE VIAGEM

Onde quer que o militar chegue, poderá pagar tudo — praticamente tudo!!!

Como?

Com Cheques de Viagem do Banco Nacional de Minas Gerais.

Lojas, hotéis e empresas de transporte aceitarão seus Cheques de Viagem como papel-moeda.

Qualquer agência do BANCO troca-os por dinheiro, sem qualquer despesa. Não há taxas nem comissões.

Resultado — Você viaja com "dinheiro no bolso"... mas dinheiro que não pode ser roubado, pois só vale com sua assinatura.

CARTA A UM JOVEM CADETE

Nota da Redação — A carta abaixo transcrita, respeitado integralmente o texto original, foi enviada por um oficial, já falecido, ao seu irmão mais novo, quando de seu ingresso na Escola Militar de Realengo:

A direção da Revista foi solicitada sua publicação, não só pela atualidade dos conceitos nela emitidos como também como uma homenagem a um brilhante oficial que dedicou cerca de 30 anos de sua existência, única e exclusivamente ao serviço do Exército: O Cel Roberto Misco.

Meu caro X

Acabo de receber tua carta. Minha satisfação é grande e envio-te meus calorosos cumprimentos. Está afinal realizado o teu sonho, depois de uma luta onde revelaste constância e força de vontade digna da carreira a que te votaste.

Isso porém não é tudo!

Vais, agora, iniciar uma marcha mais longa e árdua onde, o menor desfalecimento, a mais leve indecisão, pode destruir todo o grande esforço inicial. Com a triplice autoridade que me conferem: o posto, a experiência e o sangue, julgo dever dar-te, à guisa de conselhos, alguns esclarecimentos que visam a facilitar a tua atuação na jornada que ora empreendes.

Comecemos pela camaradagem — essa admirável virtude — que faz dos militares irmãos de uma grande família. A camaradagem implica em afeição para com os iguais, respeito para com os superiores e bondade para com os subordinados. A camaradagem evita as desarmonias, apaga os ressentimentos e faz brotar sólidas amizades; ela é desinteressada e espontânea. Não hesites em sacrificar alguns pequenos interesses pessoais, se assim exigir o bom entendimento que deve reinar no seio de teus pares.

Se não puderes prestar a teus camaradas necessitados o apoio material, presta-lhes, ao menos, o conforto moral e o auxílio intelectual, às vezes mais importantes do que aquele. Evita, sobretudo, sobressair em detrimento de teus irmãos de armas.

Nunca te esqueças de que o ambiente que souberes criar nos bancos da Escola, acompanhar-te-á por toda a vida futura, mesmo depois de atingires os mais elevados postos da hierarquia.

Toma porém cuidado em que essa camaradagem mal interpretada não te leve a cair em faltas e a cometer infrações de perigosas consequências.

Eu exemplifico: Suponhamos que, amanhã, alguns camaradas que não sabem suportar com verdadeiro espírito militar os desgostos, quiçá as injustiças, te convidem para represálias, distúrbios, enfim quaisquer manifestações contrárias à sã disciplina e ao dever militar; a verdadeira camaradagem não consiste aqui em acompanhá-los em seus intuitos reprováveis, mas sim, em mostrar-lhes a solução ou soluções legais a empregar no caso. Porque, sabes bem, em todas as coletividades, por mais filtradas que sejam seus elementos em exames e inspeções, sempre subsiste uma escória, com todas as taras e vícios peculiares a tais escórias. Cuidado!

Cuidado também com os excessos de intimidade que levam o homem a se despersonalizar subjugando-o a vontades nem sempre mais dignas do que a própria.

É preciso manter uma atitude digna mas afável. As reuniões, diversões e mesmo os inocentes motejos, próprios da mocidade, consolidam a camaradagem. Sempre penso que devo uma grande parte da afeição que desperto nos meus camaradas, à permanente agilidade de espírito e bom humor que demonstro na nossa convivência. O esporte é outro meio de manter viva essa camaradagem e fazer-se querido dos companheiros, desde que não caias no ridículo de te considerares "o melhor do mundo" na tua especialidade, desprezando os menos destros e os inexperientes.

A excessiva modéstia não fica porém bem ao soldado. Deve-se ser modesto sem ser humilde e orgulhoso sem ser fátuo.

Procura cumprir bem tuas obrigações e as ordens que receberes de teus superiores, mas evita a "corrida" e o servilismo. Nada irrita tanto os companheiros como aquele que a todo pretexto, e às vezes sem pretexto algum, se acerca dos superiores para pedir-lhes ou prestar-lhes informações desnecessárias e que, só encobrem mal veladamente o desejo de agradar ou de sobressair. Pode esse processo dar ótimos resultados em outras carreiras, mas na vida militar deve-se conquistar o prestígio a custa de dignidade e de méritos reais ao invés de conquistá-lo com a bajulação e a subserviência.

Há chefes que apreciam a "corrida" mas o Exército de um modo geral a repele; vão-se os chefes mas o Exército continua!

Cultua a disciplina, custe o que te custar! Muitas vezes a injustiça nos fere e a revolta quase explode. A disciplina porém nos faz calar e, afinal, a injustiça só reflete mal em quem a comete. Aconselho-te a se-

guir o princípio que tenho seguido em toda minha vida militar; "quero sempre estar bem com a minha consciência".

Quantas vezes um chefe esquece-se de cumprir ou de fazer cumprir os deveres militares! Não deixes por isso de cumpri-los para que a tua consciência não te acuse.

"Ganhar honestamente o nosso dinheiro" é outro lema que não deves abandonar; verás, não agora, mas quando a primeira estrela prateada brilhar em teu ombro que: "aquele que está bem com sua consciência, ganha honestamente o seu dinheiro". É bem verdade que a proposição se aplica às consciências bem formadas, mas falo no caso geral e não nas consciências bastardas.

A vida escolar é cheia de obrigações e provações. Procura aceitar ambas com o espírito calmo e o ânimo forte. Esses quatro anos devem temperar teu espírito e teu coração para a "Grande Vida Militar" que começará mais tarde, quando serão exigidos de ti mais obrigações, maiores sacrifícios e responsabilidades e até mesmo a "Suprema abnegação"!

O ambiente escolar deforma o verdadeiro panorama da vida militar e é por isso que o cadete acostuma-se a ver, nos seus instrutores, somente aqueles que estão sempre prontos a reprimir e a castigar as faltas por, mais insignificantes que pareçam. O rigor de fato existe, mas é preciso que assim seja porque, à mocidade que aí está, será, em breve, cometida a mais nobre tarefa cívica: **formar soldados!** E, só pode fazer bons soldados aquele que é um bom soldado. Não queiras mal nem guardes rancores se por acaso teus instrutores excederem-se um pouco na manutenção da disciplina e da ordem. Eles estarão procurando fazer de ti um bom soldado para não sentires dificuldades mais tarde, na "grande escola" que é a Caserna! Tenho visto dezenas de jovens tenentes, saídos dessa Escola onde criticavam e ridicularizavam seus mestres e instrutores, encontrarem-se nos corpos com esses mesmos mestres e instrutores e confessarem seu erro de apreciação e julgamento segundo o "ambiente escolar".

Acostuma-te desde já a atender às ordens gerais e dos serviços com pontualidade e alegre presteza. Criarás o hábito, o reflexo, que só te poderá trazer benefícios no futuro. Se ao toque de alvorada, a ordem é saltar da cama, o que adiantará mais 5 ou 10 minutos de repouso sobresaltado pela possível chegada do oficial de dia e da punição correspondente?!

A lealdade para com os chefes, camaradas e subordinados, é inseparável do verdadeiro espírito militar. A mentira não orna o uniforme.

Cultiva a justiça, porque, quando fores "um chefe" verás o prestígio que desfruta um chefe justo entre seus subordinados, por mais rigoroso que seja.

Prestigia sempre teus superiores, camaradas e subordinados, principalmente no meio civil, mesmo que conheças seus defeitos e fraquezas. Que confiança poderá ter a Nação num Exército em que seus membros

se acusem e ridicularizem perante estranhos?! Mostra, pelo contrário as virtudes desse Exército. Conta os trabalhos, sacrifícios e provações que sofre anônimamente para o engradecimento e a garantia da Pátria! Fala em Caxias, Osório, Florianópolis, Antonio João, Andrade Neves, Deodoro, Benjamin Constant e centenas de outros mais (por só citar os chefes) que devotaram toda sua vida para nos legar um Brasil uno, livre e feliz!

Respeita a Lei, a Ordem, o Governo e as Instituições. Tudo isso que aí está foi feito para conduzir a Nação para um futuro cada vez mais digno, cada vez melhor.

Combate sem tréguas as ideologias importadas que, raivosas do fracasso em suas terras minadas pelo sofrimento e a descrença, procuram perversamente destruir o nosso patrimônio de liberdade, paz e prosperidade.

Prepara-te, o melhor que puderes, porque o Brasil precisa de um Exército culto e forte.

Retempera a alma na prática das virtudes militares que darão ao Exército a unidade moral e a força de ânimo imprescindíveis nas horas amargas mas gloriosas da luta.

Cultua a Bandeira, essa Bandeira Gloriosa que é o motivo mais forte e a razão de ser da nossa existência. Lembra-te que, por ela, lutaram, sofreram e morreram milhares de patriotas para não-la legar ufana e livre de mácula.

Não queiras ser amaldiçoado pelas gloriosas cinzas dos nossos heróis!

Enfim, devo dizer-te as palavras do Coronel Cersi em seu admirável livro "A Educação Moral do Soldado":

— "O verdadeiro soldado não deve ser um espadachim, nem um sábio, nem um jurisconsulto, nem um urso, nem um gazeteiro, nem um herói fantástico de mil virtudes. Bonitos modos, uma bela presença, um coração de ouro, um cérebro romanesco e um pulso de ferro; eis o tipo do soldado".

Também assim é o que eu desejo que seja o nôvo "cadete" X X ...

AOS ASSINANTES

Em caso de transferência não deixe de providenciar para que disso tenha a Revista conhecimento.

Se optou pelo pagamento mensal, certifique-se de que o desconto está sendo feito.

O PENSAMENTO DEMOCRÁTICO

O DEVER MILITAR EM FACE DA LUTA IDEOLÓGICA

Gen. HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO

(Trecho de palestra proferida a 15 de dezembro de 1961, na ECEME.)

DEMOCRACIA E TOTALITARISMO

O Homem, desde os mais remotos tempos, sempre está à procura da liberdade e da igualdade.

Há quem veja incompatibilidade entre essas duas reivindicações e até mesmo afirme que para haver igualdade impõe-se a supressão da liberdade,

Parece que tal dissociação existe quando não se toma por base o homem e sim o Estado, e, especialmente, quando não se considera "o homem como a medida de todas as coisas do mundo".

Dáí a Democracia e o Totalitarismo. Esses sistemas, sim, é que são incompatíveis.

A Democracia reconhecendo dignidade no homem, atribui-lhe liberdades fundamentais, confere-lhe a igualdade de direitos e promove a retribuição de acordo com o esforço de cada um. Vê nêle, antes de tudo, lá no fundo, os três direitos essenciais, próprios de sua natureza e que têm mesmo a forma de forças instintivas: a sobrevivência pelo sustento, a procriação e a propriedade onde possa pelo menos habitar.

Já o Totalitarismo, negligenciando a dignidade humana, faz o Estado absorver o homem, inclusive na sua liberdade de pensamento, de religião e de empreendimento. Supõe dar-lhe igualdade, como dependente exclusivo de sua máquina e de suas necessidades.

A Democracia procura a valorização do homem através de um regime de opinião e representação, enquanto o Totalitarismo totaliza a supressão dos direitos fundamentais com a permanência de um governo ditatorial e do partido único, reforçado pela eliminação de opositores.

A autodeterminação de um povo começa no uso periódico da liberdade de escolha de seus representantes e governantes; e no estabelecimento por aqueles, em nome dos representados e quando se impuser, de um regime político e social. Ao contrário, as nações que vivem sob o Totalitarismo aparecem mudas no plano nacional e no internacional, sempre substituídas por ditadores e oligarcas que bradem defendendo o seu próprio destino, e não verdadeiramente o de seus povos subjugados.

IDEOLOGIAS

Vinculados a esses sistemas de vida política e social, há, no mundo atual, um lugar de destaque para as ideologias. Pode-se dizer mesmo que elas hoje são a fonte da Democracia e do Totalitarismo e constituem um dos elementos mais determinantes dos conflitos modernos.

Notemos bem que o homem pode pouco penetrar no seu meio, na sua época mas as idéias se aproximam dele, se esbatem no seu espírito, quando nêle não penetram e não se incorporam a seu pensamento e ação.

De outro lado, há os que vão procurá-las, estudá-las e praticá-las,

Para que tal aconteça, a ideologia é u'a maneira de pensar característica de um indivíduo, ou de um grupo, podendo ir do homem ao Estado, envolvendo a sua conduta e o seu destino. Significa uma filosofia política e também abrange um plano de ação para trazer essa filosofia à realidade. Consideremos as ideologias mais em destaque no mundo atual.

A ideologia democrática varia muito. Há, porém, uma base comum e geral. Os seus princípios fundamentais são verdadeiramente congêntos. Inclui hoje um sentido social e econômico para o homem e para o povo. Consiste em proporcionar o maior bem ao maior número. Tem base na educação e procura desenvolver-se num ambiente econômico. Considera o problema do trabalho não só econômico, como também humano, moral e social. Ainda mais, abrange fundamentalmente a constitucionalidade e uma legislação de justiça social. O seu movimento é na direção do bem-estar dentro da harmonia social. Aspira a paz internacional.

Recordemos alguns traços da ideologia comunista. Visa às massas. Tem uma filosofia, onde se encontra a base de seu materialismo e de

suas concepções políticas. Originando-se de uma luta de classes, dirige-se para a existência de uma classe única, para depois conseguir a sua abolição, de um tipo humano absorvido pelo Estado e permanentemente filiado ao Estado Soviético. Prevê a dominação do mundo por uma organização padronizada e seu destino ligado à pátria desta ideologia. É preponderantemente internacional para imperar. Não é uma ideologia que se difunda apenas pela propaganda. É imposta até por procesos intervencionistas, de pressão, violência, terror e pela Guerra Revolucionária. Esforça-se por implantar uma paz sob sua égide.

A ideologia comunista é pregada com muita pertinácia e energia. Já morreram muitos homens por ela e cada vez mais os seus adeptos se mostram obstinados, senão fanáticos. Penetra nos meios universitários e intelectuais e caminha palmo a palmo em certas camadas do povo.

A ideologia democrática tem, ao lado de seus adeptos devotados, elementos tímidos, vacilantes e outros que se poupam nos riscos da luta. É muitas vezes confundida com um simples e exclusivo movimento anti-comunismo. Por outro lado, não pode perder-se nos interesses do capidúvida. Antes, porém, de negá-lo, deve afirmar os seus elevados valores humanos, filosóficos e políticos, que, por si sós, já estão muito acima do comunismo. Por outro lado, não pode perder-se nos interesses do capitalismo quando desligados do interesse da comunidade nacional e do bem-estar do povo. Deve ser uma ideologia de afirmação e, necessariamente, de combate.

Estas duas ideologias estão num conflito mundial. Desconhecê-lo é viver muito longe do mundo e negligenciar o Brasil. O choque é mais forte em torno da valia e dos direitos do homem, do tipo de bem-estar e de justiça social e da concepção da paz, alcançada por uma compreensão recíproca ou pela submissão a Moscou.

Esta luta ideológica atravessou o Atlântico e pode afirmar-se que ela já existe no nosso país.



BANCO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.

FUNDADO EM 1923

OITENTA AGÊNCIAS A SERVIÇO DO BRASIL!!!

Matriz — Rua Álvares Penteado, 216 — São Paulo

AGÊNCIAS

NA CIDADE DE SÃO PAULO: Alto da Mooca, Ana Rosa, Augusta, Aurora, Barão de Limeira, Bom Retiro, Ipiranga, Jabaquara, Major Sertório, Marechal Deodoro, Nova Conceição, Paula Souza, Rangel Pestana, Rubino de Oliveira, Santo Amaro, Sete de Abril e Tatuapé.

NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Agudos, Andradina, Araçatuba, Bauru, Birigui, Bonfim (Campinas), Campinas, Catanduva, Cedral, Garça, Getulina, Guararapes, Guarulhos, Jundiaí, Lins, Marília, Mirandópolis, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Oswaldo Cruz, Panápolis, Pirajuí, Promissão, Rugde Ramos, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba, Tupã, Urupês, Utinga e Valparaíso.

NO ESTADO DO PARANÁ: Andirá, Apucarana, Araçongas, Assaí, Astorga, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Cianorte, Cornélio Procopio, Curitiba, Ibiporã, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Londrina, Mandaguçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Nova Esperança, Paramaguá, Paranavaí, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Sertãoópolis e Umuarama.

NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: Central — Rua 7 de Setembro, 43 e Copacabana — Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 836.

CURSO DE TÉCNICA DE ENSINO

AULA INAUGURAL PARA A TURMA DE 1963

Ten-Cel MAURICIO FELIX DA SILVA
(Diretor do C T E).

Em consequência de nova orientação superior cabe-nos, nesta oportunidade, a honra e o privilégio de proferir algumas palavras à guisa de aula inaugural.

Assim este auditório, que tradicionalmente seguia com admiração e acatamento a palavra engalanada ou o vôo erudito de ilustres oradores, proporcionando desta cátedra, a quantos os ouviam, uma festa de cultura e de saber, terá este ano apenas a palavra singela do soldado.

É pois, ofuscados pelo halo de nossos antecessores, que ousamos ocupar este posto, acicatados tão-somente por aquela intrepidez inconsciente que arroja à luta o combatente incumbido de missão desproporcionada às próprias forças.

Aos que nos ouvem os nossos agradecimentos pela presença estimulante.

Aos que nos trazem a chama de seus entusiasmos, o concurso de suas inteligências e o acervo de variadas experiências, não por certo como alunos, porém antes como colaboradores, as boas vindas do Curso de Técnica de Ensino.

A vós, que vindes conosco amanha o campo ubertoso da Pedagogia, dedicamos esta cerimônia que desejamos destituída do formalismo imposto pela praxe, e impregnada do mais puro espírito de companheirismo.

É compreensível que estejais ansiosos por conhecer o vosso curso. Não menos ansiosos estamos nós para vo-lo apresentar. Mas para tanto precisamos remontar à sua origem. Acompanhai-nos, pois, recuai no tempo cerca de uma década.

Assumia na época, a direção da DGE, a administração General Mário Travassos. E chantava-se também o primeiro marco de uma evolução transcendente no ensino do exército.

Desde então os postulados da Pedagogia Científica passaram a presidir as decisões emanadas do alto órgão.

Em dois planos se processou a reforma Travassos, que assim a podemos designar. Até onde a vista alcançava, até o horizonte próximo, a Diretoria se desdobrou em atividade febril organizando simpósios, elaboran-

do documentação básica, propondo e sugerindo nova legislação, estruturando-se, tendo em vista a adoção dos novos conceitos e valores, mas sobretudo buscando estabelecer uma ampla frente de contacto com entidades civis especializadas. Não se limitou porém a DGE a esta atuação imediata. Era necessário dar-lhe profundidade no tempo e no espaço. Era preciso dotar a nova concepção de raízes que penetrassem fundo nas consciências dos responsáveis pelo ensino no exército, ao longo de toda a escala hierárquica; era forçoso convencer, conquistar; era mister, enfim, criar nova mentalidade pedagógica. Para atuar neste segundo plano, para o verdadeiro trabalho de apostolado que a consolidação da obra exigia, para a explanação do corpo de conhecimentos organizado que é a Pedagogia moderna, foi criado CTE, o vosso CTE.

Hoje, decorridos três lustros, já surgem os primeiros frutos sazonados daquela feliz iniciativa. O Curso vem injetando anualmente, no organismo do exército, novas turmas de técnicos de ensino imbuídos dos princípios e das concepções semeados há quase quinze anos. E a influência criadora dos diplomados se faz sentir através de todo o sistema educacional militar com os resultados mais animadores, e os reflexos mais honrosos sobre a nomeada do CTE.

Mas não se limita o curso ao exercício da função de estabelecimento de ensino. Tão importante quanto esta é sua missão de laboratório da DGE. Neste segundo papel ele é órgão auxiliar de pesquisa, contando para isso com a vosso colaboração, com a assistência de elementos civis capacitados e com a ajuda de escolas, quer militares quer civis.

Transponde agora os umbrais de nossa modesta casa. Muitas coisas singulares aqui encontrareis. Logo nos primeiros dias vereis que grande número de vossos mestres usam trajes civis. Eles cooperam conosco desde a fundação do curso. São figuras exponenciais nos círculos universitários brasileiros, com toda uma existência dedicada à causa do ensino em bases científicas. Prepararam-se durante anos de estudos profundos e extensos em faculdades civis, e agora colocam seu saber e sua experiência ao nosso alcance para que nos abeberemos nestas fontes generosas. Pela contribuição valiosa dada ao ensino do exército são dignos da nossa e da vossa gratidão.

Observareis também que não é nosso fito submergir-vos sob uma avalanche de fatos e conhecimentos. Atrás do currículo somente um objetivo avulta, somente um fim é realmente fundamental: o desenvolvimento da aptidão para pensar em face de problemas reais, concretos, e em termos de Pedagogia moderna, em termos de Pedagogia Científica. Este o *leitmotiv* de todos os trabalhos do curso até a vossa diplomação. A todo momento sereis conduzidos através de um processo de pensamento reflexivo, tão bem esquematizado por Frederick Lamson Whitpey, nos seus Elementos de pesquisa, em cinco fases: a percepção de uma deficiência ou necessidade; uma delimitação mais ou menos definida da situação-problema em causa; a aceitação de uma conclusão provisória; seu exame crítico em função da evidência; sua corroboração ou rejeição experimental.

Nesta seqüência o ato essencial é a descoberta de uma hipótese que resista à verificação. Para realizá-lo com êxito é mister a conjunção de determinados fatores, tal como o expressou Lourenço Filho na sua Introdução à Lógica de Gilles Gaston Granger: "o homem só chega a pensar corretamente quando certas condições fisiológicas, educativas e morais se conjuguem". É nestas últimas condições que nos deteremos algum tempo.

Com freqüência ouvimos que a objetividade é um dos primeiros atributos do cientista. Já se afirmou mesmo (in "Liderança Naval" de M. E. Wolfe e outros) ser "o bom solucionador de problemas aquele que suspeita da objetividade de suas próprias percepções". Tal qualidade pressupõe primordialmente uma atitude de humildade perante os fatos, o reconhecimento de que os fenômenos se processam alheios à nossa vontade. Caracteriza-se assim o verdadeiro cientista como o indivíduo sempre pronto a agir de acôrdo com a evidência, dotado da mobilidade e flexibilidade mental que lhe faculta abandonar quaisquer posições ou convicções, obsoletas ou incoerentes à luz da evidência. Vêde como são raros os que podem afirmar conhecer a natureza das coisas. Quantos têm tido a fé inabalável nas descobertas próprias, para sustentar com o fervor de um Galileu — eppur, se muove?

Certa vez grande chefe militar apontou a paciência como a maior virtude do soldado. Paciência carece também de ter o pesquisador, que a natureza é avara de seus segredos e só os revela aos que sabem esperar e perseverar. Toda vez que uma tarefa vos parecer inexequível, lembrai-vos de Ehrlich conduzindo seu 606.º experimento para descobrir o composto arsenical que livrasse a Humanidade de um de seus mais terríveis males.

Agressividade, eis outro atributo também tido em alta conta por nós militares. Em caso de dúvida atacar foi o moto com que a marinha britânica reinou sobre as ondas. Jamais nos deixemos abater pela enormidade das questões, jamais aceitemos o domínio nefando da covardia intelectual. Ninguém espera do estudioso a resolução cabal do problema objeto de suas elucubrações. Só ao gênio é dado, em lampejo divino, vislumbrar a realidade, determinar as causas, formular as leis. Porém partindo de conclusões parciais, de hipóteses frágeis, de contribuições modestas e esparsas, muita vez um cérebro privilegiado consegue construir todo um edifício de verdades científicas.

Durante o ano letivo ouvireis amiúde as palavras objetivo, fim, etc. É um dos postulados de nossa filosofia educacional o estabelecimento dos fins. Dêle decorre um corpo de doutrina abraçando extenso campo da Pedagogia. Para que aquilateis de seu valor e importância, vêde como o formulou John Dewey:

"Agir com um objetivo é o mesmo que agir inteligentemente".

"Prever o termo de um ato é ter uma base para observar, escolher e ordenar as coisas e os nossos próprios atos ou aptidões. E fazer tais

coisas, isto é, observar, escolher e ordenar quer dizer ter inteligência, espírito ou razão, porque razão ou juízo é precisamente atividade intencional e com um propósito, controlada pela percepção dos fatos e de suas relações recíprocas. Ter em mente fazer uma coisa é prever uma possibilidade futura; é ter um plano para a realização; é notar os meios para a exeqüibilidade do plano e os obstáculos do caminho: — ou, se realmente temos em mente fazer a coisa e não apenas uma vaga aspiração — é ter um plano que leva em conta os recursos disponíveis e as dificuldades da execução”.

Parece-nos lícito ver aí sintetizado um método de trabalho. Oferecemo-lo à vossa meditação para que infirais as conseqüências práticas julgadas úteis, se fordes de opinião idêntica e o tomardes, ao lado de outros, por princípio diretor de vossas ações nos trabalhos escolares.

Já vos dissemos que o objeto de vossos estudos no curso se situa nos domínios da Pedagogia. Pedagogia científica, entendendo-se como tal um corpo de conhecimentos sistematizados e formulados em face da descoberta de verdades gerais ou de constatação do efeito de leis gerais (in Webster, *Nôvo Dicionário Internacional*). Ora, o simples fato de depender a formulação dos conhecimentos científicos, de verdades e leis gerais só a pouco e pouco descobertas ou constatadas pelo homem, evidencia o caráter essencialmente mutável e evolutivo da ciência. Este o ensinamento de Stuart Mill exposto de maneira clara, inequívoca e até incisiva, quando o autor do Sistema de Lógica afirma que “a definição de uma ciência deve necessariamente ser progressiva e sempre provisória”. E assim justifica o filósofo inglês sua proposição: “Um acréscimo de conhecimentos, uma modificação nas opiniões recebidas, podem trazer mudança mais ou menos considerável nos fatos particulares abrangidos por uma ciência; e seu conteúdo estando assim modificado, pode ocorrer facilmente que os caracteres novos sejam reconhecidos mais próprios ou menos próprios que aqueles até então adotados como Diferença para a definição de seu nome”.

Se isto podia ser tranqüilamente proclamado há um século, que dizer hoje, quando o maior empreendimento científico dos nossos dias, a pesquisa científica organizada, recua cada vez mais as barreiras de nossa ignorância? Ademais, “a rapidez com que a pesquisa multiplica os problemas é bem superior àquela com que os soluciona”, dizem-nos Good e Scates em seus Métodos de Pesquisa. “Cada nôvo nível de entendimento”, prosseguem êles, “revela uma complexidade pouco suspeitada antes de ter sido explorada. Assim, cada realização traz consigo incontáveis oportunidades novas para ulterior busca pois a pesquisa é a descoberta e exploração contínua do desconhecido”. No surto de investigações científicas que domina a nossa época, acarretando para a ciência um estado perpétuo de fluidez, uma progressão irresistível e pluridimensional, seria suicídio intelectual uma postura passiva, uma estagnação apenas erudita, a fidelidade a fórmulas, livros e concepções

estáticas. Conservemos portanto a mente em vigília e sobretudo evitemos o dogmatismo das idéias. Hoje, mais do que no passado, precisamos, como Santo Tomás de Aquino, "temer o homem de um só livro". Procuremos, alhures e sempre, mais alimento para o espírito, idéias novas e novas inspirações que supram o intelecto da matéria-prima necessária à meditação.

Já se tornou sedição referir que o sucesso em um curso de estudos depende do interesse do aluno e do esforço que ele desenvolve. Não poderíamos fugir à pragmática deste lugar comum. Todavia, não vos cause estranheza o modo pelo qual o diremos, por paradoxal que se vos afigura. Sustentamos que a nós, da direção, principalmente, incumbe a responsabilidade de despertar o vosso interesse e estimular o vosso esforço nas lidas escolares. Neste rumo tentaremos ajustar ação e pensamento à concepção de John Dewey, quando caracteriza o interesse como "uma atividade em marcha dentro de cada um de nós a fim de atingir um objeto, no seu julgamento de valor". E de que forma daremos partida a esse impulso? É ainda o "scholar" americano quem fala: "Coisas indiferentes, ou mesmo repulsivas tornam-se muitas vezes interessantes logo que percebemos as relações e ligações que fazem nascer e de que não tínhamos tomado consciência". A individualização destas relações e destas ligações constituirá uma de nossas missões, embora na maioria das vezes a vossa própria argúcia a defina com maestria. Só assim tereis em vossos estudos, aquele senso de finalidade, cuja ausência não raro conduz à frustração e ao alheamento. Não perdurará em vosso espírito, por exemplo, a mais leve dúvida sobre a necessidade da inclusão da Biologia em nosso currículo, se considerardes que em certo sentido a "hereditariedade é o limite da educação". Não pairará qualquer objeção à imprescindibilidade da Estatística no repertório de matérias do CTE, se tiverdes presente sua utilidade como instrumento de pesquisa dos mais fecundos.

Cabe-nos também, neste terreno, instilar em vosso espírito a necessidade de um esforço para levardes a bom termo a tarefa que vos propusestes. Não se trata, entretanto, de um esforço que contemple a simples aplicação de energia. O que visamos é a permanência na missão a despeito dos óbices; o que intentamos é caracterizar o esforço através de sua vinculação a uma atividade, que ele contribui para desenvolver. Neste ponto volvemos ao que foi dito anteriormente, para fazermos novamente referência aos fins a atingir, dado que tudo a eles se subordina. Ouçamos mais uma vez Dewey, quando aborda o problema. "A questão não é de quantidade de energia e força despendida, mas do modo por que o pensamento de um fim em vista persiste, a despeito das dificuldades, induzindo a pessoa a refletir sobre a natureza dos obstáculos e os elementos disponíveis pelos quais pode removê-los. A verdadeira função das condições que determinam a necessidade do esforço é, pois primeiro que tudo, fazer o indivíduo mais consciente do fim e do propó-

sito de sua ação; e depois, libertar a energia, fazendo-a passar de um combate cego e sem reflexão para um combate inteligente e refletido". Depois destas palavras do filósofo da educação, nada mais resta a acrescentar ao enunciado do papel que nos toca como inspiradores de vosso esforço.

Prezados companheiros. Iniciais agora um curso que segundo as normas oficiais está situado entre os de especialização após graduação. Ele é na verdade modesto, porém esta condição não é bastante para lhe alienar a característica de laboratório que o tem acompanhado desde sua fundação. Ao ingressardes no vosso CTE orgulhai-vos dele; a existência de tal órgão em nosso Exército é um sinal dos tempos. Ele revela conformidade com a última tendência da arte da guerra. Com efeito, em busca de meios e processos mais eficazes que lhe permitissem dominar o inimigo no campo de batalha, o soldado, sem despojar-se da pesada armadura do guerreiro, trocou primeiro o tumulto belicoso dos acampamentos militares pelo silêncio dos gabinetes dos estados-maiores; nos dias atuais aquela mesma insatisfação guiou-o até a porta dos laboratórios de pesquisa. Nesta peregrinação para forjar novas armas que lhe garantam a vitória ele corre sério risco: perder, em consequência de uma perspectiva deformada, a consciência da missão que constitui sua razão de ser. Carecemos de boa dose de circunspeção para não renunciarmos inadvertidamente ao nosso dever precípua. Não nos deixemos transviar pela atração mágica da ciência como ciência. Soldados somos e soldados desejamos permanecer. Em nosso caso específico o objetivo é colocar, naquilo que fôr compatível, a Pedagogia a serviço da guerra. Enquanto nossos ouvidos se voltam para os lábios do mestre, os olhos mergulham no livro, o intelecto se vota à meditação, jâmais olvidemos que a mão lesta deve pousar sobre o copo da espada, pronta a empunhá-la. A experiência que colherdes no decorrer deste ano só terá sentido prático para o Exército se introduzida, com oportunidade, nos estudos e planejamentos de estado-maior. No que concerne a este aspecto da aplicação de vossos conhecimentos, não nos devemos surpreender se, para o futuro, vossos pareceres como técnicos de ensino vierem a exercer influência crescente máxime sobre as decisões de caráter estratégico admitindo que o homem é e sempre será a medida de todas as coisas. Esta a maior motivação que vos podemos transmitir.

Grandiosa e nobre é vossa tarefa, longa a caminhada. No CTE a encetareis, ou continuareis, apenas. O progresso é infinito, porque só no infinito encontra termo a mente faustiana do homem de nossos dias. Juntos irmanados marcharemos parte da jornada. Que a convivência durante o ano de 63 seja proveitosa para vós como certamente o será para nós, são nossos votos mais sinceros. Que Deus Onipotente nos ajude é nosso anelo mais ardente.

Muito obrigado.

TURMA TENENTE ALÍPIO SERPA

20º ANIVERSÁRIO

**Palavras do orador das comemorações
Ten-Cel FRANCISCO BOAVENTURA CAVAL-
CANTI JR.**

Meus camaradas!

Cabe-me, inicialmente, agradecer a honrosa incumbência que vocês me deram, de fazer esta saudação pelo transcurso do vigésimo aniversário de nossa Declaração a Aspirantes. Nessa escôlha, não vejo outra coisa senão, o acréscimo de mais um gesto fraterno, aos inúmeros que vocês, de forma tão expontânea, me têm cumulado, desde o dia em que o destino nos uniu na saudosa Escola Militar do Realengo e nos identificou como mais uma Turma de Cadetes. A indicação de vocês encheu-me de justo orgulho e deixo aqui consignada a expressão de minha sincera gratidão.

Agora meus amigos um preito de saudades. Voltemos os nossos espíritos para a figura daqueles, cujas vozes decididas uniram-se às nossas, no juramento que proferimos naquela ensolarada manhã de 1.º de março de 1943, e hoje, estão irremediavelmente silenciosas. Das vidas preciosas tão prematuramente roubadas a nosso convívio, resta-nos evocar os exemplos que nos deram de fidelidade ao cumprimento do dever e de leal e sadia camaradagem.

E o que dizer de nós que aqui estamos fraternalmente reunidos, em tórno desta mesa festiva, e daqueles companheiros, que circunstâncias diversas impediram de comparecer a esta celebração?

Em primeiro lugar, o regozijo de podermos mais uma vez comemorar uma data marcante de nossa carreira militar. Foi-nos conservado o dom mais precioso da vida que é, a própria vida. Por isso, é insopitável um sentimento de ação de graças.

Em segundo lugar, cabe-nos evocar o passado. Há vinte anos, nós, soldados da Turma Ten. ALÍPIO SERPA, deixávamos a Escola Militar do Realengo, ainda no verdor da juventude e cheios de entusiasmo, para em todos os quadrantes do Brasil, iniciarmos um apostolado de idealismo. Impossível seria figurarmos a integração da obra realizada, pelo esforço cotidiano de cada um de nós, nestas duas décadas que se

passaram. No entanto, as nossas consciências são testemunhas de que, no Magistério, na Ciência e na Técnica, na Caserna, nos Estados-Maiores e Estabelecimentos Militares, e em atividades ligadas ao mundo civil, — temos sido fiéis a nosso juramento e temos dado a nossa cooperação no sentido da segurança e do engrandecimento da Pátria.

E finalmente, o que dizer do futuro?

Pela marcha inexorável do tempo, os garbosos Aspirantes de março de 1943 atingiram a maturidade. Os "helinhos", os "fernandinhos", os "huguinhos" e outros benjamins daquela época caminham decididamente para a marca fatal dos 40 anos, enquanto que, muitos de nós que já transpuseram aquela marca, procuram desesperadamente fazer jus aos direitos contidos no dito da filosofia popular de que "a vida começa aos 40". Prata nos cabelos, ouro nos dentes, calvíces respeitáveis, rugas acentuadas, ares de vovôs constituem a maquilagem que o Artista Tempo, com liberdade, distribui entre nós.

Atingimos os umbrais da idade provecta juntamente numa das fases mais convulsionadas da História, e o conflito ideológico que assoberba a Humanidade conturba cada vez mais a consciência brasileira. É então, face a esta dura realidade, que como SOLDADOS LIVRES E COMO IDEALISTAS, devemos renovar os nossos votos sagrados, proferidos vinte anos atrás, de **defender, — com o sacrifício da própria vida —** a liberdade e a soberania da Pátria, as instituições democráticas, a fidelidade à tradição cristã de nossa formação histórica e o respeito pela dignidade do homem.

Com os anos que sobre nós se acumularam, aumentaram também as nossas responsabilidades. Por uma contingência natural, comum a todas as gerações, daqui por diante, pouco a pouco, muitos de nós estarão em funções de Comandos e de Chefia, quer no meio militar quer no meio civil. Se trazemos em nossas personalidades as marcas indeléveis e características de nossa formação militar comum; se constituímos uma Turma coesa identificada pelo nome de nosso valoroso Patrono; se o bem da Pátria é a **única e derradeira** razão de nosso idealismo; se mais do que amigos somos irmãos — uma confiança irestrita deverá sempre comandar as nossas relações mútuas, por mais procelosas e difíceis que sejam as situações que o destino nos apresentar. E, se assim procedermos, tenho certeza absoluta, que daquilo que depender de nós, em qualquer situação, resultará sempre o bem maior para o Brasil, e estaremos, perante Deus e perante os homens, sendo fiéis a nosso juramento.

Cheios de fé e confiança no futuro, façamos um brinde:

— AO BRASIL!

— ÀS NOSSAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS!

— AO EXÉRCITO!

— À NOSSA QUERIDA TURMA TENENTE ALÍPIO SERPA!

PREVIDENCIA DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DO EXERCITO

Gen R-1 ORLANDO ISIDORO LAGE — Diretor

INTRODUÇÃO

O atual diretor da P.S.S.Ex., ao assumir, em 19 de julho de 1957, o cargo, constatou que a instituição era praticamente inoperante, pois os valores, quer das contribuições, quer dos benefícios por ela proporcionados, estavam muito abaixo do padrão de vida de então.

Como exemplo basta dizer que o *quantitativo funeral variava* de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 e o *auxílio para luto* (pecúlio social) estava fixado em Cr\$ 600,00.

A sua situação econômico-financeira não era lisonjeira e 64,6 % do lucro do capital estava sendo empregado em despesas administrativas.

A despesa média mensal com o pessoal empregado pela sua administração, compatível com a massa de associados, da ordem de 10.000 e com o n. 13.000 de inscritos na carteira Funerária, foi igual em 1957 a Cr\$ 157.941,00 ou seja por servidor e por mês Cr\$ 3.948,50. Média essa muito baixa, obtida com sacrifício e injustiça para com os servidores da associação, que recebiam, alguns, importâncias menores que o salário-mínimo do então Distrito Federal, o que era ilegal e para outros que exerciam serviços de responsabilidade e venciam salários pouco superiores ao dito salário-mínimo, incompatível com o custo de vida da época.

A natureza jurídica da associação não fôra cuidadosamente definida no ato institutivo, o que veio permitir vacilações de toda ordem na conceituação da entidade.

A tarefa, que se lhe impunha, era de certo vulto e, organizado o plano de trabalho, deu início à atualização dos benefícios encontrados, criando outros, bem como atualizando as respectivas contribuições.

PRIMEIRA ETAPA (Imediata)

Aumento de benefícios :

Auxílio para luto de Cr\$ 600,00 para Cr\$ 4.000,00;

Auxílio funeral de Cr\$ 1.000,00 para a escala: Cr\$ 10.000,0; Cr\$ 15.000,00; Cr\$ 20.000,00 e Cr\$ 30.000,00;

Empréstimos comuns de Cr\$ 5.000,00 para Cr\$ 10.000,00;

Empréstimos rápidos de Cr\$ 700,00 para Cr\$ 1.500,00;

Estabelecimento de um auxílio natalidade de Cr\$ 500,00;

Reorganização das Carteiras de Seguro e de Hospitalização, sendo firmado contrato com vários estabelecimentos hospitalares, localizados em quase todos os Estados da Federação;

O empréstimo hospitalar foi dado o teto de Cr\$ 25.000,00.

Mensalidade Social de Cr\$ 12,00 para Cr\$ 25,00.

SEGUNDA ETAPA

Implantadas as novas bases de contribuição e de benefícios da primeira etapa, com a experiência de dois anos, nos quais se fez propaganda de uma salutar expansão da sociedade, foi feito novo aumento geral de contribuição e benefícios.

Auxílio para luto de Cr\$ 4.000,00 para Cr\$ 6.000,00;

Auxílio funeral para a escala de: Cr\$ 20.000,00, Cr\$ 30.000,00 e Cr\$ 40.000,00;

Empréstimos comuns de Cr\$ 10.000,00 para Cr\$ 15.000,00;

Empréstimos rápidos de Cr\$ 1.500,00 para Cr\$ 2.000,00;

Auxílio natalidade de Cr\$ 500,00 para Cr\$ 700,00;

Empréstimos hospitalares de Cr\$ 25.000,00 para Cr\$ 35.000,00.

Mensalidade de Cr\$ 35,00 para 50,00.

Atualmente são os seguintes os benefícios prestados pela instituição:

Auxílio para luto — Cr\$ 15.000,00;

Auxílio funeral — Cr\$ 40.000,00, Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 60.000,00;

Empréstimos comuns — Cr\$ 25.000,00;

Empréstimos rápidos — Cr\$ 5.000,00;

Auxílio natalidade — Cr\$ 1.000,00;

Empréstimos hospitalares — Cr\$ 40.000,00;

Seguros: Capital — Cr\$ 1.900.000,00.

Mensalidade — Cr\$ 65,00.

A situação econômico-financeira da P.S.S.Ex está mais sólida e ampliada não só pelo aumento individual das contribuições mas também pelo aumento do número de contribuintes.

Sócios assistidos — de 9.000 para 20.000;

Inscritos na Carteira Funerária de 13.000 para 29.000;

Seguros de Vida de 25 para 12.000;

Capital de Cr\$ 9.600.563,20 para Cr\$ 25.294.820,90.

HISTÓRICO

a) da P.S.S.Ex. e finalidades

A Previdência dos Subtenentes e Sargentos do Exército é uma Associação Beneficente, de caráter facultativo, criada pelo Decreto n. 23.826, de 2 de fevereiro de 1934, sob a responsabilidade do Ministério da Guerra, visando atender às principais necessidades dos *Subtenentes* e *Sargentos* e dar-lhes a tranquilidade de uma sólida previdência, dirigindo a sua economia, sem ônus para o Tesouro Nacional.

b) de sua administração

A Administração da P. S. S. Ex. é composta de uma Diretoria, Oficiais da Reserva ou Reformados, de livre nomeação e demissão do Ministro da Guerra. (Art. 2º do Dec. n. 23.826-934).

O seu Diretor, subordinado diretamente ao Ministro da Guerra, presta-lhe conta anualmente ou à comissão que o representa e mensalmente é publicada no "*Boletim do Exército*" a situação financeira da Instituição, (Art. 12 do Dec. n. 23.826-34 e Art. 14, § 1º do R-103).

c) do seu patrimônio

O patrimônio da P.S.S.Ex. é constituído :

- a) pelo conjunto dos bens de sua propriedade, móveis e imóveis e seus rendimentos;
- b) pelas mensalidades pagas, pelos seus assistidos;
- c) pelos juros de seus títulos e renda de seu capital;
- d) pelo seu fundo de reserva.

d) de seu quadro social

Podirão pertencer ao quadro social da P.S.S.Ex. os *Subtenentes* e *Sargentos do Exército*, que requererem seu ingresso ao diretor, os quais continuarão com esse direito ao atingirem o Oficialato no Q. O. A. e Q. O. E. ou ainda, quando passarem para a reserva, ou reformados, desde que satisfaçam às exigências regulamentares (Art. 2º do R-103).

É permitido o ingresso em seu quadro social dos *funcionários Civis* do Ministério da Guerra e dos *Servidores da Previdência*. (Desp. Ministeriais de 16-7-943 e de 5-7-937).

INFORMAÇÕES DE CARÁTER SOCIAL

Para melhores esclarecimentos dos benefícios que a P. S. S. Ex. proporciona aos seus assistidos e respectivos familiares, daremos uma orientação e finalidades de funcionamento das várias Carteiras, a saber:

- 1º) Hospitalização.
- 2º) Assistência funerária.
 - a) Auxílio funeral.
 - b) Auxílio para luto.
- 3º) Auxílio natalidade.
- 4º) Auxílio financeiro.
 - a) Empréstimos rápidos.
 - b) Empréstimos comuns.
 - c) Empréstimos hospitalares.
- 5º) Pecúlios.
 - a) Seguros de Vida em Grupo.
 - b) Seguros de Acidentes Pessoais.
- 6º) Assistência Jurídica.
- 7º) Depósitos em moeda corrente mediante juros.

1º) Hospitalização

(Portaria Ministerial de 10-6-934-Bol. Ex. n. 21 de 15-6-934 e Desp. Min. de 7-8-961 — N. E. de 10-8-61).

A Previdência mantém contratos com vários Estabelecimentos Hospitalares civis em todo Território Nacional, com a precípua finalidade de atender às pessoas de família de seus Assistidos nos casos de parto ou intervenções cirúrgicas.

As condições para os respectivos internamentos acham-se especificadas no contrato em poder da Previdência e à disposição dos interessados nos Estabelecimentos Hospitalares. As despesas realizadas e comprovadas serão pagas pela P. S. S. Ex. e até o limite de Cr\$ 40.000,00 e reembolsadas pelo assistido em 12 prestações mensais, acrescidas dos juros de 6 % ao ano.

A Previdência só se responsabiliza pela hospitalização realizada nos Estabelecimentos mantenedores de contratos com a nossa Instituição. São considerados familiares — a esposa e filhos menores.

Relação dos Estabelecimentos Hospitalares que mantêm contrato com a Previdência :

No Estado da Guanabara :

1 — Beneficência de São Cristóvão — Rua Emancipação, 9 — São Cristóvão — Tel. 28-3476.

2. — Casa de Saúde Dr. Eloy — Rua Haddock Lôbo, 369 — Tijuca — Tel. 28-4546.
3. — Casa de Saúde e Maternidade da Ilha do Governador — Ilha do Governador.
4. — Casa de Saúde Santa Maria — Rua das Laranjeiras, 72 — Tels. 45-1515 — 25-4242.
5. — Clínica São Jerônimo — Rua Cândido Benício, 1.538 — Jacarepaguá — Tel. JPA. 825.
6. — Casa de Saúde Santo Agostinho — Rua Santa Alexandrina n. 667 — Rio Comprido.
7. — Clínica de Acidentes e Pronto Socorro São Vitor S. A. — Rua Barata Ribeiro, 540 — Tel. 26-0488.

No Estado do Rio de Janeiro :

1. — Casa de Saúde São José — Rua Coronel Serrado, 688 — São Gonçalo.
2. — Hospital Santa Teresa — Rua Paulino Afonso — Petrópolis — Tels. 22-34 e 29-25.
3. — Maternidade Imaculada Conceição (SESC) — Rua General Pereira da Silva, 278 — Niterói.

No Estado de São Paulo :

1. — Hospital Evangélico de Sorocaba — Avenida General Carneiro, 475 — Sorocaba.
2. — Hospital de Caridade São Vicente de Paulo — Praça D. Pedro II, 228 — Jundiaí.
3. — Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba — Pindamonhangaba.
4. — Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto.
5. — Casa de Saúde de Campinas — Campinas.
6. — Hospital Santa Isabel — Taubaté.

No Estado do Paraná :

1. — Hospital São Lucas — Rua Augusto Ribas, 81 — Ponta Grossa.
2. — Casa de Saúde São Vicente — Avenida Vicente Machado, 401 — Curitiba.

- 3 — Hospital da Cruz Vermelha Brasileira do Paraná — Curitiba.
- 4 — Hospital Bom Jesus — Ponta Grossa.

No Estado de Santa Catarina :

- 1 — Hospital Santa Catarina — Rua Amazonas, 301 — Blumenau.
- 2 — Hospital Santo Antonio — Blumenau.
- 3 — Maternidade "Darcy Vargas" — Joinville.
- 4 — Hospital Municipal São José — Joinville.

No Estado do Rio Grande do Sul :

- 1 — Irmandade da Santa Casa de Caridade de Alegrete — Alegrete.
- 2 — Casa de Saúde Dr. Mário de Araújo Soc. Ltda. — Bagé.
- 3 — Hospital de Caridade e Beneficência de Cachoeira do Sul.
- 4 — Santa Casa de Misericórdia de Sant'Ana do Livramento — Rua Manduca Rodrigues, 766.
- 5 — Hospital de Clínicas Dr. Lazzaroto Ltda. — Avenida Assis Brasil, 1.616 — Porto Alegre.
- 6 — Sociedade Beneficência Portuguesa — Rio Grande.
- 7 — Hospital São Vicente de Paulo — Rua Teixeira Soares, 808 — Passo Fundo.
- 8 — Hospital Santa Cruz — Santa Cruz do Sul.
- 9 — Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis Ltda. — Tucunduva — Santa Rosa.
- 10 — Sociedade Beneficente do Serviço de Assistência Médica Particular (SAMPAR) — Santa Maria.
- 11 — Hospital Nossa Senhora de Lourdes — Santo Angelo.
- 12 — Santa Casa de Caridade de São Gabriel.
- 13 — Hospital de Caridade de São Luiz Gonzaga.
- 14 — Sanatório da Santa Casa de Caridade de Uruguaiana.
- 15 — Hospital Nossa Senhora das Graças — General Câmara.
- 16 — Hospital Dr. Del Mese — Avenida Júlio de Castilho, 2.307 — Caxias do Sul.

- 17 — Hospital Nossa Senhora de Fátima — Caxias do Sul.
- 18 — Hospital de Caridade Nossa Senhora de Pompéia — Caxias do Sul.
- 19 — Casa de Saúde e Maternidade Santo Antonio — Uruguaiana.
- 20 — Hospital São Vicente de Paula — Cruz Alta.

No Estado de Minas Gerais :

- 1 — Hospital São Sebastião — Três Corações.
- 2 — Hospital Felício Roxo — Avenida Contorno, 9.530 — Belo Horizonte.
- 3 — Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora — Juiz de Fora.
- 4 — Casa de Saúde e Maternidade de Juiz de Fora, S. A. — Juiz de Fora.
- 5 — Hospital Dr. João Felício S. A. — Rua Dr. Almada Horta, 95 — Juiz de Fora.
- 6 — Hospital Estadual "Samuel Libânio" — Pouso Alegre.
- 7 — Hospital Nossa Senhora das Mercês — São João Del Rei.
- 8 — Santa Casa de Misericórdia de Itajubá — Itajubá.

No Estado do Mato Grosso :

- 1 — Casa de Saúde Santa Maria — Avenida Afonso Pena, 1.141 — Campo Grande.
- 2 — Hospital São Luiz — Cáceres.

No Estado de Sergipe :

- 1 — Hospital Santa Isabel (Maternidade João Firpo) — Aracaju.
- 2 — Hospital de Cirurgia — Avenida Desembargador Maynard, 74 — Aracaju.

No Estado de Alagoas :

- 1 — Casa de Saúde e Maternidade "Lessa de Azevedo" — Maceió.

No Estado da Paraíba :

- 1 — Casa de Saúde Frei Martinho — João Pessoa.
- 2 — Maternidade Cândida Vargas — João Pessoa.

3 — Maternidade Municipal de Campina Grande — Campina Grande.

4 — Hospital Pedro I (Bairro São José) — Campina Grande.

No Estado do Rio Grande do Norte :

1 — Sociedade de Assistência Hospitalar — Avenida Nilo Peçanha, 522 — Natal.

No Estado de Pernambuco :

1 — Maternidade e Casa de Saúde Santa Rosa — Avenida Caxangá, 1.650 — Recife.

2 — Instituto de Obstetrícia do Dr. Freitas Lins — Rua José de Alencar, 447 — Recife.

3 — Hospital Tricentenário — Olinda.

No Estado do Ceará :

1 — Pronto Socorro Particular — Avenida Duque de Caxias, 478 — Fortaleza.

No Estado da Bahia :

1 — Maternidade Climério de Oliveira (Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia — por esse motivo não efetivou contrato, mas está pronta a atender qualquer pedido da Previdência) — Salvador.

2 — Hospital São José — Ilhéus.

No Estado do Maranhão :

1 — Santa Casa de Misericórdia do Maranhão — São Luiz.

2 — Associação de Assistência e Proteção à Infância — São Luiz.

3 — Hospital Português — São Luiz.

No Estado do Pará :

1 — Casa de Saúde Santa Clara — Rua O. de Almeida, 247 — Belém.

2 — Hospital Belém — Avenida Almirante Barroso, 852 — Belém.

No Estado de Goiás :

1 — Hospital e Maternidade São Marcos — Rua Oito, 63 — Goiânia.

2º) Assistência funerária

A criação desta Carteira teve como finalidade prestar um amparo ao Assistido ou pessoas de sua família na eventualidade dos respectivos óbitos.

a) *Auxílio funeral* — Portaria n. 2.218 de 5-6-62 — é facultado ao Assistido a inscrição na Carteira Mutuária a si e a qualquer parente, e contribuirá mensalmente, por pessoa inscrita, nas bases de Cr\$ 40.000,00, 50.000,00 e 60.000,00, com Cr\$ 40,00, Cr\$ 50,00 e Cr\$ 60,00, respectivamente.

A idade para inscrições fica limitada de 4 a 55 anos completos.

Estes auxílios ficam limitados ao uso de direitos no seguinte :

1º) a metade (50%) se o inscrito houver completado um ano de inscrição na carteira;

2º) Integral (100%) desde que complete o segundo ano.

Para a inscrição ou aumento do auxílio para os já inscritos é imprescindível o exame médico, exceto os da ativa, a prova de idade e demais prescrições regulamentares.

Aos Assistidos inscritos nas bases antigas, lhes é facultado o aumento do auxílio, observando-se o limite de idade acima mencionado, e sujeitos a um prazo de carência fixado em 12 meses, ficando entretanto garantido o auxílio anterior. O pagamento desse benefício será efetuado tão logo seja apresentado o atestado de óbito, devidamente legalizado ou comunicação oficial feita pela Unidade, Estabelecimento ou Repartição Militar, por onde contribui o Assistido.

b) *Auxílio para luto* — Portaria n. 2.612 de 16-11-61 — este auxílio pagar-se-á à família de todo assistido que venha a falecer, mesmo que não seja inscrito na Mutuária, na importância de Cr\$ 21.000,00 — direito esse adquirido pelo simples ingresso em nossa Instituição, observando-se apenas uma carência de 12 a 24 meses, sendo concedido respectivamente 50 e 100% do total do benefício.

O pagamento será efetuado de modo análogo ao do auxílio funeral.

Ajuste firmado entre a Previdência e a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, para funerais.

A P.S.S.Ex. firmou um ajuste com a Santa Casa de Misericórdia para funerais onde as partes interessadas (assistidos e familiares) serão atendidas em bases médicas, mediante a apresentação do atestado de óbito, ofício do Diretor dessa Previdência e eventualmente a carteira social.

3º) Auxílio natalidade

(Desp. Min. de 18-8-1959)

No caso de nascimento de filho de Assistido, a Previdência pagará de seus cofres este auxílio fixado de acordo com as possibilidades da Instituição, observado o prazo de carência de 12 meses.

Prazo de habilitação : será concedido o prazo de 90 dias a contar da data do nascimento.

O pagamento desse Auxílio será feito mediante apresentação da respectiva certidão de nascimento, devidamente legalizada ou comunicação oficial feita pela Unidade onde sirva o assistido.

4º) Auxílio financeiro

A carteira de empréstimos — tem por finalidade atender pecuniariamente aos Assistidos da Previdência através de empréstimos *rápidos*, *comuns* e *hospitales*.

Empréstimo rápido — será concedido no início de cada mês e indenizado, integralmente, até o mês seguinte, cobrando-se juros de 1% ao mês. Para este empréstimo o limite atual é de Cr\$ 4.000,00.

Empréstimo comum — será concedido para necessidades ocasionais e indenizado no máximo em 12 prestações mensais, vencendo juros de 1% ao mês pela Tabela Price.

Os empréstimos comuns só serão atendidos mediante prévio pedido de inscrição feito direta e pessoalmente na "Carteira de Empréstimos" da Previdência, recebendo o interessado, na ocasião, um cartão contendo data e número da respectiva inscrição, pelo qual será rigorosamente concedido o empréstimo, dentro das disponibilidades.

Havendo pedido de inscrição de Assistido do interior recebido por correspondência, será protocolado no momento da entrada na carteira, procedendo-se, a seguir, como foi relatado acima.

Aos Assistidos contemplados com o empréstimo, serão entregues (sete) ou remetidos (interior) os respectivos formulários para preenchimento e conseqüente averbação da consignação. Este empréstimo terá o limite de Cr\$ 20.000,00.

Empréstimo Hospitalar — será concedido para indenizar as hospitalizações dos familiares dos assistidos (parto e intervenções cirúrgicas) e indenizado em 12 prestações mensais em juros de 0,5% ao mês — Tabela Price. Este empréstimo terá o limite de Cr\$ 40.000,00.

5º) Pecúlio temporário

(Despacho Ministerial de 7-8-1961 — B. Ex. de 10-8-1961)

Como garantia deste empréstimo o Assistido deverá estabelecer um "Pecúlio Temporário" no valor correspondente ao empréstimo.

Sobre o "Pecúlio Temporário" o Assistido pagará uma mensalidade, calculada em função da idade média dos Assistidos e base do valor do pecúlio.

As mensalidades do "Pecúlio Temporário" serão pagas mediante consignação em folha de vencimento, as quais serão automaticamente suspensas com o término do pagamento do respectivo empréstimo.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A Previdência mantém um serviço jurídico, sob a direção de um advogado, cujos serviços profissionais são gratuitos com a seguinte finalidade :

- a) responder às consultas dos Assistidos e de suas famílias;
- b) promover, quando necessário, nas Repartições competentes, as habilitações de pensões dos herdeiros dos Assistidos;
- c) acompanhar os processos de inventários, criminais e quaisquer ações referentes aos Assistidos.

DEPÓSITOS EM MOEDA CORRENTE

(Portaria Ministerial n. 410, de 15-6-54 — "Diário Oficial" de 28-6-54)

A "Carteira de Depósitos" destina-se a receber de seus Assistidos, dos Militares, Funcionários Cíveis do Ministério da Guerra e respectivas famílias, mediante juros previamente fixados, o produto de suas economias.

CARTEIRA SOCIAL

Acha-se à disposição dos assistidos na Secretaria da Previdência a Carteira Social, mediante o pagamento de Cr\$ 40,00 e um retrato, tamanho 3 x 4.

BENEFÍCIOS PAGOS DURANTE O ANO DE 1962

	Cr\$
Auxílio funeral	2.517.000,00
Auxílio natalidade	351.500,00
Auxílio para luto	648.000,00
Empréstimos hospitalares	5.320.709,00
Empréstimos comuns	18.332.801,50
Empréstimos rápidos	55.744.100,00
Seguro de Vida	3.200.000,00
Serviço C/ AP	2.144.000,00
Soma	88.258.110,60
Número de assistidos	19.190
Inscritos na Assist. Funerária	28.771

Prestigie a sua Previdência, inscrevendo-se como assistido e estará assim concorrendo para aumentar os benefícios por ela proporcionados, usufruindo, ainda, o seguinte :

Hospitalização — Auxílio financeiro — Auxílio natalidade — Auxílio funeral — Auxílio para luto — Pecúlios — Assistência Jurídica — Depósitos em moeda corrente, mediante juros.

Mensalidade Cr\$ 65,00



AB BOFORS

Bofors, Suécia

ARMAMENTOS - EXPLOSIVOS MILITARES E CIVIS
AÇOS E PEÇAS FORJADAS

Representantes exclusivos no Brasil :

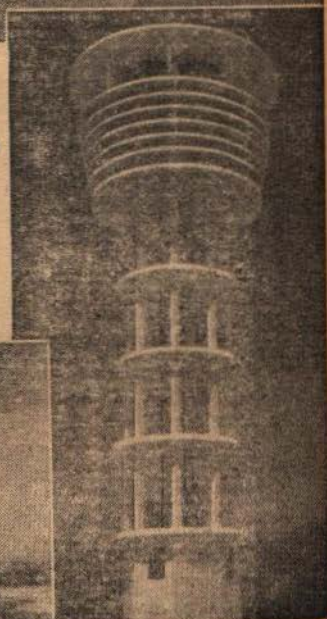
CIA. T. JANER, Comércio e Indústria

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — PORTO ALEGRE —
CURITIBA — BELO HORIZONTE — RECIFE — BELÉM
— SALVADOR — SANTOS — BRASÍLIA



O CIMENTO MAUÁ NA MODERNIZAÇÃO DO EXERCITO

O Poligono de Tiro da Marambaia apresenta em suas obras uma visão agradável de linhas harmoniosas, às quais se alia a solidez e segurança que lhes assegura o emprego do cimento Portland MAUÁ.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

- Aspectos da siderurgia no Brasil e na América do Sul

Ten-Cel Darcy Alvares Noll

- Esquema para estudo geográfico de uma área

Gen Flamarion Barreto

- A fraude escolar e o código de honra

Ten-Cel Germano Seidl Vidal

